

CASA EDITORIAL
ARAUJOOLIVEIRA

Gileno Câmara de França

O CAOS SOCIAL NA ORIGEM DA INDÚSTRIA DA SECA

Rio Grande do Norte (1877 a 1904)



Gileno Câmara de França

O Caos Social na
Origem da Indústria da Seca



Rio Grande do Norte (1877 a 1904)

Casa Editorial Araujooliveira
2026

Copyright © 2026 by Gileno Câmara de França

Direitos reservados a:

Casa Editorial Araujooliveira
Av. Parque das Lagoas, 195
Parnamirim, RN, CEP 59154-325

Título original em língua portuguesa: O Caos Social na Origem da Indústria da Seca:
Rio Grande do Norte (1877 a 1904)

Foto da capa: Secca no Ceará. 1877–1879. Foto : cartão cabinet, papel albuminado, p&b,
10 × 14cm em cartão-suporte: 11 × 17 cm. Autor desconhecido.

Editoração: Gabriel Araújo.

Editor: Francisco Isaac Dantas de Oliveira.

Comitê editorial da Editora Biblioteca Ocidente e da Casa Editorial Araujooliveira:
Antônio Natalino Lisboa (Dr. em História), Bruno Miranda Braga (Dr. em
História), Joaquim Pinheiro de Araújo (Dr. em Ciências Sociais), Juliana Bulhões
A. Dantas (Dra. em Comunicação), Leonardo da Silva Claudiano (Dr. em
História), Maria A. Ramos da Silva (Dra. em Ciências Sociais), Mariza Silva de
Araújo (Dra. em Educação), Sheila Mendes Accioly (Dra. em Ciências Sociais) e
Wallas J. de Lima (Dr. em História).

Imagem da folha de rosto: Criança Morta, de Cândido Portinari, 1944.

Para comprar o e-book, acesse www.revistagalo.com.br.

Visite nossas redes sociais:

@editorabocidente e @revistagalo no instagram, e;
[@revistagalo.com.br](https://www.revistagalo.com.br) no bluesky.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Ocidente, Parnamirim-RN, Brasil)

F815c

França, Gileno Câmara de.

O Caos Social na Origem da Indústria da Seca: Rio Grande do Norte
(1877 a 1904). / Gileno Câmara de França. – 1. ed. – Natal, RN : Casa
Editorial Araujooliveira, 2026.

ISBN: 978-65-01-88866-8

1. História. 2. Seca. 3. História do RN. 4. Brasil. I. Oliveira, Francisco.
II. Título.

CDD: 900

Índice para catálogo sistêmico

1. Indústria das secas : Rio G. do Norte, Nordeste,
Natal 981

Bibliotecária: Adriana de L. Teixeira CRB 15/0550

Aos “flagelados” potiguares

O Rio Grande do Norte deve a verdade. E nós, historiadores e pesquisadores, temos a obrigação contínua de buscá-la, desmantelando a narrativa da fatalidade para expor a responsabilidade das elites.

À Patrícia, ao Vinícius e ao Caio,
razão maiores do meu trabalho.

A Marisa e Gileno (*in memoriam*),
meus pilares eternos.

À Denise Mattos Monteiro,
historiadora e mestra, pela inspiração.

Ao Professor André Mendes,
amigo e generoso prefaciador.

Ao amigo, professor e poeta Petrônio
Aguiar (*in memoriam*),
cuja luz permanece.

À Fernanda Moura,
pela parceria e amizade.

E a todos os demais colaboradores,
essenciais para esta jornada.

Prefácio

Lembro-me, vivamente, do primeiro encontro pessoal com Gileno Câmara de França. Era 2010, quando nos conhecemos na cidade de Currais Novos, em razão da minha posse no cargo de professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Foi ele o primeiro a me recepcionar, explicar o funcionamento do campus e as obrigações cotidianas da jornada iniciada. Desde então, sou muito grato por todo o apoio prestado naquela época. Soube, naquele momento, que teria um amigo duradouro e um companheiro de profissão comprometido.

Gileno talvez não soubesse, mas eu já o conhecia bem antes, em termos acadêmicos. Coincidentemente, durante as nossas graduações, estudamos temas transversais à história das secas no Nordeste. Em 2005, li e interagi com sua monografia de final de curso — defendida no ano de 2000 —, que tratava do banditismo social associado aos períodos de estiagens no Rio Grande do Norte do século XIX. Ali, conheci o autor, que viria a ser o parceiro de trabalho de longa data. Anos se passaram e aqui estamos, em 2025, reafirmando as nossas boas relações por meio da escrita do prefácio da presente obra: *O caos social nas origens da Indústria da Seca no Rio Grande do Norte (1877 a 1904)*.

Esta obra tardia vem à tona após longo silêncio, guardada por Gileno como um tesouro mantido a sete chaves. Fruto

de estudos iniciados ainda na graduação e amadurecidos ao longo da pós-graduação *lato sensu*, o texto revela uma escrita marcada pelo refinamento intelectual e pelo rigor historiográfico, típicos daqueles que fazem da honestidade acadêmica o alicerce de sua obra.

Certamente, trata-se de uma revisão historiográfica a respeito do tema das secas, com um exímio levantamento das fontes primárias e secundárias, que elucidam o objeto de estudo principal: o caos social experienciado durante a calamidade pública. O livro é, ao mesmo tempo, uma síntese e um subsídio didático, que está à disposição de quem quiser compreender os processos da pesquisa histórica e de interpretação das fontes em torno das estiagens e, em especial, de seus desdobramentos na vida social norte-rio-grandense.

Eis a questão a ser respondida na obra: como um fenômeno natural é transformado em um problema regional? Gileno nos demonstra que as secas existem desde tempos imemoriais. Há relatos dos primeiros cronistas e viajantes da época colonial, que trazem notícias de migrações dos povos originários por conta das estiagens. Sendo assim, por quais interesses e articulações políticas regionais e locais o fenômeno climático foi visto como inexpugnável?

Para responder a tais questões, Gileno analisa vasto conjunto de dados, oriundos particularmente da Coleção de Falas e Relatórios de Presidentes da Província (1835–1889). O autor perfaz análises contábeis, balanços financeiros e quantitativos de recursos, de modo a elucidar as condições econômicas antes das estiagens e como o quadro se altera durante as secas: as perdas de plantações agrárias, de gado e de “gentes”, as situações de inflação e controle dos preços,

PREFÁCIO

pelos comércios locais e pelas ações governamentais. Tudo isso imbricado nas práticas clientelísticas e coronelísticas que se estruturam na história regional do então Norte do Brasil, sem perder de vista a articulação entre as partes, o local e o regional, e o todo, o nacional.

Gileno trata dos recursos públicos — das suas formas de apropriação e seus usos corruptos durante as ações governamentais —, e das populações flageladas pelas secas — que precisaram migrar entre o rural e o urbano, e migrar entre as cidades e as colônias de segregação social. Busca dar visibilidade aos homens livres e pobres, que eram malvistas, por serem maltrapilhos e famintos, pedintes e doentes, tidos à época como “os indesejáveis nas cidades”.

O autor também se vale dos relatos de grandes proprietários de terras do sertão potiguar, de fotografias e reportagens em periódicos, que são de suma importância para a reconstituição histórica dos momentos críticos nas cidades. Dimensiona como o crescimento populacional das cidades, os êxodos rurais e os urbanos, a fome e as doenças infectocontagiosas — ante as péssimas condições sanitárias da aglomeração social — geraram conflitos sociais decorrentes da pobreza.

Categoriza o banditismo social e suas formas variadas, mediadas pelos estereótipos da vadiagem e/ou da ociosidade, que permitiram outras formas de exclusão social. Discute as ações governamentais nas obras públicas que se valeram de mão de obra flagelada, e como essa situação permitiu atos de corrupção e maus-tratos. Comprova, por meio de dados econômicos, o peso dos recursos públicos para retroalimentar o discurso das secas, vinculado ao papel das verbas dos

PREFÁCIO

socorros públicos, durante a instrumentalização da indústria da seca no Nordeste.

Assim, esta obra se insere de maneira relevante no campo da História do Nordeste, contribuindo para o aprofundamento das discussões sobre as dinâmicas sociais, políticas e econômicas associadas ao fenômeno das secas. Sua publicação representa, além disso, um avanço significativo para aqueles que buscam compreender, com rigor analítico, os múltiplos fatores que compõem a chamada “Indústria da Seca” e suas implicações históricas.

Natal, 10 de dezembro de 2025.

— André Gustavo Barbosa da Paz Mendes

Apresentação

Ao folhear um livro, o leitor, muitas vezes, desconhece a árdua e sinuosa jornada de reescritas e revisões as quais o autor percorreu até alcançar a versão final da obra. E o livro que lhes apresento é um exemplo eloquente desse processo. A gênese deste trabalho remonta a 2004, quando a pesquisa fundamental para sua criação foi desenvolvida no âmbito do estudo para a obtenção do título de especialista em História do Campo e da Cidade, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Com o texto defendido em 2004 arquivado, a retomada só ocorreu em 2017. Naquela época, logo após a conclusão do meu mestrado e ainda com o fervor da produção acadêmica, resolvi tirá-lo da estante com a intenção de publicá-lo. Já mais experiente e, sobretudo, mais crítico da minha própria produção, tomei a decisão crucial de reescrever o texto integralmente, tarefa que finalizei no início de 2018. No entanto, o ritmo das atividades profissionais consumiu meu tempo, e o manuscrito acabou sendo, novamente, engavetado.

Sete anos mais tarde, e em um raro intervalo entre a escrita dos capítulos da tese que eu desenvolvia, o manuscrito foi, finalmente, resgatado. Foi nesse momento que iniciamos o segundo e definitivo processo de reescrita, o qual culminou na versão completa e lapidada que agora chega às mãos do público.

APRESENTAÇÃO

Apesar de todas as transformações, incluindo mudanças significativas de título, a essência do livro permaneceu inalterada. O texto continuou a ser sustentado pela mesma e extensa base documental, que abrange desde Falas e Mensagens de presidentes de província e governadores do estado, até relatos de proprietários rurais do Rio Grande do Norte. A própria bibliografia sofreu pouquíssimos acréscimos. Como consequência, o cerne e as conclusões da versão original mantiveram-se fiéis à pesquisa de 2004. Como a bibliografia sofreu pouquíssimos acréscimos, o cerne e as conclusões mantiveram-se fiéis à pesquisa original de 2004. Em suma, as grandes reescritas incidiram na estrutura do texto e no estilo da escrita, garantindo que o rigor histórico — preservado em citações e passagens fiéis às fontes originais — dialogue perfeitamente com a fluidez da leitura atual.

Este livro se debruça sobre a história do Rio Grande do Norte entre os séculos XIX e XX com um objetivo claro: ajudar a desmistificar a narrativa simplista da catástrofe climática. Demonstraremos que o caos social (migração em massa, violência, fome, morte e miséria) vivenciado pelos sertanejos não foram *simplesmente* consequências da escassez de chuva. Longe disso, foi a dolorosa resposta à opressão e à exploração impostas e mantidas por estruturas agrárias e políticas arcaicas, que perpetuavam a extrema desigualdade na região.

E mais: demonstraremos como as elites políticas e econômicas locais se valeram desse caos para sustentar um discurso capaz de captar e justificar o aporte de vultosos recursos públicos. Tais verbas, sob o pretexto da ajuda humanitária, eram desviadas em benefício da província — e posteriormente

APRESENTAÇÃO

do estado — e das próprias elites, consolidando o fenômeno que ficou historicamente conhecido como a *indústria da seca*.

Por fim, afirmo, e este livro demonstra: o sertanejo potiguar não foi uma simples vítima da seca, mas sim da estrutura social e econômica que usa a seca como pretexto para a exploração.

— O Autor

Sumário

Introdução	13
1 Breve histórico das secas no Rio Grande do Norte	19
1.1. As primeiras secas e seus efeitos	20
1.2. A seca de 1844–1846 na província do Rio Grande do Norte	41
1.3. O caos social na seca de 1877–1879	50
1.4. A seca de 1903–1904 no estado do Rio Grande do Norte	61
2 A seca e as ações governamentais no Rio Grande do Norte	67
2.1. As secas do século XVIII e as primeiras ações governamentais	67
2.2. Ações contra a seca no Rio Grande do Norte nos séculos XIX e XX	72
2.2.1. A seca de 1844–1846	73
2.2.2. O período entre secas (1847–1876)	80
2.2.3. A seca de 1877–1879	90
2.2.4. A seca de 1903–1904	100
3 A Gênese da indústria da seca no Rio Grande do Norte	109
3.1. A crise econômica da segunda metade do século XIX	110
3.2. A seca é transformada em problema: o caos social	120
3.3. A instrumentalização da seca: as vantagens advindas do caos	129
Considerações finais	146
Referências	152
Fontes	152
Bibliografia	159
Anexo 1	163
Anexo 2	171
Sobre o autor	173

Introdução

Em discurso proferido no Senado Federal, em 12 de fevereiro de 1993, o então Senador Garibaldi Alves Filho comunicava a seus pares a necessidade de se implantar medidas urgentes para atender às “vítimas da omissão”, ou seja, os “flagelados da seca” no Nordeste. O Senador João Calmon, em aparte, manifestou:

Tenho a impressão de que as bancadas nordestinas na Câmara e no Senado estão subestimando o seu poder de pressão. Se somarmos os votos de todos os deputados e senadores nordestinos, essa iniciativa pelo menos teria um mérito, não despidendo: voltar a chamar a atenção do país para o drama do nordeste. A tentativa me parece válida. Uma vez aceita essa sugestão, voltará a ser focalizado esse problema angustioso, dramático do nordeste. Essa iniciativa só teria como consequência um benéfico adicional para o nordeste, cujo drama deixou de aparecer com o mesmo relevo, a mesma gravidade, de que nos outros anos se revestiam. (Alves Filho, 1993, p. 18-1).

Declarações como as do Senador Calmon, que sugeriam a ação conjunta das bancadas nordestinas para pressionar o Governo Federal em suas ações contra os efeitos da seca

INTRODUÇÃO

que assolava a região na última década do século xx, não constituíam uma novidade. Tais práticas decorriam de um longo processo político construído e aperfeiçoado pelas elites nordestinas desde o século xix.

Na historiografia, o fenômeno é designado como *indústria da seca*. Segundo Lúcia Ferreira, trata-se da manipulação de recursos enviados ao Nordeste em benefício das elites políticas e econômicas, isto é, sujeitos majoritariamente ligados aos grandes proprietários de terra. Essa manipulação manifesta-se

[...] em dois níveis: o local, onde ocorriam os desvios diretos de verbas e gêneros alimentícios por membros das comissões de socorros públicos, juntamente com tropeiros e comerciantes; e por um nível mais amplo, com a conscientização dos representantes nordestinos no sentido de aproveitar e usar as secas como meio de conseguir investimentos governamentais na região (Ferreira, 1985, p. 61, 123).

Por sua vez, essas elites produziram e sustentaram um discurso centrado na ideia de um “Nordeste seco e pobre”. O objetivo principal era sensibilizar a sociedade e os gestores públicos nacionais e, conseqüentemente, garantir o envio de verbas públicas para as áreas afetadas direta ou indiretamente pelas secas. Na prática, isso significava apresentar a seca como a causa primordial da miséria e da pobreza do Nordeste e dos nordestinos.

Mesmo sendo o fenômeno da *indústria da seca* amplamente estudado, existe uma lacuna na historiografia que

INTRODUÇÃO

aponta para a necessidade de analisar suas primeiras práticas e a sua gestão discursiva, especificamente no Rio Grande do Norte, distanciando-se de estudos mais gerais sobre o Nordeste. Diante disso, propomos demonstrar como e quando as elites potiguares começaram a se organizar com o objetivo de obter vantagem dos recursos financeiros enviados ao Rio Grande do Norte para socorrer a população pobre afetada pelas secas. Em outras palavras, realiza-se uma análise da relação entre as elites locais e as secas no processo de gestão discursiva na província/estado.

Neste livro, defende-se a posição de que a origem da *indústria da seca* no Rio Grande do Norte não foi apenas um fenômeno local, mas sim um processo discursivo e político intencional das elites potiguares, construído no período de 1844 a 1904, visando legitimar e carrear recursos públicos permanentes para a região.

Para tanto, delimita-se como recorte cronológico o período compreendido entre 1844 e 1904, visto que nesse intervalo surgiram as primeiras práticas adotadas pelas elites para canalizar e tirar proveito dos recursos públicos destinados ao estado/província. Além disso, as datas marcam, respectivamente, o início das práticas de desvios locais (1844) e a conscientização dos representantes políticos nordestinos no sentido de usar a seca para obter investimentos públicos para a região (1904).

Com relação às fontes, optou-se por privilegiar a documentação oficial produzida por alguns dos principais representantes das elites potiguares. São as *Fallas e Relatórios de Presidente de Província*, do período de 1835 a 1889, e as *Mensagens dos Governadores* potiguares, referentes aos

INTRODUÇÃO

anos de 1900 a 1904. Essa documentação é substancial, pois fornece informações privilegiadas a respeito das práticas governamentais nos mais diversos setores e níveis da administração pública e sobre diferentes aspectos da vida provincial e estadual, como agricultura, comércio, finanças, transporte, saúde, segurança e educação.

Há, inclusive, em algumas *Fallas e Mensagens*, uma seção tratando especificamente das secas. É onde os gestores provinciais/estaduais, em geral, apresentavam as medidas tomadas para socorrer os “flagelados”, os casos de saques a cidades e a comércios, a migração, a superlotação dos centros urbanos, a morte de pessoas e do gado, o aproveitamento da mão de obra dos “flagelados”, a ajuda vinda de outras regiões do país e as verbas enviadas pelos governos imperial e republicano para o socorro direto e para realização de obras.

Essa documentação foi produzida pelos representantes políticos das elites potiguaras. Logo, está permeada de interesses pessoais, de classe e políticos. Isso sugere que muitas informações financeiras e de distribuição de socorros públicos possam ter sido superdimensionadas ou subestimadas para obscurecer ou evidenciar a real situação da população e dos cofres públicos do Rio Grande do Norte nos períodos de seca. Ilustra bem essa situação a informação sobre a receita da província no ano fiscal de 1965–1866. Diferentes presidentes, ao fazerem um histórico da vida financeira da província, apresentam quatro valores distintos, que variam de 255:000\$000 a 438:000\$000 contos de réis.

Para mitigar tais discrepâncias, recorreu-se aos jornais locais (*Brado Conservador*, *A Republica* e *Diário do Natal*) e aos relatos deixados por viajantes, a exemplo de padres,

INTRODUÇÃO

proprietários rurais, políticos e demais moradores das áreas afetadas pelas secas. Alguns desses documentos estão disponíveis na internet, mas a maior parte encontra-se transcrita parcial ou integralmente na bibliografia consultada.

Dentre os jornais, dois eram produzidos e retratavam, principalmente, os acontecimentos políticos da capital potiguar (*A Republica* e *Diário do Natal*), embora também trouxessem informações a respeito de outras municipalidades potiguares. Nos anos de seca, era frequente dedicarem várias notas e reportagens sobre as obras públicas, migração, aproveitamento de mão de obra e corrupção nas *Comissões de Socorros Públicos*. Quanto ao *Brado Conservador*, era especialmente voltado aos temas políticos da cidade de Assu, importante centro populacional e econômico do sertão potiguar, sendo comum a referência a efeitos e medidas contra as secas. As demais fontes são mais específicas, pois foram produzidas, em sua maioria, por proprietários rurais e tratam apenas das secas, assim como as *Fallas* e *Relatórios*, que também refletem a visão elitista dos acontecimentos.

Para fins deste livro, optou-se por adotar as denominações modernas para as regiões geográficas do Brasil, mesmo cientes de que, no recorte cronológico em análise, o que hoje conhecemos como Nordeste e Sudeste possuíam outra denominação e configuração geográfica. Basicamente, havia apenas as regiões Norte e Sul, com a primeira englobando praticamente todo o atual Norte e o Nordeste.

O resultado da investigação está organizado em três partes. Capítulo 1, *Breve histórico das secas no Grande do Norte*, no qual se analisa como a percepção das secas evoluiu no Nordeste e no território potiguar, desde o século XVI, com ênfase

INTRODUÇÃO

nos efeitos das principais secas sobre a estrutura econômica e social. No Capítulo 2, *A seca e a ação governamental no Rio Grande do Norte*, que investiga e apresenta algumas das principais medidas adotadas pelos poderes públicos frente à crise social que se agravou durante as “grandes secas”, especialmente nas de 1844–1846, 1877–1879 e 1903–1904. O Capítulo 3, *A gênese do discurso e da indústria da seca no Rio Grande do Norte*, traz a análise das condições sociais, econômicas e políticas que favoreceram o engendramento do discurso e da *indústria da seca*, bem como a participação da elite potiguar nesse processo.

I Breve histórico das secas no Rio Grande do Norte

Uma parte significativa do espaço ocupado e organizado pela atual sociedade nordestina tem sofrido, direta e indiretamente, os efeitos recorrentes do fenômeno das secas desde o início do seu processo de colonização¹. Inclusive a Zona da Mata, área que se estende do litoral oriental do Rio Grande do Norte ao sul da Bahia, cujas taxas pluviométricas anuais superam os 1.000 milímetros (Andrade, 1998, p. 26), sofreu com as estiagens, como as registradas em 1844–1846 e 1877–1879.

Escrevendo sobre a questão agrária no Nordeste do Brasil, Manoel Correa de Andrade define o fenômeno como sendo a ausência ou a reduzida precipitação pluviométrica nas estações esperadas, que são o verão e o outono (Ibid., p. 46). A análise da bibliografia especializada e das fontes, como a *Coleção de Falas e Mensagens dos Presidentes de Província do Rio Grande do Norte*, revelou que, entre os séculos XVI e o XX, ocorreram, ao menos, quarenta e sete secas na região: sendo quatro (04) no século XVI, sete (07) no XVII, onze (11)

¹ A seca não constitui uma exclusividade do Nordeste. Em 1952, quando o Governo Federal demarcou o chamado “Polígono das Secas” (a parte do território brasileiro sujeito a estiagens periódicas) incluiu o norte do estado de Minas Gerais também foi incluído (Andrade, 1988, p. 6).

no XVIII, quatorze (14) no XIX e onze (11) no século XX, com durações que variaram de um a seis anos.

Como se pode perceber, o fenômeno sempre esteve continuamente presente na vida cotidiana dos nordestinos, deixando marcas profundas na sua cultura e no seu desenvolvimento socioeconômico. No entanto, a visão que a sociedade e as elites locais tinham sobre o fenômeno nem sempre foi a mesma. Foi somente a partir de meados do século XX, quando uma crise econômica e política abateu a região, que problemas como fome, migração, mortandade da população, o empobrecimento dos senhores de terra, a queda da produção agropecuária e a diminuição das receitas públicas, passaram a ser associados à seca pelas elites nordestinas à seca.

Embora o entendimento dos habitantes sobre as secas tenha se modificado ao longo dos séculos, todas elas tiveram o poder de desorganizar, temporariamente, em menor ou em maior grau, a estrutura produtiva e os arranjos sociais assentados na concentração de terras e na exploração da mão de obra escrava ou em regime de colonato e parceria. Desse modo, passa-se a analisar os efeitos das chamadas “grandes secas”, especialmente sobre o território e a população potiguar.

1.1. As primeiras secas e seus efeitos

Cronistas coloniais, como os padres jesuítas Fernão de Cardim e Serafim Leite, registraram os primeiros efeitos das secas sobre a economia e a sociedade “nordestina” já no século XVI, mais especificamente, nas então capitanias de Pernambuco e da Bahia. No *Tratado da terra e da gente do Brasil*, Fernão de Cardim (1925, p. 331), ao registrar a seca que então afetava Pernambuco, no ano de 1583, afirmou ter ocorrido:

[...] tão grande secca e esterilidade nesta província (cousa rara e desacostumada, porque é terra de contínuas chuvas) que os engenhos d'água não moeram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandioca muitas se secaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo que desceram do sertão apertados pela fome, socorrendo-se aos brancos quatro ou cinco mil índios. Porém passado aquelle trabalho da fome, os que puderam se tornaram ao sertão, excepto os que ficaram em casa dos brancos ou por sua, ou sem sua vontade.

O relato de Serafim Leite sobre a mesma seca é semelhante, porém mais conciso (Leite, 2004, p. 177). As obras dos religiosos portugueses detêm grande importância para a história dos primeiros anos da colonização brasileira. São igualmente relevantes por documentarem o fenômeno da seca e de seus efeitos sobre a população indígena e dos primeiros colonizadores já no século XVI.

Observa-se que houve uma relativa desorganização da estrutura produtiva da região, na medida em que alguns canaviais secaram e os moinhos d'água paralisaram a produção do açúcar. Mesmo a cultura da mandioca, atividade mais voltada à subsistência, foi afetada pela estiagem. Tais impactos ocorreram em um período no qual a produção de açúcar para exportação era a principal fonte de receita da capitania de Pernambuco.

O relato de Fernão Cardim também registrou a fome que atingiu particularmente o sertão pernambucano, fato que teria provocado a migração de milhares de indígenas

para o litoral (Zona da Mata), área que, apesar de menos sujeita a estiagens, encontrava-se mais densamente povoada e explorada pelos colonizadores europeus. Embora não fosse esse o objetivo do cronista, percebe-se, no trecho destacado, que os efeitos da seca não foram apenas negativos para os fazendeiros da “província” pernambucana. Afinal, a migração “forçada” dos nativos para o litoral lhes forneceu um grande número de “braços” para suas terras e sem ônus, alguns até mesmo na condição de escravos, já que permaneceram no litoral contra a própria vontade. Situações de fome, migração, ocorrência de doenças e declínio da produção foram registrados, mas, como Cardim informou, com a retomada das chuvas a situação voltou à normalidade.

No Rio Grande do Norte, os registros de secas e seus efeitos só passaram a ocorrer a partir do século XVII, quando Portugal, diante da possibilidade de perder parte de sua colônia americana para outras nações europeias, expandiu a área colonizada para além do litoral da Bahia e de Pernambuco. Nesse avanço colonizador, os litorais paraibano, norte-rio-grandense e cearense foram incorporados à economia colonial portuguesa por meio da criação de núcleos populacionais e fortificações, além da expansão de atividades econômicas como a cana-de-açúcar e a pecuária.

A colonização dessa extensa área do litoral nordestino seguiu os mesmos padrões de exploração econômica adotados nas capitanias de Pernambuco e da Bahia, ou seja, a ocupação se deu, em linhas gerais, por intermédio da doação de grandes

lotes de terras na forma de sesmarias², do incentivo à cultura canavieira (monocultura) e do uso da mão de obra escrava³.

No caso específico do Rio Grande do Norte, a cultura canavieira não teve a expansão necessária para elevar a Capitania à qualidade de grande produtora de açúcar. As condições inadequadas de clima e solo para o cultivo da cana-de-açúcar inviabilizaram o seu plantio comercial em praticamente todo o território potiguar, ficando a atividade restrita às várzeas dos rios situados no litoral oriental da Capitania (Andrade, 1981, p. 26–27). Apresentando condições naturais um pouco mais favoráveis, a região litorânea ao sul da cidade de Natal foi a única a ser efetivamente povoada com base na atividade canavieira. Nessa região, surgiu o primeiro engenho da Capitania⁴, o Cunhaú (Monteiro, 2000, p. 35).

A bibliografia pertinente ao período é recorrente em afirmar que, devido à baixa produtividade canavieira, a economia norte-rio-grandense voltou-se para as chamadas “atividades acessórias”, como as culturas da mandioca e da pecuária bovina extensiva. Assim, desde o início do processo de ocupação portuguesa, a capitania assumiu a posição de centro produtor e fornecedor de gêneros alimentícios (carne, farinha e outros) e força motriz (animais para os engenhos)

²Sobre o sistema sesmarial e as primeiras sesmarias doadas na Capitania do Rio Grande do Norte, ver Lopes (2003, p. 56–59).

³Sobre o processo de ocupação da Capitania do Rio Grande do Norte, ver Monteiro (2000, p. 19–37).

⁴A documentação a respeito da conquista holandesa menciona a possível existência de um “trapiche” na várzea do rio Potengi (Lopes, 2003, p. 59–60).

para a zona produtora e exportadora de açúcar, em especial, para a Capitania de Pernambuco (Santos, 1994, p. 66).

A condição de grande produtor e fornecedor de gêneros alimentícios para abastecer a zona canavieira foi destacada pelo historiador Hermann Watgen:

[...] o maior fornecimento de reses para o consumo era feito pelos criadores de gado do Rio Grande [do Norte]. Em 1635 os Conselheiros Políticos exaltaram a conquista final desta Capitania, como um benefício inestimável da fortuna. Sem o Rio Grande [do Norte], os soldados holandeses tão miseravelmente tratados, com os sós recursos dos armazéns, ficariam condenados a morrer de fome; sem o Rio Grande [do Norte] a alimentação da população de Pernambuco, em constante crescimento, seria uma coisa impossível. (*Apud.* Cascudo, 2023, p. 77).

Dentre todas as “atividades acessórias” desenvolvidas pelos primeiros colonos, foi a pecuária aquela que teve maior importância econômica e ocupou o maior espaço no Rio Grande do Norte. A princípio, desenvolveu-se junto à cultura canavieira (Zona da Mata), sendo posteriormente transferida para áreas mais afastadas, o Agreste e o Sertão. Dois fatores levaram a Coroa Portuguesa a determinar áreas específicas para a pecuária e a agricultura, principalmente a comercial: a busca, pelos senhores de engenho, da ampliação constante das terras destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar e a necessidade de incorporação das terras agrestinas e sertanejas ao domínio colonial português.

Segundo Istavam Arbocz (1998, p. 20), a necessidade de expansão dos rebanhos bovinos, causada pelo aumento da demanda de carne e animais de tração nas zonas canavieiras, levou os colonizadores europeus, na segunda metade do século XVII, a ampliar as áreas de povoamento no Agreste e no Sertão nordestinos. No território potiguar, esse avanço dos colonos sobre as zonas interioranas seguiu o curso dos rios Potengi, Cunhaú, Mipibu, Apodi/Mossoró, Açu/Piranhas, Seridó, Acauã e os seus tributários (Monteiro, 2000, p. 58–59).

O processo de avanço sobre as terras interioranas ocorreu como no litoral, onde a Coroa Portuguesa concedeu grandes parcelas de terra a homens de posse, capazes de financiar essa empresa colonizadora.⁵ Passando as terras do Sertão e do Agreste a serem doadas na forma de sesmarias, iniciou-se a conquista militar, pois até o final do século XVII tais áreas ainda estavam sob o controle dos povos indígenas. Diante dessa progressiva invasão colonizadora, os indígenas passaram a reagir. Reação essa que retardou, mas não impediu a conquista das terras sertanejas pelos colonizadores.

Entre as décadas de 1680 e 1720, o território que se estende dos atuais estados da Bahia ao Maranhão foi palco desse enfrentamento militar entre índios tapuias e os colonizadores, cujas tropas eram compostas por negros, mestiços e índios “pacificados”, todos liderados por uma minoria branca, a grande beneficiada com a política de distribuição de terras da Coroa Portuguesa (Monteiro, 2000, p. 62). Na prática, os conquistadores realizavam:

⁵Sobre a ocupação do Sertão pelos curraleiros, ver Lopes (2003, p. 126–135).

[...] o objetivo último da colonização portuguesa, e a eles caberia não apenas guerrear, mas também estabelecer as bases do núcleo de povoamento europeu, pois tratava-se de combater os indígenas e fixar-se em suas terras. Por isso, junto com as armas seguiam o gado e o necessário a lavoura (Monteiro, 2001, p. 8).

Nos primeiros anos desse longo conflito, denominado pela historiografia mais tradicional de “Guerra dos Bárbaros”, os indígenas levaram uma certa vantagem, na medida em que conheciam melhor o território. Além disso, contaram com um grande número de deserções entre os que compunham as tropas colonizadoras, fato que levou o Capitão-Mor da Capitania do Rio Grande e Governador da “Fortaleza dos Santos” a publicar, em 11 de julho de 1688, um “edital” que proibia a saída de qualquer morador da capitania, sob pena de prisão na “Casa Escura” da fortaleza e o confisco das fazendas. A mesma pena recairia sobre aqueles que soubessem das fugas e não as denunciassem ao Capitão-Mor ou ao Senado da Câmara (Mariz, 1995, p. 113–114).

É possível perceber que a reação dos indígenas causou temor aos colonos. Somente esse fato justificaria a tomada, por parte das autoridades da capitania, de medidas tão drásticas contra os proprietários rurais, ou seja, os seus colonizadores mais abastados.

No Rio Grande do Norte, onde a resistência nativa foi das mais intensas, estima-se que foram mortos, no decorrer da “Guerra aos Bárbaros” (1680–1720), mais de trinta mil cabeças de gado “vacuum” e cerca de mil “cavallar”, levando a uma grande redução na arrecadação proveniente do dízimo.

Segundo dados apresentados por Santos (1994, p. 48), em 1860, o valor obtido com o referido imposto foi de novecentos mil réis (900\$000). Após nove anos de conflito, o valor teria caído para pouco mais de um terço, ou seja, trezentos e quarenta mil réis (340\$000).

Embora Santos (1994) não tenha mencionado as fontes de onde extraiu tais dados, é possível encontrar diversos documentos, como a *Carta dos Oficiais da Câmara de Natal ao Capitão-mor General de Pernambuco, João de Cunha Souto Maior* (de 1687) e a *Carta dos Oficiais da Câmara de Natal ao Governador Geral* (de 1688), que informam sobre a morte dos animais e da queda da arrecadação na Capitania (Mariz, 1995, p. III, 114). Contudo, deve-se observar que essa documentação foi produzida pelas autoridades locais, que, dentre outras finalidades, destinava-se a convencer seus superiores da necessidade urgente de enviar tropas e recursos ao Rio Grande do Norte.

As súplicas surtiram efeito. A partir de 1687, o quadro até então favorável aos indígenas começou a mudar, principalmente após a chegada dos bandeirantes paulistas, alguns sob o comando de Domingos Jorge Velho, que anos depois se notabilizará pela conquista do Quilombo de Palmares. A partir de então, a resistência indígena perdeu forças e a ocupação das terras avançou rapidamente.

Senhores de terras e homens do litoral da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e até mesmo da Bahia passaram a ser beneficiados, pela Coroa Portuguesa, com doações de terras no Sertão e no Agreste. Eram fazendas destinadas, principalmente, à criação extensiva de gado bovino e administradas por vaqueiros, homens que prestavam

seus serviços aos legítimos proprietários, em troca, muitas vezes, de uma parte dos animais nascidos no decorrer de um ou dois anos (Monteiro, 2000, p. 80).

Apesar de serem documentos do início do século XIX, os manuscritos oriundos da fazenda Cacimba das Cabras, localizada no município de Acari, de propriedade do senhor de engenho André de Albuquerque Maranhão, e mencionados por Juvenal Lamartine, em *Velhos costumes do meu sertão*, reforçam o entendimento historiográfico de que parte das terras sertanejas de fato foram doadas a ricos proprietários do litoral, bem como foram administradas por vaqueiros que eram recompensados com parte dos animais nascidos na fazenda sob sua administração (Lamartine, 1996, p. 101-102).

Devido a todo esse contexto, marcado por abandono, invasões, conflitos com os povos nativos, o limitado desenvolvimento econômico e a baixa ocupação populacional, pouco se registrou das secas e seus efeitos sobre o povo, a economia e o território potiguar ao longo desses dois primeiros séculos de colonização. E, se o foram, não chegaram ao nosso conhecimento. É apenas quando adentramos o século XVIII que as informações sobre as secas se tornam mais abundantes e detalhadas, especialmente no que se refere às capitanias de Pernambuco, do Ceará e da Bahia. Tais registros tratam da mortandade do gado, dos prejuízos impostos aos criadores, das epidemias, das migrações populacionais para o litoral, do desabastecimento de gêneros alimentícios, da morte de pessoas e da fome.

Sebastião Rocha Pitta registra que, já na estiagem de 1722-1723, houve migração e fome entre os mais pobres, e que, por isso, o “Vice-Rey” teria enviado às Capitanias “grossas somas

de dinheiros” para atender à “[...] necessidade do Povo, e das grandes fabrica dos Engenhos, e fazendas, cujas plantas de mandioca, que costumão ter para as suas famílias, e escravos, havia esterilizado a seca” (Pitta, 1730, p. 632–633). Trata-se de uma das mais antigas menções a “socorros públicos” enviados pelos poderes públicos para as áreas afetadas por estiagens que foram identificadas nas fontes consultadas.

Essa situação é semelhante à relatada por Manoel Esteves de Almeida (1887) por ocasião da seca de 1790–1793. Segundo o memorialista, a fome alcançou as cidades do sertão cearense, levando parte da população a buscar socorro na “Villa de Santa Cruz do Aracaty”, onde “[...] foi sempre a fome mais moderada do que nos sertões, na qual se refugiou muita gente, e nenhuma pessoa morreu de fome, *porque lhe vinha soccôrros*, já da Bahia, já de Pernambuco e já do Maranhão” (Almeida, 1887, p. 86).

Se na seca de 1723–1724 os relatos dão conta da “presteza” e do empenho das autoridades envolvidas no socorro aos “flagelados”, a partir da seca de 1790–17993 surgem as primeiras menções a comerciantes que, para aumentar seus lucros, buscavam tirar proveito econômico da falta de gêneros alimentícios no mercado. Em Pernambuco, por exemplo, o governo provincial chegou a tomar medidas extremas no sentido de conter os abusos dos comerciantes, em especial, dos vendedores de farinha de mandioca.

Segundo Fernando da Gama,

[...] atravessadores, cujos corações não palpitam quando o seu semelhante sofre, quiseram enriquecer-se á custa da desgraça pública; mas o General [...],

conseguiu que a farinha nunca excedesse o preço de 5\$000 o alqueire. Muitos homens acusados de terem farinha guardado foram por este facto recolhidos à cadeia, e carregados de ferro e a farinha que se achou tomada por perdida e o seu produto aplicado para os lazeres de Santo Amaro. Todo, pois, forão obrigados a denunciar a farinha que tinham, e a levá-la a praça da Polé [...], a fim de venderem por preço que não excedesse a 5\$000 o alqueire. Um piquete de infantaria, [...], tinha a seu cargo, [...] proibir que a pessoa alguma se vendesse mais de um salamim de farinha, [...]. [...] se não fossem as, embora violentas, providências de D. Tomaz, devemos confessar que grande número de victimas infalivelmente teria sido sacrificadas a avareza dos monopólios (*Apud.* Alves, 1982, p. 57).

No trecho destacado, fica claro, já nesse período, que a seca podia ser bastante lucrativa para alguns produtores ou comerciantes de alimentos. A existência de tais práticas não significa dizer que temos aí o nascimento da *indústria da seca*. No máximo, pode-se afirmar que contribuiu para demonstrar para as elites que falta de chuva poderia beneficiá-las. Afinal, ainda não havia uma ação deliberada para canalizar os recursos públicos.

Além disso, a falta de alimentos para a comercialização, principalmente nos centros urbanos, apenas era agravada pela especulação dos comerciantes, desejosos de aproveitar a situação para ampliar suas margens de lucros com a queda na produção. A fabricação da farinha de mandioca, um

dos principais gêneros alimentícios dos tempos coloniais, mesmo na época de normalidade climatológica, já não bastava para suprir os moradores das capitanias, uma vez que os proprietários de terra preferiam cultivar a cana-de-açúcar e criar gado, atividades mais rentáveis.

Em tempos de seca, esse desabastecimento tomava proporções maiores. A produção de farinha de mandioca e demais gêneros alimentícios era reduzida ou simplesmente deixaria de existir. Como consequência, ocorria a especulação, o aumento considerável nos preços dos alimentos e a ampliação do desabastecimento, especialmente entre os mais pobres.

A esse respeito escreveu Sebastião Rocha Pitta (1730, p. 437), quando tratou dos efeitos da seca de 1722–1723:

Abrazava o Sol com excessivo ardor a toda a nossa América, secando as águas, estragando os frutos, esterilizando as lavouras, e, matando os gados, de forma, que além da falta de todos os viveres, era mayor a da farinha da mandioca, que he o pão comum dos moradores deste Estado, chegando por esta causa o preço dela nas Províncias de Pernambuco, e do Rio de Janeiro a três mil e duzentos, e a quatro mil reis o alqueire. A carne, da qual havia a mesma esterilidade, a mil e seiscentos, e a dois mil reis.

O mesmo aumento de preços e falta de alimentos também se verificou na seca de 1790–1793. Segundo Manoel Esteves de Almeida, no sertão cearense, o preço da farinha de pão chegou a mil réis, e na falta de gêneros alimentícios tradicionais, a população acabou recorrendo a corvos, carcarás, cobras,

ratos, couros de boi, raízes de ervas, xique-xique, mandacarus e mandioca brava (Almeida, 1887, p. 86).

Sobre essa mesma seca, afirma Thomaz Pompeu Brasil que o alqueire de farinha de mandioca chegou a ser vendido, no Ceará, por oito mil réis, quando em tempos de invernos regulares o mesmo volume de farinha chegava a ser vendido por apenas duzentos e quarenta réis (Brasil, 1983, p. 20).

Nos relatos do século XVIII encontramos passagens que ajudam a explicar, em parte, o desabastecimento e a fome. Comentando sobre os efeitos da seca de 1790–1793, no Rio Grande do Norte, um proprietário rural da cidade de Acari escreveu que no ano de 1793,

[...] foram-se decorrendo os mezes de inverno como pouca chuva e pouca pastagem; recolheram-se os gados que se haviam retirado para os agrestes, em diminuta quantidade; e por essa razão se plantou pelos mattos lavouras de gerimos, melancias e cabaças sem haver n'ellas destruição (Guerra; Guerra, 1980, p. 17).

No trecho destacado, o autor sugere que a produção de gêneros alimentícios, como a mandioca, o milho, o feijão e as frutas, ficava em segundo plano em tempos de normalidade climática. Na realidade, o gado ocupava as terras mais férteis, que somente pareciam estar disponíveis para o cultivo de gêneros alimentícios nos intervalos entre a volta das chuvas e a recuperação dos rebanhos, ou seja, enquanto o número de animais permanecia pequeno, o agricultor aproveitava

as terras para o cultivo, sem medo de haver “destruição” do plantio.

As secas também trouxeram dificuldades para outra importante atividade econômica da região: a “indústria da carne seca”. Surgida no Ceará, onde as condições ambientais (sol, vento e umidade) eram favoráveis e a matéria-prima (gado bovino) era abundante, logo foi expandida para o Rio Grande do Norte. As oficinas de carne, como as existentes no município de Aracati/CE e nas ribeiras dos rios Açu e Mossoró/RN, abatiam os rebanhos vindos das fazendas sertanejas e beneficiavam a carne, que depois era embarcada para as feiras pernambucanas e baianas⁶.

Com a “morrinha do gado”, comum nos períodos de estiagens mais severas, os beneficiadores da carne eram obrigados a diminuir ou a paralisar sua produção por falta de matéria-prima, ou seja, a carne dos animais a ser salgada. No Ceará, onde o beneficiamento da carne teve maior desenvolvimento, os prejuízos foram maiores. Conforme o “registro de memória” de Manuel Esteves de Almeida (1887, p. 85):

No anno de 1790 principiou, além de outras mais moderadas, uma secca tão terrível e rigorosa, que durou o espaço de 4 annos, porém no anno de 1791 e 1792 mais excessiva, de tal sorte que derrubou,

⁶ A prosperidade dessa indústria foi tanta que acabou por provocar a falta de “carne verde” (não salgada) e de animais vivos nas feiras pernambucanas, fato que levou as autoridades coloniais a fecharem as oficinas norte-rio-grandenses, em 1788. Sobre a indústria da carne seca, ver Santos, (1994. p. 65–66).

destruiu e matou quasi todos os gados dos sertões desta comarca, e por isso veio a perder aquelle ramo de commercio das fabricas de carne secca deste anno de 1793 exclusive, porque no anno de 1794 já não houve gados que se matar, [...].

Em geral, as informações sobre as secas do século XVIII e as anteriores privilegiam os efeitos econômicos, como o declínio da indústria da carne seca e a paralisia das atividades complementares, como a cultura da mandioca. Emigração, fuga de parte da mão de obra escrava ou livre também ajudaram a compor o quadro de paralisação da produção no setor agrícola das capitanias do Nordeste colonial.

Nesse caso, a maior atenção dadas a essas questões decorre do fato de ter sido, a quase totalidade da documentação sobre as secas, produzida pelas elites agrárias e seus representantes. Além disso, a estiagem ainda era encarada por esses sujeitos como um fenômeno natural, recorrente e, por vezes, até necessário, como defendeu um criador da “Villa de Acari” (Guerra; Guerra, 1980, p. 24).

A especulação dos comerciantes e a queda na produção agropecuária ajudaram a ampliar o quadro de fome descrito pelos cronistas e autoridades públicas. Contudo, limitar a explicação para a fome e a miséria do povo a tais fatores é desconsiderar a concentração de terras nas mãos de uns poucos proprietários e as relações de trabalho desfavoráveis aos trabalhadores (terça, meia, colonato etc.). Por isso, medidas como aquelas tomadas pelo “Vice-Rey” (1723–1724) e em Pernambuco (1790–1793), apenas amenizavam esse quadro

de desabastecimento, que retornava ao primeiro sinal de falta de chuva.

Também foi possível observar nos relatos que, diante da falta ou da carestia dos alimentos, muitas famílias pobres, e mesmo as de posses, preferiram migrar. A exemplo dos indígenas, os colonos emigravam para as serras e para o litoral em busca de um clima mais ameno e mais abundância de alimento. Segundo Joaquim Alves (1982, p. 38), o primeiro registro de movimentos migratórios de colonos em períodos de estiagem se deu no século XVIII, mais precisamente, na seca de 1722–1728, quando diversas famílias de sertanejos cearenses se dirigiram para as serras, como a de Ibiapaba.

Apesar das serras terem efetivamente se constituído em centros de atração populacional dos habitantes do sertão em tempos de estiagem, a zona litorânea foi a que mais emigrantes recebeu. Diversos são os relatos que apontam para a migração de famílias para o litoral, pois era o destino escolhido por pobres e por ricos. Contudo, esse movimento só se tornou mais intenso nas secas da segunda metade do século XVIII, como na de 1790–1793, em que

Os rios e fontes secaram, e algumas ribeiras ficaram completamente assoladas; segundo o memorial dirigido a El-Rei pela viúva do capitão Francisco Nobre de Almeida [da Capitania de Pernambuco], e informações da provedora, pereceram à fome e à sede os animais domésticos e as feras silvestres dos sertões. Muitas pessoas, famílias inteiras, que não puderam a tempo emigrar, eram encontradas mortas pelos caminhos e casas (Brasil, 1983, p. 16–17).

A emigração não ficou restrita a Pernambuco. Há relatos como os de Manoel Esteves de Almeida (1887) e de um dos descendentes do Coronel Caetano Dantas Corrêa, os quais informam que nessa mesma seca houve migração nas Capitanias do Ceará e do Rio Grande do Norte (Guerra; Guerra, 1980, p. 15–24). A análise dessa documentação demonstra que os grandes proprietários de terra da região compartilhavam da ideia de que a emigração era decorrente da ausência ou da reduzida precipitação pluviométrica e da consequente queda da produção agropecuária, não fazendo qualquer associação com a estrutura agrária concentradora e excludente predominante na região.

Com o aumento progressivo do movimento migratório durante as secas que se seguiram à de 1723–1724 e a consequente perda de mão de obra, as autoridades públicas se viram obrigadas a tomar providências para conter o grande fluxo migratório. Utilizando-se do argumento de serem os migrantes “vadios” e “ladrões”, as autoridades tomaram medidas no sentido de fixar à terra tais sujeitos. Assim, utilizando-se de Carta Régia, foi ordenado que os “vadios” e “facínoras” fossem reunidos em povoações e que fossem entregues, gratuitamente, as terras existentes nas proximidades. As vilas de Sobral, de São Bernardo das Russas, de São Jorge do Príncipe e de Quixeramobim, todas no Ceará, surgiram dos agrupamentos humanos promovidos pela execução dessa ordem régia (Alves, 1982, p. 49).

Na luta para superar o quadro de desabastecimento e fome, a população recorria aos furtos e roubos. A formação de grupos que saqueavam o sertão paraibano foi mencionada em uma Carta Régia, datada de 24 de maio de 1725. Segundo esse

documento, transcrito por Joaquim Alves, o Capitão-mor da Capitania da Paraíba, na estiagem de 1723–1724 formaram-se organizações militares, denominadas de “bandos” para conter as ações dos “vadios”, dos “ladrões” e do “gentio de corso” (Alves, 1982, p. 39–41).

Embora tenham sido observadas secas nos anos de 1910–1711, 1721–1723, 1727, 1766, 1777–1778, 1784 e 1791–1793, no Rio Grande do Norte (Santos, 1994, p. 60), pouco foi registrado sobre os seus efeitos. Uma explicação para isso pode estar no fato de haver, na capitania, um reduzido número de colonizadores brancos habitando os sertões e as fazendas de criação. Segundo informações prestadas por Joaquim Alves (1982, p. 54–55), os números de fazendas não passavam de 283.

Uma outra explicação nos é apresentada por Paulo Pereira dos Santos (1994, p. 61). Segundo o autor, somente a partir do momento em que a população branca e proprietária de fazendas nos sertões passou a reclamar dos prejuízos econômicos causados pelas estiagens é que documentação sobre as secas, em especial a oficial, tornou-se mais abundante. Entendemos como mais plausível uma explicação que leve em consideração os dois fatores, ou seja, o crescimento populacional e os prejuízos só podem explicar o aumento da documentação quando percebidos como processos que atuaram conjuntamente.

Apesar de escassa, há fontes que informam sobre os efeitos das secas nas terras potiguaras, caso do relato de Sebastião Rocha Pitta, publicado originalmente em 1730. Joaquim Alves (1982) também traz breves relatos de pessoas

que vivenciaram as secas, especialmente a de 1791–1793⁷.

Contudo, o documento mais detalhado que foi localizado sobre os efeitos das secas nas terras potiguares foi transcrito na obra dos irmãos Phelippe e Theophilo Guerra. Trata-se de um relato minucioso de um proprietário de terras da cidade de Acari, no sertão potiguar, no qual “[...] passa a dar ao público uma notícia das seccas mais notaveis e suas consequencias, [...]; não só as vistas e passadas por si, como também das anteriores.” (Guerra; Guerra, 1980, p. 15).

Embora tenha sido escrito em 1847, o texto faz uma breve descrição das estiagens desde o início do século XVIII. No total, descreve os efeitos de cinco secas que teriam ocorrido nesse período. A primeira dessas foi a de 1723–1724, que:

Por tradição verdadeira sabe que no princípio do século passado [XVIII] houveram dois annos de sêcca sucessivos, que foram os de 23 e 24, sendo também de poucos anos a sua povoação de gados, não sendo a morrinha muito considerável; e a fome no povo também foi soffrivel, por ser ainda pouco; e mesmo por estar ainda o sertão inculto, havia abundância de caça, e mel silvestre (Guerra; Guerra, 1980, p. 15).

⁷Existem divergências na historiografia e nas fontes sobre as secas quanto ao período de duração. Isso se deve à irregularidade de sua ocorrência, havendo partes do Sertão e do Agreste do Nordeste onde a estiagem se inicia mais cedo ou se prolonga um pouco mais. Há situações em que o fenômeno se manifesta em apenas parte da região ou mesmo de um estado. Esse foi o caso da seca de 1790–1793, que no Ceará iniciou já em 1790, enquanto e no Seridó potiguar só veio a se manifestar no ano seguinte (Alves, 1982).

Segundo o relato, os efeitos da seca só não foram maiores devido ao pequeno número de animais e de colonos existentes na região de Acari. Nesse caso, a estiagem teria afetado a Capitania do Rio Grande do Norte quando as suas terras sertanejas ainda estavam em processo de ocupação pelos curraleiros.

Mesmo com a consolidação do povoamento no agreste e no sertão, no decorrer do século XVIII, os informes sobre as secas continuaram escassos e pouco detalhados. Sobre a seca de 1777–1779, uma das mais documentadas, a notícia que temos é que

[...] foi a morrinha dos gados tão excessiva neste Seridó que havendo proprietário que já recolhiam quinhentos a mais bezerros, vindo o anno seguinte [1779] só recolheram quatro bezerros; e os mais fazendeiros á proporção; a fome do povo não foi considerável por ainda não ser então grande número; e mesmo já haver alguma indústria (Guerra; Guerra, 1980, p. 16).

Trata-se de um relato simples, sem grandes explicações e detalhamentos dos acontecimentos, por meio do qual o autor evidencia os efeitos da estiagem sobre a criação de gado, então a principal atividade econômica da capitania à época, e os minimiza quando se refere à população. No Ceará, a situação foi muito semelhante (Brasil, 1983, p. 19).

Na estiagem de 1791–1793, o mesmo autor continuou a informar da “morrinha do gado” e das perdas dos fazendeiros. Contudo, a maior parte do relato se presta a destacar os efeitos

sobre o “povo”, ou seja, aqueles que não eram de “família mais pezada e apossada”. Assim,

Acabados os meses de inverno sem nenhuma chuva, acabados os mantimentos e o gado juntamente foi um geral clamor; ver famílias inteiras a pé, em busca dos agrestes da beira-mar, distante 50 léguas, morrendo á fome pela estrada; enternando se pelos mattos com filhinhos e trem ás costas; isso por decurso de mezes (Brasil, 1983, p. 16–17).

Além da fome e da migração, há referências a famílias comendo raízes, cactáceas e carcaças de animais que haviam morrido ressequidos pela falta de água e pastos. Como se pode perceber, a miséria do “povo” começava a tomar o protagonismo das narrativas sobre a temática, antes voltado aos prejuízos dos pecuaristas.

Relatos como esses se tornaram mais comuns no século XIX e acabaram por colaborar para a construção e a perpetuação de uma visão de Nordeste seco e miserável, sempre necessitado do auxílio e da assistência dos poderes públicos para superar seus problemas, como a falta de recursos nos cofres públicos por decorrência da queda de arrecadação do dízimo sobre o gado e demais atividades agrícolas.

A pouca documentação a respeito da temática impediu a formulação de um quadro mais detalhado dos seus efeitos sobre a capitania do Rio Grande do Norte. Contudo, foi o bastante para evidenciar como o fenômeno afetava a economia e a população em geral.

1.2. A seca de 1844–1846 na província do Rio Grande do Norte

Após o término da seca de 1791–1793, “prosperaram os tempos; multiplicaram-se os gados, e o povo á proporção”. No entanto, em 1825, a estiagem voltou a se manifestar de forma mais intensa. Problemas recorrentes ressurgiram, como as migrações, a fome e a “morrinha do gado” e, consequentemente, os prejuízos aos criadores e aos cofres públicos. Contudo, já no ano seguinte as chuvas voltaram, e com elas, a abundância de pasto para o gado e de alimento para o povo (Brasil, 1983, p. 18–19). Verifica-se, apesar disso, que a chegada do novo século não ofereceu alívio aos habitantes do sertão potiguar. Segundo as fontes e a bibliografia, foi entre os anos de 1844 e 1846 que a seca, de fato, agravou a situação econômica e social da então província do Rio Grande do Norte. Isso ocorreu porque as terras sertanejas estavam mais densamente povoadas e a economia provincial encontrava-se ainda mais dependente das receitas provenientes da atividade pecuarista.

A evolução da receita pública da província (Tabela 1), ao longo da década de 1840, ilustra o impacto dessa seca sobre a economia provincial e os cofres públicos. A tabela pode ser dividida em três momentos distintos. No primeiro, que compreende o período de 1840–1841 a 1843–1844, verifica-se uma tendência de crescimento na receita provincial; no segundo, entre 1844–1845 e 1845–1846, ocorre uma queda brusca nos valores arrecadados; já no terceiro momento, que se estende de 1846–1847 a 1853–1854, observa-se um processo lento e progressivo de recuperação dos cofres públicos.

BREVE HISTÓRICO DAS SECAS NO RIO GRANDE DO NORTE

Tabela 1: Evolução da Receita Pública na Província do Rio Grande do Norte 1840/41 a 1850/51

Ano Financeiro	Receita
1840-1841	65:062\$661
1841-1842	66:695\$630
1842-1843	68:869\$000*
1843-1844	71:043\$658
1844-1845	55:655\$293
1845-1846	20:168\$479
1846-1847	24:582\$000*
1847-1848	26:789\$000*
1848-1849	28:995\$307
1849-1850	45:324\$236
1850-1851	58:523\$944
1851-1852	61:637\$435
1852-1853	64:209\$279
1853-1854	76:742\$142

Fonte: Coleção de Fallas e Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte, (1840-1860)

Legenda: *Receita média, considerando o ano imediatamente anterior e o posterior.

Conclui-se que o comportamento da receita pública tinha relação direta com o regime pluviométrico. Apesar de alguns relatos indicarem a ocorrência de irregularidades nas chuvas entre os anos fiscais de 1840-1841 e 1843-1844, não há registro na bibliografia consultada de estiagens mais prolongadas, o que justifica a tendência de crescimento na renda pública. O mesmo não podemos dizer de 1844-1845 e 1845-1846, quando, segundo as fontes e a bibliografia, abateu-se sobre a província estiagem que “devastou” o rebanho,

do qual advinha a maior parte das receitas públicas. Já no intervalo entre 1846–1847 e 1853–1854, o que se observa é que, sem a ocorrência de novas secas, a província voltou a vivenciar um período de relativo crescimento econômico.

Contudo, deve-se ressaltar que a simples falta de chuva não explica, por si só, as oscilações na receita pública. Na realidade, a queda decorreu, em grande medida, da dependência econômica que a província tinha de uma única atividade econômica, que pela forma como era praticada (criação extensiva e com aproveitamento da pastagem natural), tornava-se altamente suscetível à paralisação em tempos de estiagem.

A importância do dízimo do gado para os cofres públicos pode ser avaliada a partir do “Quadro demonstrativo da arrematação dos Dízimos e Impostos Provinciais do Rio Grande do Norte effectuada no anno de 1841”, apresentado como anexo ao “Discurso do Vice-Presidente da Província”, o Coronel Estevão José Barboza de Moura (Rio Grande do Norte, 2001v, p. 224)⁸. Segundo esse “Quadro”, entraram nos cofres públicos dezoito contos, seiscentos e cinquenta e dois mil, cento e noventa e oito réis (18:652\$198); desse total, onze contos, seiscentos e cinquenta e três mil, setecentos e quarenta e oito réis (11:653\$748) foram obtidos com o “Dizimo do Gado Vaccum e Cavallar”, ou seja, mais de 60% dos recursos arrecadados por impostos provinciais eram decorrentes da

⁸O quadro em questão refere-se as receitas com dízimos e outros impostos gerados dentro da própria Província, não contabilizando valores recebidos a título de repasse pelo governo imperial e saldo de anos anteriores.

pecuária. Na prática, o dízimo do gado, era então, a principal fonte de receita do governo provincial.

De acordo com as fontes e a bibliografia especializada consultadas, foi nessa seca que houve o mais elevado índice de mortandade no rebanho potiguar até então observado. Segundo informações prestadas por proprietários rurais locais a Elias Souto, editor de um dos principais jornais da capital potiguar, o *Diário do Natal*, a “morrinha” na referida seca havia reduzido o rebanho norte-rio-grandense à sua décima parte (Guerra; Guerra, 1980, p. 28)⁹.

Mais contundentes foram as palavras do Presidente da Província, Casimiro José de Moraes Sarmiento, ao comentar o orçamento das receitas para os anos de 1847–1848:

Cumpre observar que no orçamento da receita se não incluiu o dízimo do gado vaccum e cavallar, porque não era possível contar com receita tão eventual e que nenhuma base offerecia, attenta a assombrosa diminuição que appareceu nos dous ultimos annos. Informa-me, porém, o Inspector da Thesouraria que, se no anno seguinte tivermos bom inverno, não poderá o dito ramo de receita exceder de 6:000\$000, fundando-se, para assim afirmar, no produto das arrecadações realisadas até agora; porquanto diz elle, que a Freguezia do Príncipe que costumava dar ao

⁹ As “Notas Sertanejos” são um conjunto de anotações de diversos proprietários rurais, organizadas ano a ano, deste de 1840 até 1908, dando conta do regime de chuvas no sertão e dos seus efeitos no Rio Grande do Norte. Enviadas ao Coronel Elias Souto, pelo filho do Barão do Assú, foi publicada na obra *Seccas contra a secca*.

dízimo anualmente passante de mil cabeças de gado, apenas forneceu vinte e nove do anno de 1844, não dando hum a só do anno passado, e por igual as demais Freguezias. Daqui, pois, fica claro que a maior fonte de receita desta Provincia que sem dúvida era o dízimo do gado, acha-se quase secca, e consequentemente que com ella pouco se póde contar (Rio Grande do Norte, 2001c, p. 317).

As palavras do Presidente também ajudam a explicar o processo lento de recuperação das receitas provinciais após uma estiagem. Os dados da receita (Tabela 1) demonstram que o declínio das receitas públicas se dava de forma abrupta; logo, pode-se concluir que o rebanho potiguar era rapidamente dizimado nos períodos de seca. Por outro lado, a sua recuperação parecia ser lenta, de tal modo que, findada a seca, os cofres públicos levaram, aproximadamente, oito anos para superar o patamar de arrecadação obtidos em 1843–1844, ou seja, antes da estiagem.

A dependência econômica em relação à pecuária não explica integralmente a crise arrecadatória da província. O Presidente da província, em *Falla* dirigida ao Legislativo Provincial, em 1848, afirmou que a seca iniciada em 1844 havia provocado “[...] a paralização do commercio, da indústria, e da agricultura, e a estagnação de todas as fontes de riqueza pública” (Rio Grande do Norte, 2001e, p. 373). No momento mais agudo da estiagem, o Presidente Sarmento apresentou um quadro ainda mais dramático ao afirmar que a situação financeira da província era de “morte” (Rio Grande do Norte, 2001c, p. 317).

Apesar dos períodos de normalidade climática, encontram-se reclamações sobre as dificuldades financeiras da Província, fato intensificado nos períodos de seca e nos anos seguintes ao reestabelecimento das chuvas, quando o clamor dos presidentes da província tornava-se recorrente. Tanto é que, entre os anos de 1844 e 1850, todos os presidentes se queixaram aos deputados da Assembleia Legislativa Provincial sobre o estado “desanimador” dos cofres públicos. Reclamavam os presidentes da falta de recurso para a manutenção dos serviços públicos, como a manutenção do corpo policial, que, em 1846, passou vários meses sem receber os salários (Rio Grande do Norte, 2001c, p. 317). O Presidente Casimiro José de Moraes Sarmiento, em “Discurso” pronunciado na Assembleia Provincial, em setembro de 1847, declarou que as rendas se encontravam:

[...] diminutas e insuficientes ainda para as despesas com pessoal. Aquellas [receitas] para o anno financeiro de 1848 a 1849 estão orçadas em réis vinte e oito contos novecentos noventa e cinco mil trescentos e sete [28:995\$307]; e estas [despesas] em réis cinquenta e cinco contos cinquenta e sete mil duzentos trinta e cinco [55:057\$235], resultando por conseguinte o deficit de réis vinte e seis contos sessenta e um mil novecentos vinte e oito [26:061\$928], deficit que provavelmente continuará a existir não for reparada a destruição que a diuturna sêcca causou no gado vacum e cavalal, [...] (Rio Grande do Norte, 2001d, p. 359).

A recuperação lenta das atividades econômicas da província e, conseqüentemente, das receitas públicas, manteve-a com déficit até, pelos menos, os anos de 1850, quando o presidente da província ainda noticiava aos deputados provinciais a existência de um “grande deficit”, decorrente da estiagem de 1844–1846 (Rio Grande do Norte, 2001w, p. 473). Não há notícia nas *Fallas e Relatórios* presidenciais de quando as receitas passaram a superar as despesas, se é que, de fato, isso tenha ocorrido em algum momento.

O quadro de redução das atividades produtivas, em especial da pecuária, e das receitas durante e depois da seca de 1844–1846 foi complementado pelo agravamento de problemas sociais já existentes, como a fome, as epidemias, a emigração, a violência e a mortalidade das pessoas. Era frequente, nos pronunciamentos dos presidentes da Província à Assembleia Legislativa, a menção a tais problemas.

Ao tratar da “Tranquilidade Publica” no ano de 1845, o Presidente Sarmiento afirmou que:

A mortandade dos gados de todas as espécies, e o aniquilamento das lavouras, tem obrigado grande parte da povoação do Centro a abandonar as suas habitações, e a vir homisiar-se no litoral, onde a carístia e escassez, que já se sentia, aumentou-se, [...], tornando-se por consequência geral a miséria e a indulgencia, cujas calamitosas consequencias soffrem em maior escala os *retirados e emigrados*, os quaes, além da necessidade de alimentos, carecem de casas em que se abriguem, e de roupa com que se tirem da desnudez em que se achão. De tão desgraçada situação

tem resultado morrerem não poucos indivíduos, principalmente crianças e velhos, não só de fome, mas de enfermidades que lhes tem produzido o uso de alimentos impróprios, como a *mocunã*, o *chique-chique* e o *páo-barriga*, de todos o mais perigoso! (Rio Grande do Norte, 2001b, p. 282–283, grifos no original).

O relato da maior autoridade pública da província tem contornos dramáticos e, por que não, cataclísmicos. Migração, fome, carestia, miséria, nudez, morte e doenças, enfim, velhos problemas justificados pelas elites locais como meras consequências dos tempos de seca e de desorganização econômica.

É pertinente notar que também se observa esse caráter dramático nos relatos dos pecuaristas. Há menção a “abas-tados” que “passaram pelos dissabores da indigência” e outros que se viram obrigados a se desfazer de escravos, ouro e prata “por diminuto preço”. Já no que se refere às dificuldades enfrentadas pelo “povo”, o quadro descrito é muito semelhante àquele apresentado pelos presidentes da província (Guerra; Guerra, 1980, p. 27–28).

A situação dos afligidos pela seca foi agravada, segundo o Presidente José Sarmiento, pela ação de ladrões, a quem chamou de os “selvagens da civilização”. Homens que atacavam fazendas, comerciantes e socorros enviados para serem vendidos ou doados aos “retirados e emigrados”. Na realidade, muitos desses “selvagens” eram indivíduos pobres, migrantes que, sem fonte de renda e auxílio das autoridades

públicas, viam-se obrigados a cometer furtos e roubos para conseguir, ao menos, o alimento.

Contudo, o relato do filho do “Barão do Assú” revela um outro lado da seca, um lado pouco presente nas fontes oficiais, qual seja: o aparecimento de uma certa “prosperidade” econômica de algumas pessoas e cidades. Assim, segundo autor do relato, apareceram muitos “especuladores” e “traficantes de ocasião”, “homens abastados”, que se aproveitavam da penúria dos outros para comprar, a preço baixo, os seus bens (Guerra; Guerra, p. 27–28).

Por sua vez, nas cidades de “[...] Assú e Mossoró não houve fome, e sim abundância de gêneros, aumento do commercio, do numerario e dos recursos; [...]”. A explicação para tal “prosperidade”, segundo o relato, estava nos “socorros públicos” que chegavam pelo mar para socorrer os flagelados que estavam se concentrando nessas cidades (Guerra; Guerra, 1980, p. 27).

Devido ao acesso relativamente fácil, essas cidades se tornaram “polos” de recebimento, distribuição e revenda dos gêneros alimentícios e outros “recursos”, principalmente os adquiridos com as verbas provenientes dos “socorros”. Se por um lado a concentração de tais gêneros nessas localidades¹⁰ proporcionou a atração de grande número de “retirantes”, tanto os pobres quanto aqueles mais abastados, por outro, atraiu comerciantes, desejosos de abocanhar parte desses recursos enviados a título de “socorro”. Ou seja, nesse período,

¹⁰Há também notícia da distribuição de alimentos nas localidades de Villa de Angicos, Morro, Touros, Petitinga, Macau, Serra de São Bento, Villa-Flor, São José, Papari, Villa de Extremoz, Villa de Goianinha, Villa de São Gonçalo e Muriú (Rio Grande do Norte, 2001c, p. 334).

as elites começavam a perceber que, se as secas traziam mazelas, principalmente para a população pobre e excluída, também poderiam lhes proporcionar uma redenção diante do quadro imediato de desestruturação econômica.

Na primeira metade do século XIX, as secas ainda eram encaradas pelas elites apenas como um fenômeno climático que desorganizava temporariamente a ordem econômica, levando os mais pobres à fome, à migração, à morte e à criminalidade, ou, no máximo, como fonte de carregamento de recursos do Governo Imperial para a Província. No entanto, esse fato se dava apenas durante o período das estiagens. Retornando a chuva, tal prática era colocada de lado. Essa situação vai perdurar até, pelo menos, a seca de 1877–1879, quando, a partir de então, as elites potiguaras e nordestinas começaram a estruturar um discurso visando perpetuar a canalização de recursos públicos.

1.3. O caos social na seca de 1877–1879

Passados mais de 30 anos da seca de 1844–1846, a província foi novamente assolada por outra grande seca, a de 1877–1879. Não significa que, nessas três décadas, o território potiguar houvesse ficado livre das estiagens. No relato enviado a Elias Souto, percebe-se que a irregularidade de chuva e o temor pela mortandade do gado estiveram presentes em praticamente todos os anos, apesar de só mencionar a ocorrência de estiagem mais acentuada nos anos de 1853 e 1870 (Guerra; Guerra, 1980, p. 29–37).

Segundo o relato do filho do Barão de Assú, a seca iniciada em 1877 foi considerada pelo sertanejo como “peior do que a de 45” (Guerra; Guerra, 1980, p. 37). Quem analisa as secas no

Rio Grande do Norte, principalmente as anteriores a de 1877–1779, não dispõe de dados objetivos que possam confirmar ou refutar a veracidade de tal afirmação. Embora sua severidade em relação à anteriores seja incerta, foi certamente a mais documentada e, principalmente, mais divulgada pelas autoridades e proprietários de terra. Encontram-se, em abundância, registros de seus efeitos em revistas, jornais, documentação oficial, crônicas, memórias, fotografias e livros da época.

Embora, oficialmente, a seca só tenha se estabelecido em 1877, as condições climáticas já vinham trazendo problemas para os pecuaristas e os agricultores, ao menos desde 1875. Nesse ano, o Presidente se queixou dos problemas trazidos pelo excesso de chuvas nos municípios de “Príncipe”, “Acary” e “Angicos”, fato que teria afetado diretamente as receitas provinciais (Rio Grande do Norte, 20010, p. 252). No ano seguinte, o reclame veio dos proprietários de terra, que já davam conta da “morrinha no gado”, carestia nos gêneros alimentícios e fome entre o povo em algumas partes da província (Guerra; Guerra, 1980, p. 37). Nesse caso, tanto a escassez quanto a abundância de chuvas ajudaram a desorganizar a estrutura produtiva e social do sertão e do agreste do potiguar, mesmo antes da chegada da seca de 1877–1879.

A mesma desorganização não foi observada nos cofres públicos, que, ao contrário do que ocorreu na seca de 1844–1846, mantiveram a média histórica de arrecadação da década de 1870, ou seja, aproximadamente quatrocentos e cinquenta contos de réis (450:000\$000)¹¹. A exemplo daquela estiagem

¹¹Sobre a evolução da Receita da Província do Rio Grande do Norte, veja Anexo 2.

do final da primeira metade do século XIX, a receita com os impostos tradicionais foi praticamente nula. Tanto que o Presidente da província no ano financeiro de 1877–1878, afirmou que sequer houve arrematação do “dízimo do gado, miunças e lavouras”, ao passo que, no ano anterior, esse mesmo imposto havia rendido aos cofres públicos oitenta contos, trezentos e oitenta e cinco mil, novecentos e dezessete réis (80:385\$917) (Rio Grande do Norte, 2001r, p. 426). O mesmo se deu com o imposto sobre exportações, que, no ano financeiro de 1872–1873, havia arrecadado 106:702\$968 contos de réis (Rio Grande do Norte, 2001n, p. 67), caindo para 58:817\$285 contos réis em 1877–1878 (Rio Grande do Norte, 2001s, p. 556). Uma redução de aproximadamente 50%. Portanto, o que explicaria a manutenção da média arrecadatória histórica?

Segundo o Presidente Nicoláo Tolentino de Carvalho,

Foi somente de 1845 para cá [1862] que esta província começou a tirar de seus ubérrimos terrenos vantagens, que d’antes eram perdidas; o flagelo da secca que assolou n’aquella época [1844/46], operam em sua produção uma crise salutar, pois que de quase exclusivamente creadores, que era, tornou-se também agrícola (Rio Grande do Norte, 2001i, p. 9).

Como afirmou o Presidente da província, depois da estiagem de 1844–1846, a economia do potiguar passou por uma diversificação, proporcionada pelo avanço da produção canavieira sobre as terras do vale do rio Ceará-Mirim. Dessa forma, já não havia uma dependência tão intensa dos cofres

públicos em relação às receitas advindas da pecuária, atividade econômica muito mais suscetível aos efeitos imediatos da estiagem que a agricultura comercial. Mesmo quando afetada pela seca, a atividade canavieira se recuperava mais rapidamente que a pecuária, que levava vários anos para o rebanho voltar aos números anteriores a uma seca, como demonstrado anteriormente.

Um fator significativo para a manutenção da receita foi a criação de novos impostos. Dentre esses, o cobrado sobre gêneros alimentícios foi um dos que mais contribuíram. Com o advento da seca de 1877–1879 e a consequente redução da produção de gêneros alimentícios, o Governo Provincial passou a cobrar imposto sobre os alimentos comprados em outras províncias e trazidos para abastecer o comércio e atender os flagelados.

Outro imposto criado para suprir a queda nas fontes arrecadatórias tradicionais foi aquele instituído sobre a exportação de escravos, que, como afirmou o Presidente da província,

[...] a sêcca tem diminuído o imposto de 5% de exportação, se chegou a quase á extinguir o dízimo do gado e lavouras, uma das fontes mais abundantes da receita, é certo também que ella fecundou outras, como a do imposto de 3% de expedientes e a de exportação de escravos, que produziram 150:000\$000 no exercício de 1877–1878 e 120:000\$000 no exercício de 1878–1879 ainda em liquidação (Rio Grande do Norte, 2001s, p. 555).

Nos anos financeiros de 1877–1878 e 1878–1879, entraram nos cofres públicos da Província mais de 87:000\$000 contos de réis somente com o imposto sobre exportação de escravos (Rio Grande do Norte, 2001s, p. 556)¹² Além desses impostos, contou a província, para manter o equilíbrio fiscal, com “[...] saques e remessas do thesouro nacional e da Thesouraria de fazenda de Pernambuco, em virtude de ordem de governo” (Rio Grande do Norte, 2001r, p. 427).

Como se pode observar, o Governo Provincial encontrou instrumentos para manter o seu equilíbrio financeiro e fiscal, mesmo diante de uma seca dita, por autoridades, proprietários e mesmo historiadores, como “peior” que a de 1844–1846. Tal estabilidade verificada nas receitas provinciais não significa dizer que o Rio Grande do Norte tenha ficado livre dos efeitos econômicos da seca de 1877–1879, mas que tais efeitos se fizeram mais presentes sobre a economia dos particulares, em especial dos pecuaristas, que perderam ou se viram obrigados a se desfazer de grande parte dos seus escravizados e de seu gado. Os valores arrecadados pelo Governo Provincial com o imposto sobre a venda de escravos e a queda na arrecadação do dízimo do gado, de certa forma, refletem o impacto da seca sobre os proprietários rurais potiguares, principalmente das áreas sertanejas.

É importante ressaltar que, nos valores arrecadados pelos cofres públicos, e aqui apresentados, não estão contabilizados os recursos que entraram a título de “socorros públicos”,

¹²Na Falla não há detalhamento da origem desses escravos, se de áreas de predominância da pecuária, se de regiões açucareiras ou se de ambas, o que consideramos mais plausível.

ou seja, as verbas destinadas pelo Governo Imperial ou a sua ordem para a compra de gêneros alimentícios, remédios, transporte, roupas e sementes a serem distribuídos ou vendidos às “vítimas” da seca na província. Tais verbas foram registradas em uma contabilidade à parte.

Os dados disponíveis nas *Fallas e Relatórios dos Presidentes da Província* a esse respeito são contraditórios, lacunares e, muitas vezes, obscuros. Os dados apresentados por Rodrigo Lobato Marcondes Machado, em seu Relatório de 1º de maio de 1880 é, certamente, o mais detalhado a que tivemos acesso. Baseado nas informações coletadas pelo “Inspecto da Thesouraria” e apresentadas ao referido Presidente, a província teria recebido, a título de “socorros públicos”, no período de 1877 até março de 1880, aproximadamente seis mil e oitocentos contos de réis (6.800:000\$000) (Rio Grande do Norte, 2001, p. 607). Considerando que esse período corresponda a 36 meses, temos uma média mensal de 189:000\$000 contos de réis recebidos para serem gastos com “socorros públicos”.

Para termos uma noção da magnitude desses valores apresentados pela maior autoridade da província, nos anos fiscais de 1876–1877 a 1880–1881, o Governo Provincial arrecadou com os impostos tradicionais algo em torno de 2.230:000\$000 contos de réis, já contabilizados, aí, os valores que entraram nos cofres em decorrência da criação de novos impostos (venda de escravos, compra de alimentos etc.) e dos repasses do governo Imperial. Ou seja, o montante de socorros públicos foi de aproximadamente 30% superior à receita tradicional arrecadada no mesmo período.

Ainda em termos comparativos, estima-se que, a cada três meses, aproximadamente, o Governo Provincial recebia e gastava, a título de “socorro público”, o equivalente ao que se costumava arrecadar com as fontes próprias ao longo de um ano inteiro. Senão, vejamos: em período de três meses, o “socorro público” entrava nos cofres da província algo em torno de 567:000\$000 contos de réis, quando a média anual com impostos próprios era de apenas 445:000\$000 contos de réis¹³.

A princípio, esses dados analisados isoladamente só nos permitem concluir que a falta de chuva e o “socorro aos flagelados” do sertão potiguar promoveram, num curto espaço de tempo, uma movimentação de recursos nunca antes verificada na província, mesmo em tempos de normalidade climática. Contudo, quando analisamos conjuntamente tais dados com passagens do Relatório de Rodrigo Lobato Marcondes Machado, é possível se chegar a outras conclusões.

Ao discorrer a respeito de quanto e como foram gastos os recursos enviados como “socorro” no período de setembro de 1879 a março de 1880, o referido Presidente registrou que

[...] as contas de socorros importam em 773:507\$790 — sendo: 538:737\$960, provenientes de gêneros fornecidos pela casa Amorim, Irmãos & C^a., no Recife, conforme as facturas existentes na secretaria, por ordem do Governo, destinados, como já disse, á alimentação geral; e 231:769\$830 reis provenientes de todas as outras despesas, compreendendo gêneros de

¹³Sobre os valores arrecadados pelo governo provincial ver Anexo 2.

alimentação geral, *que comprei em Mossoró no mez de novembro*, sementes [...] (Rio Grande do Norte, 2001t, p. 606, grifo nosso).

No trecho, o autor deixa evidente que não só gastou os recursos enviados com a compra de gêneros alimentícios e sementes, como esclarece que esses foram adquiridos nas praças comerciais de Recife e de Mossoró. Apesar de não indicar quais gêneros alimentícios foram adquiridos e nem as quantidades, há referência à distribuição de farinha (11.000 sacas), carne de charque (1.000 “amarrados”) e feijão (1.000 sacas) no mês de novembro de 1879, considerando-se apenas Mossoró.

A cidade de Mossoró, que nas fontes e na historiografia é descrita como uma das localidades onde o caos social se fez mais presente durante a seca de 1877–1879, também foi aquela que recebeu mais atenção e recursos governamentais, algo em torno de “[...] dois terços da somma gasta na província com socorros públicos” (Rio Grande do Norte, 2001t, p. 602). Não por acaso, só em novembro de 1879 o Governo Provincial gastou mais 231:000\$000 contos réis na municipalidade. Este recurso é equivalente a pouco mais da metade da receita arrecada pela província naquele mesmo ano (450:000\$000).

Assim, percebe-se que os recursos enviados para o “socorro” movimentaram o comércio local, pois, se o “povo” não tinha meios para comprar os gêneros alimentícios, o Estado dispunha, o que certamente deve ter beneficiado os grupos sociais mais favorecidos. Já não podemos negar que a chegada da estiagem de 1877–1879 trouxe para as elites locais novas oportunidades de enriquecimento, e mesmo uma certa

dinamicidade para a economia potiguar devido ao montante de dinheiro que circulava e dos volumes comprados.

A justificativa para o envio de tão elevado volume de recursos era o caos social que havia se instalado na província. Segundo estimativas de André Rebouças, baseado em dados do Censo de 1872, ao iniciar a seca de 1877–1879, o Rio Grande do Norte possuía uma população estimada em 234.000 pessoas. Desse total, segundo o mesmo autor, aproximadamente a metade foi atingida diretamente pela estiagem (Rebouças, 1983, p. 109–III).

Sob o argumento de falta de animais para transportar os “socorros” para os locais mais distantes, o Governo Provincial iniciou um processo de centralização na distribuição dos socorros públicos, quando expediu diversas circulares às “Comissões de Socorros” recomendando “[...] que persuadissem áquelles que tinham direito aos socorros da conveniência de retiraram-se para o litoral e agreste [...]” (Rio Grande do Norte, 2001q, p. 400). Como resultado dessa prática, algumas cidades tornaram-se centros de atração para os mais pobres, a exemplo de Macau, Mossoró e Natal.

Em Mossoró a situação foi particularmente descrita como caótica. A cidade que no início da década de 1870 tinha uma população aproximada de 8.000 pessoas (Casculo, 1996b, p. 116), durante a seca chegou a alcançar 80.000 (Rio Grande do Norte, 2001x, p. 441). A maioria, segundo um cronista, não possuía sequer uma camisa ou vestido sem remendos, moravam em casebres improvisados ou mesmo nas calçadas (Guerra; Guerra, 1980, p. 38).

Em Ofício de 25 de novembro de 1878, enviado ao Ministro dos Negócios do Império, pela Câmara de Mossoró, as

autoridades locais descreveram as condições desses retirantes nos seguintes termos:

O estado verdadeiramente lamentável dessas miseráveis criaturas, que vencendo enormes distancias e arrastando-se pelas estradas, aqui vieram supplicar pão para a vida, não é fácil descrever-se. A fome e a nudez foram-lhes companheiras inesperáveis nesse caminhar de longos e penosos dias. [...]. A accumulção dessa avultuada massa de pessoas que já havia estragado a saúde pelo uso de uma alimentação irracional e insalubre, [...], produziu, [...], a propagação e rápido desenvolvimento de formidáveis epidemias, [...], ceifando diariamente centenas de via, [...]. (*Apud*. Cascudo, 1996b, p. 121-123).

A miséria, a fome, a migração e as epidemias, enfim, tudo os levava à morte. Nesse sentido, Mossoró também ganhou protagonismo. Não por acaso, entre os meses de janeiro de 1878 e outubro de 1879, foram registrados mais de 31.000 sepultamentos no cemitério público e 5.000 em outros locais (Rio Grande do Norte, 2001x, p. 438-439). E mais, em maio de 1880 a cidade teria alcançado a média mensal de 3.000 mortos (Rio Grande do Norte, 2001t, p. 604). Em Natal, a mortandade dos retirantes também foi elevada. Além da fome, ajudaram a elevar o obituário “as febres miasmáticas, a dysenteria, o beri-beri e a bexiga (Varíola).

A aglomeração populacional nos centros urbanos trouxe dificuldade para a “tranquilidade pública e particular”. Os *Relatórios* e *Fallas* dão conta de saques e invasões em diversas

cidades onde havia grandes concentrações de retirantes. As disputas por alimentos na cidade de Areia Branca os levaram a confrontar a força policial, no que resultou na morte de três policiais, sendo um deles o próprio comandante (Rio Grande do Norte, 2001s, p. 534).

No mesmo ano, registrou-se, na cidade de Macau, notícias de grupos com mais de duas mil pessoas armadas com “cacetes” vagando e gritando pelas ruas por alimentos (Rio Grande do Norte, 2001s, p. 534). Em Mossoró, a população “flagelada” chegou a saquear carregamentos de farinha, de milho e de arroz, destruindo, também, o armazém onde era feita a distribuição dos “socorros”. Na ocasião, o Presidente Manoel Montenegro chegou a temer saques nos “comércios particulares”, tendo em vista que muitos estavam andando com armas de fogo, facas e “cacetes” (Rio Grande do Norte, 2001x, p. 435, 441).

A violência não ficou restrita aos saques e a invasões promovidas por retirantes. Também há registro da ação de quadrilhas organizadas, principalmente a dos “Brilhantes”, originária da cidade de Patu e liderada por Jesuíno Brilhantes e seus irmãos Lucas e João Alves, embora só haja nas *Falla e Relatório* apenas duas referências a ações do bando durante toda seca de 1877–1879.¹⁴

¹⁴Sobre a ações de quadrilhas no Rio Grande do Norte, durante a segunda metade do século XIX, ver França (2000).

1.4. A seca de 1903–1904 no estado do Rio Grande do Norte

Entre 1877–1879 e a primeira “grande seca” do século xx passaram-se pouco mais de 20 anos. Isso não significa dizer que o território potiguar não tenha enfrentado, nesse período, problemas com a falta de chuva. Segundo cronista das secas no Seridó, houve falta de chuva em praticamente todos esses anos, sendo mais intensa nos anos de 1889 e 1898–1899, quando houve “morrinha do gado”, fome, migração intensa para os centros urbanos, como Mossoró, e daí para os estados da região Norte, que teriam recebido 16 mil retirantes, isso só nos três primeiros meses de 1898 (Guerra; Guerra, 1980, p. 40–65).

Embora o cronista tenha dado pouca atenção à estiagem de 1889, o jornal caicoense *O Povo*, dedicou diversas notas e matérias. Numa delas se escreveu:

Depauperada pela secca, exhaustos os seus recursos pelos erros sucessivos de administrações passadas, esterilizada a indústria productiva pelas perturbações meteorologicas e pela crise passa actualmente a agricultura, á província está quase agonisante, e a descrença e o desanimo invadem-lhe o corpo (Dantas, 1889, p. 1).

De pronto, se percebe o tom calamitoso dado à situação econômica da província. Esse tom também prevalece nas descrições das migrações, da fome e da miséria a que estavam submetidos o povo. Também não faltaram os reclames ao

Governo Imperial por mais recursos para os socorros e as obras públicas, mesmo nos anos em que a seca havia se manifestado.

Não obstante os relatos e as reportagens dando conta da falta de chuva, foi em 1903 que ela retomou com toda a sua força, ao menos foi assim descrita por seus contemporâneos. Como nas anteriores, a migração dos sertanejos para as cidades litorâneas foi intensa. A própria Natal, a capital do estado, que até então só havia sido um centro de atração de “flagelados” na de 1977–1889¹⁵, recebeu um grande contingente de migrantes.

Estimou o Governador Augusto Tavares de Lyra que a cidade havia recebido por volta de quarenta ou cinquenta mil desses indivíduos (Rio Grande do Norte, 1904a, p. 14). Nas cidades de Mossoró e de Areia Branca também houve grande aglomeração de migrantes (Guerra; Guerra, 1980, p. 65–78). Parte desses retirantes foi fotografada, em 1904, reunida na praça Augusto Severo.

Grande parte dos fotografados era composta de homens contratados pelo poder público estadual e pagos com recursos destinados ao “socorro público”. Foi essa a mão de obra utilizada na construção do Teatro Alberto Maranhão, que aparece no plano de fundo, e na urbanização da própria praça, que até então não passava de um grande aterro.

Notícias da seca chegavam de todas as partes do estado. Em Caraúbas, informou o jornal *A Republica*, que a seca estava

¹⁵Na estiagem de 1889 também há informações da presença de retirantes em Natal. Segundo o jornal *O Povo*, havia “bandos de retirantes seminús que vagam pelas ruas da cidade” (Dantas, 1889, p. 1).

BREVE HISTÓRICO DAS SECAS NO RIO GRANDE DO NORTE

Imagem 1: Flagelados reunidos na praça Augusto Severo, Natal, 1904.



Fonte: Os horrores..., 1904, p. 16. Imagem melhorada com uso IA (Gemini AI)

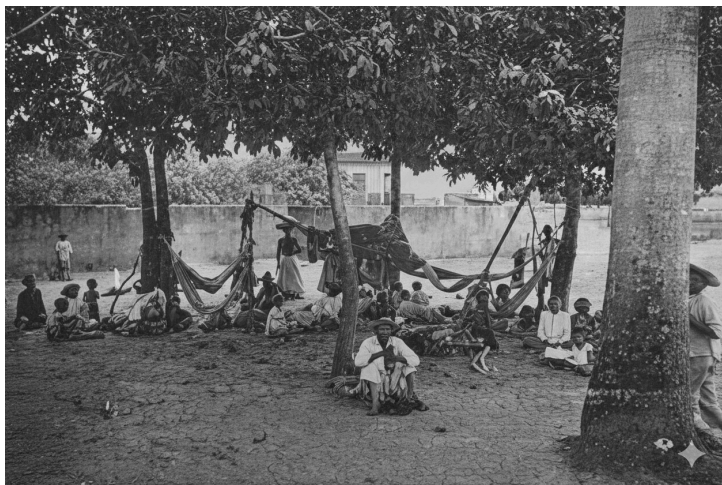
De volta com a miséria, a fome, a nudez e tudo o mais quanto a extensão da palavra horror — pôde abranger, aflige nossos infelizes conterrâneos. Em tal emergência o que fazer? nada será a usual phase que immediatamente balburciaremos, por que, mais que convictos estamos, que os altos poderes da república olham desinteressadamente para a desgraça que flagella com tremenda secca os três estados do norte (Municípios..., 1903, p. 2).

Ainda segundo o mesmo jornal, a situação do povo era de miséria no município de Currais Novos (Municípios..., 1903, p. 2). E os relatos de sofrimento da população se sucedem. Em Apodi, outra cidade do sertão potiguar, o quadro foi

descrito como “[...] triste deveras, a situação do misero filho destes inhóspitos logares, vendo o aniquilamento de toda sua fortuna [...]” (Municípios..., 1903, p. 2). Em Caicó, informou um produtor rural: “[...] o povo pobre tem comido gatos, cachorros, insectos e rezes que morreram magro” (Guerra; Guerra, 1980, p. 75).

A situação dos emigrantes potiguaros também foi registrada em fotografias, algumas das quais, inclusive, foram publicadas na revista carioca *O Malho*. Em uma delas, observa-se muitas crianças, mulheres e adultos das mais diversas idades, acampadas sob árvores no que parece ser uma praça pública. Tudo no local era improvisado, até mesmo as redes armadas entre as árvores, o que denota o caráter mais permanente do acampamento (Imagem 2).

Imagem 2: Flagelados alojados embaixo das árvores



Fonte: Os horrores..., 1904, p. 6. Imagem melhorada com uso IA (Gemini AI).

A fotografia não é acompanhada de texto explicativo ou de uma reportagem sobre os efeitos da estiagem, há apenas o título: “Os horrores da seca no Rio Grande do Norte”. A expectativa era de que esse registro fotográfico, assim como a Imagem 1, falasse por si, ou seja, que demonstrasse e sensibilizasse os leitores da Capital Federal e de outras partes do país das privações a que estavam submetidos os norte-rio-grandenses e os nordestinos em geral.

Visando conter esse grande número de flagelados nos centros urbanos, retomou-se novamente, o processo de transferência por navio de parte desse contingente para outras regiões do país com passagens pagas pelo Governo Federal. O número de emigrantes, só de janeiro a março de 1904 chegou a mais de 3500, havendo, inclusive, registros de casos em que os retirantes foram embarcados forçadamente (Guerra; Guerra, 1980, p. 71 e 74).

Por mais contraditório que possa parecer, não parece ter havido desabastecimento de gêneros alimentícios nas feiras e mercados das cidades interioranas, embora tenha ocorrido certa elevação dos preços. Tanto que, antes da seca (julho 1902), o litro da farinha, do feijão e do milho custava, em média, 120 réis o litro e, quando a seca atingiu seu máximo efeito, no início de 1904, o preço da farinha atingiu 300 réis, o do milho 300 réis e o do feijão passou a 450. Além disso, o próprio cronista, por diversas vezes, afirma que “o mercado ainda vae abundante” (Guerra; Guerra, 1880, p. 63, 70). O que faltava ao “povo” era trabalho e renda para adquirir tais gêneros, reflexo de uma sociedade marcada pela concentração de renda e relações de trabalho instáveis

Como observado, entre os anos de 1903 e 1904, problemas como migração, fome, paralisação das atividades produtivas, pestes, morte e aglomerações humanas nos centros urbanos passaram a fazer parte do cotidiano dos norte-rio-grandenses, assim como saques e a violência. Contudo, para não ficar cansativo e repetitivo ao leitor, achou-se melhor limitar a análise desses dois últimos pontos neste momento (saques e violência).

2 A seca e as ações governamentais no Rio Grande do Norte

Em tempos de seca, os problemas sociais e econômicos do Nordeste se agravavam consideravelmente: a migração crescia, as epidemias se propagavam, a fome se alastrava e as atividades produtivas paralisavam ou se reduziam a níveis muito baixos. Convém destacar, também, que algumas das fontes de arrecadação de impostos diminuíram drasticamente e novas despesas surgiam. No Rio Grande do Norte, verifica-se esse quadro desde, pelo menos, o século XVIII, quando a colonização europeia avançou e se consolidou sobre as terras agrestinas e sertanejas.

A superação desse quadro de crise socioeconômica dependia, no entender das elites nordestinas, da ação dos poderes públicos constituídos. No período colonial, a Coroa Portuguesa vinha em socorro das capitanias; no Brasil Império, os Governos Central e provinciais uniam esforços e recursos para atender às necessidades da população atingida; e, durante a República, os governos Federal e estaduais dividiam a tarefa de socorrer os flagelados. A situação não foi diferente em terras potiguaras.

2.1. As secas do século XVIII e as primeiras ações governamentais

Durante as secas do século XVIII, quando o Brasil ainda era Colônia, as ações de socorro da Coroa Portuguesa em favor das

populações atingidas foram poucas. A reduzida importância econômica das zonas (agreste e sertão nordestino) afetadas pelas estiagens; as dificuldades de comunicação (devido às grandes distâncias) e a baixa densidade populacional colonizadora colaboraram decisivamente para essa postura do governo português, que estava mais interessado em promover a exploração e a ampliação das atividades econômicas do litoral, como a cultura da cana-de-açúcar¹⁶.

Embora inexissem, nesse período, centros urbanos com grande concentração populacional nas terras agrestinas e sertanejas do “Nordeste”¹⁷, houve registro de carestia e falta de gêneros alimentícios. Visando assegurar o abastecimento das Capitânias e controlar os preços dos alimentos, as autoridades coloniais tomaram diversas medidas. Dentre elas, a obrigatoriedade do cultivo de mandioca em tempos de normalidade climática. Contudo, a abertura de “roçados” para o plantio da mandioca não era do interesse dos senhores de engenho e dos grandes criadores, afinal, atividades como a cultura canavieira e a pecuária bovina se mostravam bem mais rentáveis, como demonstrado anteriormente (Prado Jr., 1988, p. 43).

Nas Capitânias do Ceará e de Pernambuco, as autoridades coloniais chegaram a estabelecer o preço máximo para a venda dos gêneros alimentícios mais importantes. Assim,

¹⁶Sobre o povoamento e as características econômicas do sertão e do agreste nordestino, ver Andrade (1998, p. 137-143, 167-174).

¹⁷Segundo informações prestadas por Andrade, (1998, p. 142) até a segunda metade do século XVIII, a região agrestina possuía apenas seis “freguesias” (Campina Grande, Caímbre, Bom Jardim Limoeiro, Bezerros e Garanhuns), que, juntas, possuíam 14.086 habitantes.

no Ceará, durante a seca de 1760, o preço da farinha de mandioca foi fixado em 800 réis o alqueire¹⁸ e a carne fresca em 240 réis a arroba.¹⁹ Em Pernambuco, por sua vez, durante a seca de 1790–1793, o preço da farinha de mandioca não poderia exceder a 500 mil réis o alqueire, sob pena de serem os vendedores recolhidos à cadeia (Alves, 1982, p. 47, 57).

Na busca por manter as Capitanias abastecidas com farinha, as autoridades coloniais tomaram medidas ainda mais enérgicas, como a proibição da exportação para além da área de produção:

Como elemento básico da alimentação, figurava nos tempos coloniais a farinha de mandioca, cujo preço era motivo de especulação entre os comerciantes, motivando o tabelamento por parte das Câmaras. A falta absoluta do produto ocasionou a proibição de sua saída, por parte do Senado de Icó. Era uma medida extrema que correspondia à angústia do momento, pois não podiam os habitantes ficar sem o alimento principal, correspondente ao trigo europeu (Alves, 1982, p. 52).

Outra medida tomada pelas autoridades foi a compra de gêneros em outras “praças” da Colônia. Na seca de 1790–1793, por exemplo, a Capitania do Ceará foi socorrida com “alqueires” de farinha comprados em Pernambuco, além

¹⁸O alqueire é uma medida de superfície agrária, a exemplo do hectare. Contudo, sua medida varia de uma região para outra do país.

¹⁹No Brasil, uma arroba equivale a aproximadamente 15 kg.

de arroz, legumes e farinha provenientes do Maranhão. Em Carta Régia de 1725, dirigida ao Capitão-mor da Paraíba, João de Abreu Castelo Branco, o Rei de Portugal, D. João, cita a compra de alimentos (farinha) realizada pelo referido Capitão-mor nas Capitanias da Bahia e de Pernambuco (Alves, 1982, p. 39, 88). Apesar de existirem informações da compra de gêneros, não há notícias se esses “socorros” foram doados à população afetada pela estiagem ou se apenas serviram para regular os preços no mercado.

Tratando sobre as ações de combate aos efeitos da seca de 1777–1779, na Capitania de Pernambuco, o Senador Tomaz Pompeu Brasil (1983, p. 47) escreveu que:

No ano de 1776/1777, foi também esta província vítima de uma grande seca. Foi tão abrasadora, e a fome se fez sentir de tal maneira, que muita gente foi vítima dela. O bispo D. Thomaz da Encarnação Costa Lima, muito concorreu para aliviar a pobreza, distribuindo avultadas esmolas.

As palavras do eminente senador cearense revelam que os recursos para “socorrer” as populações afligidas pela estiagem também contavam com repasses de particulares. Joaquim Alves (1982, p. 52) considera que já nesse período havia uma “grita” por “socorro”, e que este só não veio porque “[...] o administrador de então não dispunha de recursos para atender às necessidades de urgência, surgidas com a sêca”.

Apesar dessa afirmação, não se identifica, na documentação produzida no século XVIII, ou no início do seguinte, sobre as crises climáticas, a existência de pedidos frequentes e,

principalmente, clamorosos de auxílio às ou das autoridades públicas, como se observa, frequentemente, nas secas de 1844–1845, 1877–1879 e as do século XX. O que não significa dizer que o caos social decorrente da desestruturação da ordem social e produtiva nos períodos de seca já não se manifestasse.

No relato de um fazendeiro da região do Seridó, transcrito pelos irmãos Guerra, essa perspectiva ficou bem explicitada. Sobre a seca de 1790–1793, observou-se que:

Acabados os meses de inverno sem nenhuma chuva, acabados os mantimentos e o gado juntamente foi um geral clamor; ver famílias inteiras a pé, em busca dos agrestes a beira-mar, distante 50 leguas, morrendo á fome pela estrada; eternando se pelos mattos com filhinhos e trem ás costas; isso no decurso de meses. [...] os que ficaram e não se retiraram, entraram a descobrir raízes e fructas de plantas agrestes para seu sustento; bem como o chique-chique [...]. Chegou a fome a tanto extremo que foi visto um viandante cozinhado os nevos duros do gado que havia morrido para comer, [...] (Guerra; Guerra, 1980, p. 16–17).

Embora a compra de gêneros alimentícios para regularização e abastecimento das populações das zonas atingidas pelas estiagens tenha sido a principal ação das autoridades coloniais, as medidas não se restringiram a ela.

Foram tomadas medidas no sentido de combater o que era considerado, pelas elites da época, como “vadiagem” e “ociosidade” de parte da população mais pobre. Nesse sentido, o Rei de Portugal, por meio de Carta Régia datada de

24 de maio de 1725, recomendou ao Capitão-mor da Paraíba que encontrasse formas de “[...] inclinar os moradores a cultura da terra, e que se apliquem a suar algum officio para que se evite a ociosidade de que procede a sua ruína.” (*Apud*. Alves, 1982, p. 39–40).

Na seca de 1790–1793, o então administrador da Capitania da Paraíba, José de Melo Castro, chegou a organizar a “Pia Sociedade Agrícola”, entidade cujo objetivo era ocupar a população sertaneja que chegava ao litoral em atividades agrícolas.

Na realidade, a “ociosidade” e a “vadiagem” combatidas eram apenas aquelas que se manifestavam entre a população pobre. Essa “obrigação” imposta de encontrar ocupação não se aplicava aos proprietários de terra e a seus familiares; esses podiam migrar para o litoral e, mesmo assim, permanecer no ócio, sem sequer serem incomodados pelas autoridades. Afinal, “vadios” eram apenas aqueles sujeitos que não se enquadravam na categoria de senhores de terra, nem de escravos, caso dos homens livres, pobres e sem-terra. Na realidade, medidas como essas atendiam aos interesses dos grandes latifundiários, sempre desejosos e prontos a aproveitar e a controlar a mão de obra daqueles que não lhes pertenciam, ou seja, os tidos por “desocupados” e “vadios”.

2.2. Ações contra a seca no Rio Grande do Norte nos séculos XIX e XX

No decorrer do século XIX, as ações governamentais para combater os efeitos das secas tornaram-se mais efetivas, principalmente por ocasião das secas de 1844–1846 e de 1877–1879. O socorro à população atingida, na província do

Rio Grande do Norte, contou com recursos particulares e públicos, que foram aplicados principalmente na compra e distribuição de gêneros alimentícios à população pobre.

O auxílio do Governo Imperial não se restringiu a medidas que visavam conter a carestia dos alimentos, o desabastecimento e a contenção da “vadiagem”, como no século XVIII. Foram enviadas verbas para socorrer as finanças provinciais, além de recurso para comprar alimentos, roupas e remédios para a população mais necessitada. Ao menos, esse era o fim a que se destinavam originalmente.

2.2.1. A seca de 1844–1846

Nos relatos produzidos pela elite agrária potiguar ou pelos seus representantes políticos a respeito da estiagem de 1844–1846, voltamos a nos deparar com descrições dos problemas econômicos e sociais semelhantes àsquelas produzidas no século XVIII, principalmente nas capitanias cujas terras sertanejas estavam mais povoadas. Descrições sobre a mortandade dos rebanhos, a migração das famílias para o litoral, a crise financeira pública e privada, a paralisia econômica, a fome e a morte das pessoas tornam-se mais comuns e detalhadas.

Já independentes do governo português, restou às províncias e aos seus dirigentes buscar auxílio junto ao Governo Imperial, que lhes impunha um sistema tributário centralizador. Segundo Nelson Werneck Sodré (1998, p. 264–265):

Só o centro estabelecia as taxas provinciais e a riqueza provincial ficava na dependência de medidas que do centro partissem e distribuição de benemerências

que o centro fizesse. Não podiam as provinciais atentar para as peculiaridades da produção local. Não podiam fomentar nem amparar. Era necessário que o centro tudo visse, a tudo acudisse, para que a produção, da qual ele era o maior beneficiário tivesse as suas perspectivas abertas e o seu surto animando e favorecido.

Em função de tal sistema tributário, as províncias se viam na dependência de repasses financeiros do Governo Central para equilibrar suas finanças, fazer investimentos em obras de infraestrutura e mesmo socorrer as populações vítimas de eventuais calamidades naturais, como as secas e enchentes. Tanto era assim que, durante a seca de 1844–1846, por diversas vezes, o Governo Imperial socorreu a província do Rio Grande do Norte com gêneros alimentícios e repasses de verbas para equilibrar as finanças, prejudicadas com a desorganização de sua principal atividade econômica, a pecuária bovina.

De acordo com o relatório apresentado pelo Presidente da Província, Casimiro José de Moraes Sarmiento, em 7 de setembro de 1846, o Governo Central enviou à província um montante de 6.327 sacas de mantimentos (Rio Grande do Norte, 2001c, p. 333). O objetivo era mitigar a crise de abastecimento que assolava a região. Como demonstra a Tabela 2, a farinha de mandioca compunha a base absoluta desse auxílio.

A SECA E AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS NO RN

Tabela 2: Gêneros Alimentícios Enviados pelo Governo Imperial ao Rio Grande do Norte (1846), em Quantidade de Sacas

Gêneros alimentícios	Número de sacas
Farinha	5.876
Milho	68
Arroz	274
Feijão	109
Total	6.327

Fonte: Rio Grande do Norte, 2001c, p. 333.

Até o início de setembro de 1846, o Governo Provincial havia efetivado a distribuição de pouco mais da metade do estoque recebido (3.525 sacas). O restante permanecia em reserva ou em trânsito. A Tabela 3 detalha o destino desses insumos, revelando as prioridades da administração pública naquele momento.

Os dados evidenciam uma estratégia de distribuição que contemplou tanto o litoral (Touros, Pititinga, Macau, Muriu) quanto o Agreste e o Sertão (Serra de São Bento, Mossoró, Assú, Angicos). Um ponto de destaque na análise é a ausência da capital entre os beneficiários diretos das sacas. Embora Natal não tenha recebido mantimentos desse lote específico, diversos municípios de seu entorno imediato, como São José, Extremoz, São Gonçalo e Morro, foram contemplados, sugerindo que o foco do governo era conter a escassez nas áreas de produção e nas vilas periféricas para evitar o desabastecimento total da província.

Uma análise mais apurada da Tabela 3 demonstra que houve mais povoações litorâneas beneficiadas que as do interior, afinal, das 15 listadas, onze ficam no litoral ou nas

A SECA E AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS NO RN

Tabela 3: Gêneros Alimentícios Distribuídos na Província do Rio Grande do Norte (1846), por Local de Destino e Quantidade de Sacas.

Localidades	Farinha*	Arroz*	Milho*
Assú	1.418	60	
Angicos	610		
Morro	332	80	10
Touros	180		
Mossoró	150		
Pititinga	150		
Macau	70	60	20
Serra de S. Bento	80		
Villa-Flor	16		
São José	120		
Papari	6		
Extremoz	76		
Goianinha	10		
São Gonçalo	10		
Muriu	70		
Total	3.295	200	30

Fonte: Rio Grande do Norte, 2001C, p. 334.

Legenda: *Volume calculado em saca (60kg).

proximidades. Das quatro restantes, uma fica na região serrana (Serra de São Bento) e duas às margens de grandes rios que cortam o Sertão (Assú e Mossoró). Somente Angicos fica na região central do Rio Grande do Norte. Apesar dessa prevalência de localidades litorâneas beneficiadas, a maior quantidade das sacas foram enviadas para os municípios do interior (65.7%), o que apontam para uma migração mais intensa para as cidades sertanejas.

Além dos “socorros” enviados pelo Governo Imperial, a província adquiriu, por conta própria, mais de 5.000 “alqueires” de farinha de mandioca junto a comerciantes pernambucanos (Rio Grande do Norte, 2001c, p. 315–316). Nas povoações, esses “socorros” eram, em geral, distribuídos gratuitamente à população mais carente ou vendidos a preço de custo, ou seja, por um valor que cobrisse as despesas com a compra e o transporte dos alimentos.

Os repasses financeiros do Governo Imperial são, frequentemente, mencionados nas *Fallas e Discursos* presidenciais e se constituíram no principal socorro à Província por ocasião da estiagem de 1844–1846. Em 1845, por exemplo, há menção a uma verba de 150:000\$000 contos de réis, a ser dividida entre as províncias do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte (Rio Grande do Norte, 2001b, p. 283). Nos anos de 1846 e 1847, os valores mencionados foram de 10:000\$000 e 60:000\$000 contos de réis, respectivamente.

Referindo-se a esses repasses, o Presidente Casemiro José de Moraes Sarmiento dizia:

[...] que a lei do 1º de Setembro do anno [1846] passado mandou suprir esta província, em cada um dos annos financeiros de 1845 a 1848, com a quantia de vinte contos de réis por anno; por conta de cuja consideração apenas tem recibo trinta contos, faltando por consequência outros tantos que já solicitei ao Governo Imperial houvesse de mandar satisfazer, [...] (Rio Grande do Norte, 2001d, p. 359).

Apesar da legislação imperial limitar a ação das províncias no campo tributário, impedindo a sobreposição tarifária ou o aumento dos impostos já existentes (Sodré, 1998, p. 268), no Rio Grande do Norte, o Governo Provincial conseguiu minimizar o déficit público existente ao estabelecer novos impostos, como o dízimo do açúcar, da aguardente, da farinha de mandioca e os 20% sobre bebidas “espirituosas”. Além disso, cortou “[...] diversas despesas supérfluas e desnecessárias com que estejam sobrecarregados os cofres” (Rio Grande do Norte, 2001c, p. 318).

Para as autoridades provinciais, a estiagem trazia consigo, também, uma

[...] grande quantidade de ladrões que tem apparecido por todos os pontos da Província, e principalmente na Maioridade, no Seridó, em Acari, e nos municípios de Extremoz e S. Gonçalo. Homens que sempre viverão entregues á ociosidade e a preguiça, e que subsistão do que espontaneamente lhes oferecia a natureza, hoje, que pela aturada falta de chuvas nada encontram daquilo de que costumavão a alimentar-se, em alcateias ou individualmente, se achão em continua aggressão á propriedade dos industriosos e trabalhadores, [...] (Rio Grande do Norte, 2001b, p. 284).

Assim, uma outra ação governamental frequentemente mencionada era o combate aos “ladrões”, ou como falou o Presidente Sarmiento, aos “selvagens da civilização”. A política de combate à criminalidade, se é que podemos denominar

assim, consistia basicamente no envio ou no reforço das forças policiais já existentes nas diversas povoações da província. Tanto que, nesse mesmo *Discurso*, há menção do envio de policiais a diversas localidades, como “Assú” e “Príncipe”.

No entender das autoridades públicas, o aumento da criminalidade tinha por causa a “vadiagem” e a “ociosidade” a que estava entregue parte da população pobre. Sendo assim, entendiam ser necessário encontrar e “[...] dar modo de vida aos muitos vadios, que formigão por toda a Província” (Rio Grande do Norte, 2001a, p. 142). Para tanto, o Governo Provincial criou, por meio da Lei número 12, de outubro de 1837, as Companhias de Jornaleiros em diversas localidades. Esperava-se, com essa legislação, obrigar “[...] vadios, siganos, aggregados sem occupação honesta, e malfeitores [...]” (Rio Grande do Norte, 2001f, p. 405) a se ocuparem nas atividades agrícolas. Nesse sentido, o Presidente foi bem claro quando afirmou que a referida lei destinava-se, fundamentalmente, a ampliar os “braços” na agricultura (Rio Grande do Norte, 1839, p. 16).

Ao que parece, essa tentativa de instituir o trabalho obrigatório não foi bem recebida na Província, pois, segundo o presidente Benvenuto Magalhães Taques, mesmo existindo toda uma legislação produzida nesse sentido, os efeitos não se faziam como esperado, haja vista a população pobre e livre encarar tais medidas como uma tentativa de escravizá-la (Rio Grande do Norte, 2001f, p. 405).

Como se pode perceber, o crime e a vadiagem eram sempre culpa do sujeito pobre e não da estrutura agrária concentradora que impedia o acesso de grande parcela desse segmento social ao principal meio de produção da época,

a terra (Monteiro, 2001, p. 16–17). Era parte dessa parcela da população, marginalizada pelos poderes políticos e pela estrutura produtiva, que migrava em massa para os centros urbanos em busca de “socorros” em tempos de seca, formando os chamados “flagelados”.

2.2.2. O período entre secas (1847–1876)

Terminada a seca de 1844/46, o Presidente da província do Rio Grande do Norte, Casemiro José de Moraes Sarmiento, comunicou ao Governo Imperial um conjunto de seis medidas que considerava como necessárias e urgentes para evitar e reduzir os efeitos de futuras crises climáticas. Segundo essa autoridade, dever-se-ia:

1º, empregando-se os convenientes meios afim de que a parte do povo, que he inerte e preguiçosa, se tornasse trabalhadora e industriosa: 2º, tomando-se medidas próprias a aumentar os poderes productivos do trabalho, que na actualidade he estéril, tanto porque em geral he exercido sem inteligência, como porque aqui ainda não são conhecidas, e nem usadas as mais simples machinas: 3º, abrindo-se estradas que, pondo todos os pontos da província em comunicação uns com os outros, os habilitem para mutuamente se socorrerem em caso de necessidade, [...]: 4º, vedando-se não só a distribuição das poucas mattas que restam e que diariamente vão sendo assoladas, [...]: 5º, mandando-se construir açudes, cystemas, poços batidos, ou abrir artesianos nos lugares que carecem de correntes, [...]: 6º, mandando-se desobstruir as

barras dos rios Ceará-mirim, Camooropim, Maxarangaue e outros, e fazendo melhoramentos de que he succetpivel o porto desta cidade, [...] (Rio Grande do Norte, 2001d, p. 357).

Excetuando-se a primeira medida, que diz respeito à condição do homem pobre, tido por “ocioso” e “preguiçoso”, as demais se referem à introdução de melhoramentos técnicos no processo produtivo e à implantação de obras de infraestrutura. E, pelo que se pôde observar nas *Fallas e Relatórios de Presidentes da Província*, pronunciados no período entre as duas mais significativas secas do século XIX, o Rio Grande do Norte foi contemplado com diversas obras estruturais.

Contudo, o fato de o Presidente ter indicado as medidas e de a província ter sido agraciada em diversas de suas sugestões não significa que já nesse período as práticas próprias da *indústria da seca* estivessem instituídas. Isso porque as seis medidas elencadas foram pensadas e enviadas ao governo imperial a partir de uma solicitação da própria Coroa, e não por uma iniciativa da elite ou dos governantes potiguares desejosos de canalizar recursos públicos, como se observa a partir da seca de 1877–1879.

De todas as medidas apontadas, a que sugere a construção de açudes é a mais recorrente nas *Fallas e Relatórios*. A primeira referência à construção de açudes em território potiguar, segundo Oswaldo Lamartine de Faria, data de 1706. Nesse ano, Manoel de Jesus Borges enviou uma carta ao rei de Portugal solicitando o reconhecimento de uma sesmaria nas proximidades do atual município de Serra Negra do Norte, ao mesmo tempo em que revelava a intenção de construir nessas

terras um açude. Contudo, a primeira construção efetiva de um açude de que o mencionado autor teve notícia data de 1842, quando teria sido construído o “Açude do Recreio”, no atual município de Caicó, com capacidade aproximada de um milhão e quinhentos mil metros cúbicos de água ($1.500.000 \text{ m}^3$) (Faria, 1986, p. 26–27).

Na *Coleção de Fallas e Relatórios de Presidentes da Província do Rio Grande do Norte*, as primeiras referências ao tema datam de 1839, quando as Câmaras Municipais de “Santa Anna do Mattos” e “Portalegre” solicitaram ao então Presidente, Manoel de Assis Mascarenhas, a construção de açudes dentro das respectivas “vilas” para servir de depósito de água aos moradores (Rio Grande do Norte, 2001a, p. 148–149).

Mesmo existindo diversas referências à construção de açudes no período colonial, foi somente a partir de meados do século XIX que a implantação desses reservatórios ganhou impulso, graças à Lei Provincial nº 160, de 4 de abril de 1847, que decretou a construção de açudes nas “comarcas centrais” da Província (Rio Grande do Norte, 2001f, p. 406–405). Em 1849, o Governo Provincial previu, em seu orçamento anual, um gasto de dois contos de réis (2:000\$000) para a construção de açudes públicos (Rio Grande do Norte, 2001f, p. 448). Tais medidas surtiram efeitos, tanto que, até 1877, foram planejados ou tiveram recursos liberados para, ao menos, seis açudes públicos (Ver Tabela 4).

Embora os presidentes da província não informem a origem dos recursos para construção dos açudes, as suas constantes reclamações a respeito das condições precárias dos cofres provinciais permitem supor que contaram com

A SECA E AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS NO RN

Tabela 4: Construção de Açudes Públicos na Província do Rio Grande do Norte, por Ano e Fase de Construção (1851–1873)

Localidades	Ano de menção na fonte	Fase da construção quando mencionado
Luis Gomes	1851	Solicitação
Portalegre	1851	Solicitação
Luis Gomes	1855	Liberada Verba
Nova Cruz	1857	Orçamento
Angicos	1860	Liberada Verba
Nova Cruz	1860	Liberada Verba
Imperatriz	1860	Orçamento
Angicos	1861	Liberada Verba
Goianinha	1873	Solicitação

Fonte: Coleção de Fallas e Relatórios dos Presidentes da Província, entre 1850 e 1877.

repasses financeiros do Governo Imperial. Além desses açudes públicos, afirmou o Presidente da província, em 1866, ter conhecimento da existência de “[...] muitos assudes que até certo ponto podem obviar os males das sêccas”. Contudo, a mencionada autoridade não informa a localização ou mesmo se eram públicos ou particulares (Rio Grande do Norte, 2001j, p. 12).

Quanto aos poços artesianos, o Presidente da província, Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, em Relatório de 1870, comentou que era de “[...] lamentar, que ainda se não tenha introduzido na província, e especialmente em seus sertões, [...], tão usados na França, ou em outros países, nos lugares áridos e seccos, e que tão bons resultados têm produzido” (Rio Grande do Norte, 2001l, p. 23).

A abertura de estradas foi outra das obras de infraestrutura sugerida por Casemiro José de Moraes Sarmento para combater os efeitos das secas. Nesse ponto, o benefício ficou restrito à construção da estrada que interligava Natal à vizinha província da Paraíba. As obras foram iniciadas por volta de 1846 e 1847, ficando responsável por sua execução o segundo-tenente Cândido Januário Passos, engenheiro enviado pelo Governo Imperial (Rio Grande do Norte, 2001d, p. 358).

Esse fato confirma o entendimento anteriormente exposto de que a realização de obras de maior porte contou com recurso da Coroa. Sobre essa estrada, comentou o mesmo Presidente:

[...] comecei a dita estrada, a qual está aberta em linha recta, e com quarenta palmos de largura até a cidade de S. José de Mipibú, limpa por cerca de cinco legoas, tendo-se arrasado, posto que não completamente, dezoito dos vinte e dous morros de areia que jazem entre esta capital e a ponte de Pitimbú. Creio que por todo mez de Outubro estarei em Goianinha com a estrada, d'onde supponho não poder continuar á falta de dinheiro, visto que apenas foram votados no corrente anno financeiro oito contos de réis (8:000\$000), que quando muito chegarão para ir até aquella villa: ficando por fazer as pontes e aterros necessários, serviços, que vou reservando para o fim (Rio Grande do Norte, 2001d, p. 358).

A abertura dessa estrada fortalece o entendimento de que o uso das secas como argumento para direcionar recursos

para as províncias “nordestinas” foi decorrente de um longo processo de aprendizado e de aperfeiçoamento das elites locais. Isso porque a estrada já era um pleito antigo, mas a autorização de construção e a liberação de verbas só ocorreram quando a estiagem se fez presente. Além disso, foi nessa estrada que, pela primeira vez no Rio Grande do Norte, utilizou-se a mão de obra dos “flagelados” em obras públicas, prática que, como veremos, tornou-se recorrente a partir da seca de 1877–1879 e teve defensores e opositores. (Ferreira, 1985, p. 64 e 65; Takeya, 1995, p. 94).

As fontes, especialmente a *Coleção de Fallas e Relatórios de Presidentes da Província do Rio Grande do Norte*, não fazem referência à sua utilização de mão de obra de retirantes em secas anteriores a 1846. Segundo informações prestadas pelo Presidente Casemiro José de Moraes Sarmento, por ordem do Governo Imperial, chegou-se a constituir uma “companhia de trabalhadores” para aproveitar a mão de obra dos que haviam emigrado do Sertão para a capital e outras cidades do litoral (Rio Grande do Norte, 2001d, p. 358).

Segundo muitas de suas autoridades públicas, os principais problemas enfrentados pelo poder público e pelos grandes proprietários rurais potiguares, em tempos de seca e nos anos imediatamente posteriores, eram a paralisação das atividades econômicas e, conseqüentemente, a queda abrupta das principais fontes de arrecadação. Isso ocorria em decorrência de a economia potiguar ser, até então, extremamente dependente da pecuária bovina extensiva, atividade bastante sensível aos períodos de estiagem e de lenta recuperação, mesmo após o retorno da chuva.

A respeito da ação das secas sobre a atividade criatória (pecuária extensiva) na província, explanou um de seus presidentes:

A agricultura nesta província tem tomado um maior desenvolvimento depois do anno de 1845, pois que até essa época quase que a única industria dos seus habitantes era a criação do gado. As sêccas tem demonstrado que não é prudente confiar o bem-estar dos povos, principalmente nesta zona, a esta industria, que uma calamidade, por demais frequente pode fazer inteiramente perecer (Rio Grande do Norte, 2001h, p. 7).

Conforme os números apresentados pelo presidente Pedro Leão Veloso, na década de 1850, o dízimo do gado rendeu aos cofres públicos a quantia de 424:297\$314 contos de réis. Contudo, no mesmo período, o Governo Provincial arrecadou com a soma de todos os impostos o equivalente a 985:408\$109 contos de réis. Ou seja, a pecuária contribuiu com aproximadamente 50% de tudo que foi arrecado naquela década (Rio Grande do Norte, 2001i, p. 50–51). No entender de suas maiores autoridades públicas, a superação desse quadro de dependência em relação à pecuária passava pelo avanço e incentivos às atividades agrícolas, em especial a agricultura de exportação, caso da canicultura (Monteiro, 2000, p. 129).

Quando, em 1847, o Presidente Sarmento sugeriu ao Governo Imperial a desobstrução das “[...] barras dos rios Ceará-mirim, Camooropim, Maxaranguape e outros,

[...]” (Rio Grande do Norte, 2001d, p. 357), já se estava pleiteando ampliar e melhorar as regiões onde as atividades agrícolas poderiam ter maior desenvolvimento. Nesse sentido, obras de drenagem e desobstrução de alguns desses rios foram iniciadas. No Ceará-mirim, as melhorias começaram a ser implantadas já no final da década de 1840 e prolongaram-se por todo o período imperial.

Como resultado dessas melhorias, o número de engenhos saiu de 43, em 1845, e chegou a 173, em 1861. Com a expansão verificada na cultura canavieira, o Rio Grande do Norte passou à condição de área exportadora de açúcar (Monteiro, 2000, p. 129). O avanço da produção açucareira pode ser observado na Tabela 5.

Como se pode verificar, o crescimento no número de engenhos correspondeu ao crescimento da produção, que saltou de míseros 14.317 quilos em 1851 para pouco mais de cinco milhões de quilos em apenas dez anos. O aumento sistemático da produção de açúcar demonstra que a economia potiguar, após a seca de 1844–1846, de fato, passou por uma diversificação produtiva.

A valorização da atividade agrícola, a partir de meados do século XIX, não ficou restrita à cultura da cana-de-açúcar. A cotonicultura foi outra atividade que contribuiu para a diversificação da economia, apesar de já fazer parte da pauta de exportação da desde os fins do século XVIII (Monteiro, 2000, p. 128–129).

O crescimento da cultura do algodão nas províncias do “Nordeste” brasileiro, a partir da década de 1860, esteve relacionado à Guerra de Secessão dos Estados Unidos (1860 a 1864), que privou o mercado europeu de seu principal

A SECA E AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS NO RN

Tabela 5: Evolução da Produção de Açúcar na Província do Rio Grande do Norte (1851–1861)

Ano	Peso em arroba	Peso em kg*
1851	979	14.317
1852	14.9	212.03
1853	48.846	718.036
1854	100.954	1.484.023
1855	144.551	2.124.899
1856	153.725	2.259.757
1857	228.855	3.364.168
1858	232.076	3.411.517
1859	225.495	3.314.776
1860	278.438	4.093.038
1861	375	5.512.500

Fonte: Rio Grande do Norte, 2001, p. 10–11.

Legenda: * Para cálculo da quantidade em quilogramas consideramos a equivalência 1@ (arroba) = 14,7 kg.

fornecedor de algodão. Favorecido pelos altos preços do algodão no mercado internacional, a cultura logo avançou sobre terras potiguaras, antes destinadas apenas à pecuária (Takeya, 1995, p. 27).

Com o desenvolvimento da cotonicultura e da canicultura, a partir das décadas de 1850 e 1860, a atividade agrícola passou a representar a principal fonte de arrecadação do Rio Grande do Norte. Uma breve análise dos dados apresentados no *Relatório* presidencial de 1871 fortalece tal afirmativa. Segundo o presidente Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque, para o ano financeiro de 1869–1870, a receita provincial atingiu a quantia de

469:994\$320 contos de réis e foi composta por três fontes: “rendas próprias” (305:543\$781); “depósitos” (6:476\$980); “operações de crédito” (25:000\$000) e “saldo do exercício anterior” (132:973\$559).

Por sua vez, as chamadas “rendas próprias” eram compostas por sete fontes e correspondiam aos recursos de fato provenientes das atividades produtivas provinciais. Dentre elas, os “direitos de exportação” sobre o açúcar e o algodão e a “arrematação” do dízimo do gado eram as mais significativas, rendendo aos cofres públicos, naquele ano financeiro, 168:157\$355 e 109:532\$120 contos de réis, respectivamente (Rio Grande do Norte, 2001m, p. 15).

Com base nesses dados, podemos concluir que, no final da década de 1860, os “direitos de exportação” representaram mais de 55% da arrecadação provincial das “rendas próprias”, enquanto as rendas decorrentes da “arrematação” do dízimo do gado somaram apenas 35%. Ou seja, ao longo do período entre as secas, a província foi progressivamente não só ampliando e diversificando suas fontes de arrecadação, como também diminuindo sua dependência em relação à pecuária.

Portanto, quando a seca de 1877–1879 se apresentou, a economia provincial já havia passado por um processo de diversificação produtiva, na qual as culturas da cana-de-açúcar e do algodão dividiam, com a pecuária, a condição de principal produto e de fonte de arrecadação dos cofres públicos. Além disso, foi possível perceber que, embora ainda não houvesse um *discurso da indústria da seca* institucionalizado, o governo conseguiu concretizar grandes obras (açudes, estradas e drenagem de rios) para a província, utilizando, já como argumento, o combate aos efeitos das estiagens.

2.2.3. A seca de 1877–1879

Como demonstrado, em fins da década de 1870, o Nordeste e a província do Rio Grande do Norte foram afetados por uma seca prolongada, levando os Governos Imperial e Provincial a adotarem, novamente, ações voltadas a minimizar a crise social e econômica que se estabeleceu. Ao escrever a respeito das ações governamentais durante os períodos de seca, Lúcia Ferreira argumentou que

A ação do governo imperial nos períodos de seca se dava através dos chamados socorros públicos, que tinham um caráter puramente assistencial, quase curativo, com a distribuição de gêneros alimentícios e remédios. Assim ocorreu nas secas de 1877/79, 1888/89 e 1903/04, esta já no regime republicano (Ferreira, 1985, p. 61).

A compra de alimentos para serem vendidos e, principalmente, doados aos que migravam da zona rural para centros urbanos mais importantes, como Natal e Mossoró, constituiu-se na ação do Governo Imperial que mais recursos exigiu. Tanto que, dos 4.743:566\$548 contos de réis gastos na província a título de “socorros públicos”, entre os anos financeiros de 1876–1877 e 1879–1880, 4.385:211\$061 contos de réis foram usados para a compra de gêneros alimentícios e de vestuário.

Quanto às demais despesas, consumiram o equivalente a 358:355\$487 contos de réis. Dessas despesas, os gastos mais significativos foram com o transporte dos alimentos comprados para as cidades interioranas (171:363\$965), medi-

camentos (47:084\$584) e passagens a emigrantes para fora da província (27:589\$500) (Rio Grande do Norte, 2001s, p. 575). Considerando apenas os números apresentados pelo contador da “Thesuraria da Fazenda” provincial, observa-se que as despesas com a compra de gêneros alimentícios e vestuário consumiram mais de 90% dos recursos destinados ao Rio Grande do Norte a título de “socorro público”.

Farinha, arroz, milho, feijão, carne, bolachas e bacalhau foram alguns dos principais gêneros alimentícios adquiridos e distribuídos junto à população, segundo dados fornecidos pelos próprios presidentes em suas *Falas, Relatório e Discursos*. Por sua vez, a distribuição dos gêneros ficava por conta das “Comissões de Socorros Públicos”, criadas pelos presidentes em diversas Comarcas (Ferreira, 1985, p. 66).

Já no primeiro ano da seca (1877), foram formadas “Comissões” nas localidades de Acari, Angicos, Apodi, Assú, Ceará-Mirim, Extremoz, Imperatriz (atual Martins), Jardim, Macau, Mossoró, Panellas, Pau dos Ferros, Penha (atual José da Penha), Príncipe (atual Caicó), São Gonçalo e Santana do Mato (Rio Grande do Norte, 2001q, p. 403). Entre setembro de 1877 e março de 1878 foram criadas mais três “Comissões”: Vera Cruz, Cana-Brava (Atual Macaíba) e Poço-Limpo (atual Ielmo Marinho). Além dessas, o Presidente ainda cogitava instalar outras oito: São José de Mipibu, Nova Cruz, Touros, Boa Saúde, Mangabeira, Caiada, Pirangi e Genipabu (Rio Grande do Norte, 2001r, p. 429).

Segundo o Presidente Rodrigo Lobato Machado,

Os socorros são distribuídos nas localidades por comissões compostas de pessoas tiradas d’entre os

melhores cidadãos. Quasi todas ellas tem cumprido nobremente os seus deveres, e algumas principalmente, pela extensão e intensidade do trabalho são credôras da gratidão e respeito, devidos aos que sacrificam seu tempo seus interesses e a paz de seu espírito pelo bem comum. As de Mossoró, Macáu e Ceará-mirim estão neste caso, destacando-se na primeira o nome do Dr. Manoel Hemetério Rapôso de Mello, quem ha sete mezes, lucha com louvavel esforço por conciliar os reclamos da caridade com os interesses da fazenda (Rio Grande do Norte, 2001s, p. 540).

Eram esses “melhores cidadãos” os representantes das elites de cada localidade, indicados, muitas vezes, pelo próprio Presidente ou pelas lideranças políticas locais. Na cidade de Mossoró, a “Comissão” formada pelo Vice-Presidente Vicente Ignácio Pereira, em 1879, era composta pelo juiz de direito, pelo vigário da freguesia, pelo Presidente da Câmara e por mais três cidadãos: Joaquim Bezerra da Costa Mendes, Manoel José Pinto Bandeira e José Alexandre Freire de Carvalho (Rio Grande do Norte, 2001y, p. 517)²⁰.

²⁰ Pesquisando sobre quem teriam sido esses cidadãos observamos que ao menos dois deles tinham grande influência na cidade. Joaquim Bezerra da Costa Mendes era comerciante, e membro da maçonaria. Já José Alexandre Freire de Carvalho foi membro da Câmara municipal por duas legislaturas e construtor, sendo um dos responsáveis pela edificação do mercado público de Mossoró. Quanto a Manoel José Pinto Bandeira, não localizamos qualquer informação a seu respeito, mas é de se imaginar que também fosse membro da elite local.

No entender de outro Presidente, em *Falla* de março de 1878, esses “bons e generosos concidadãos” que aceitaram “[...] o onerosíssimo, mas humanitário encargo de distribuir o socorro público aos infelizes, [...] merecem justos louros do Governo e sinceros agradecimentos do povo rio-grandense” (Rio Grande do Norte, 2001r, p. 428). Afinal, que “justos louros” seriam esses a que se referiu o Presidente?

Não que “generosidade” estivesse ausente nesses sujeitos, mas fazer parte de uma dessas “Comissões” assegurava ao menos dois benefícios: o poder de definir quem tem ou não o direito a receber os gêneros alimentícios e o recebimento de recursos a título de “gratificação e ajudas de custos”. Somente com essa rubrica o Governo Imperial gastou, entre 1877 e 1879, o equivalente a 16:253\$187 contos de réis. Valor equivalente a pouco mais da metade do que foi gasto no mesmo período com a compra de passagens para o envio de “flagelados” para outras províncias do país. (Rio Grande do Norte, 2001s, p. 575). Ou seja, os serviços desses “generosos concidadãos” às “Comissões” também foram “onerosíssimos” aos cofres públicos. Isso sem mencionar os casos de “fraudes” envolvendo muitos membros de comissão, como o que envolveu dois funcionários da Fazenda Pública, encarregados de fazer a distribuição de alimentos em Natal (Rio Grande do Norte, 2001x, p. 442).

A distribuição gratuita de gêneros alimentícios à parcela mais pobre da população, principalmente aos que haviam migrado da zona rural para o litoral, não foi a única forma encontrada pelas autoridades legalmente constituídas para lidar com esses sujeitos. Existiam, pelo menos, outras três

formas: usá-los como mão de obra nas obras públicas; enviá-los a outras províncias; e interná-los em colônias agrícolas.

Os alimentos enviados às “Comissões” deveriam ser distribuídos gratuitamente aos mais necessitados, mas era frequentemente usado como forma de pagamento a trabalhadores arregimentados entre os migrantes. Esses trabalhadores eram empregados na construção de diversas obras públicas, como a reforma e a construção de igrejas, estradas, açudes, cemitérios e o melhoramento dos vales fluviais e portos. Sobre essas obras, afirmou o Presidente Rodrigo Lobato Marcondes Machado:

Todas estas edificações e melhoramentos foram feitos pelos indigentes. Elles tiravam e queimavam a pedra e preparavam a cal, faziam os tijolos, as telhas, cortavam e lavravam a madeira, e d’entre elles sahiam os officiaes constructores. Os profissionaes recebiam então ao fim do dia, ou da semana, ração de generos superior á dos outros (Rio Grande do Norte, 2001t, p. 609).

A primeira notícia do aproveitamento dessa mão de obra, na seca de 1877–1879, existente nas *Fallas e Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte*, data de dezembro de 1878, quando o Presidente, referindo-se aos migrantes estabelecidos na cidade de Mossoró, determinou que apenas “cegos, aleijados e doentes” deveriam receber gêneros alimentícios gratuitamente. Quanto aos demais, afirmou:

Esta minha deliberação foi acompanhada de outra em favor dos emigrantes, que se achassem em condições de trabalhar, mandando, que se lhes desse ocupação útil, como fosse a abertura ou melhoramento do rio, em cujo serviço seriam pagos com aquelles gêneros, o que por certo não agradou a quem os recebia generosa e profusamente, sem trabalhar (Rio Grande do Norte, 2001X, p. 435).

Conforme as informações contidas nas *Fallas e Relatórios*, do período compreendido entre 1878 e 1880, essa mão de obra, paga com gêneros alimentícios enviados ou adquiridos em sua maioria com recursos do Governo Imperial, foi utilizada na realização de obras públicas em praticamente todas as localidades onde havia concentração dos “flagelados”, do litoral ao Sertão (Ver Tabela 6).

Em certo sentido, a chegada da seca resolvia dois grandes problemas do Governo Provincial na hora de tocar obras, principalmente as de maiores dimensões, como a construção de estradas, de açudes e a abertura e aterro de rios. O primeiro deles era a dificuldade de conseguir mão de obra, tendo em vista que a maioria estava espalhada pela zona rural e envolvida em atividades como a criação animal e o cultivo do algodão nas fazendas. Quanto ao segundo, decorria das dificuldades financeiras que frequentemente abatiam os cofres públicos e, conseqüentemente, reduziam a capacidade de investimento em obras de infraestrutura.

Com orçamento quase sempre negativo, o Governo Provincial não tinha como destinar valores significativos para o pagamento dos trabalhadores e dos demais custos de uma

A SECA E AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS NO RN

Tabela 6: Obras Públicas Realizadas na Província do Rio Grande do Norte com Mão de Obra “Flagelada” (1878 e 1880)

Localidade	Obras realizadas
Natal	Melhorias no aterro do rio Salgado (atual Potengi); serviço de limpeza das ruas; construção de um cais no porto das jangadas, outro na Ribeira e a praça do mercado; calçamento de rua;
Mossoró	Abertura e melhoramento do rio Mossoró; construção de hospital, da Casa de Câmara e Cadeia, do cemitério e de dois açudes; reconstrução da igreja matriz;
Macau	Construção de cemitério, praça do mercado e dois açudes; consertos na igreja matriz;
Jardim	Construção de açude e dos prédios de “Câmara e Cadeia” e do quartel; consertos na igreja matriz;
Acari	Construção de açude e do prédio da Câmara e Cadeia;
Imperatriz	Conserto do açude;
Areia Branca	Construção do cemitério;
Assú	Construção da cadeia;
Angicos	Construção da praça do mercado;
Ceará-Mirim	Construção de pontes e aterros;
São José de Mipibu	Consertos no prédio da cadeia e a conclusão da igreja matriz;
Macaíba	Reforma no porto e canalização do rio “Catú”;
Príncipe (Caicó)	Construção de açude;
Outras localidades	Melhoramentos na estrada de Carnaubal;

Fonte: Coleção de Fallas e Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte, entre 1877 e 1880.

grande obra, como a abertura e o melhoramento do Rio Mossoró. Assim, com a chegada da estiagem, a mão de obra campesina acabava por ser liberada de suas atividades tradicionais e passava a se concentrar nos principais centros urbanos.

Instalado e propagandeado o caos social e econômico, vinha a liberação de verbas imperiais, que passavam a ser usadas para realizar obras “impossíveis” de serem tocadas em tempos de normalidade climática.

A migração interprovincial foi outra forma usada pelas autoridades públicas para lidar com a população pobre e sem-terra durante a seca de 1877–1879. Por intermédio dos chamados “Créditos Especiais”, o Governo Imperial comprava e doava as passagens daqueles que pretendiam sair da província. Segundo dados da “Thesouraria da Fazenda”, foram gastos com esse serviço a quantia de 27:589\$500 contos de réis (Rio Grande do Norte, 2001s, p. 575).

A terceira medida constituiu-se na criação das chamadas colônias agrícolas. Geralmente, eram fazendas locadas pelo poder público para abrigar e dar ocupação aos migrantes, bem como para evitar a concentração desses sujeitos nas ruas e praças das cidades, como Natal. Na estiagem de 1877–1879, foram fundadas, segundo as *Fallas e Relatórios* do período, duas dessas colônias: “Sinimbú” e “Bom Jesus dos Emigrantes”. Segundo o presidente Rodrigo Lobato Marcondes Machado, o objetivo das colônias era

[...] reunir os indigentes, que accossados pela fome, procuravam a capital em busca de socorros, empregando-os em plantações de mandioca e outros gêneros alimentícios. O único meio de preparar a libertação futura do Governo seria esse de criar aos infelizes, alimentando-os, a fonte de onde mais tarde deve extrahir os recursos de sua subsistência (Rio Grande do Norte, 2001s, p. 540).

A primeira delas (Sinimbu) foi criada em 1878 e localizava-se entre as cidades de Ceará-Mirim e Extremoz. Essa colônia chegou a abrigar mais de 10.000 pessoas, alojadas em milhares de “palhoças” (Ver Anexo 1). Esse número se torna significativo quando o comparamos ao número de habitantes então existente na capital potiguar, estimados, em 1872, em pouco mais de 20.000 e em 13.725 no ano de 1890²¹. Embora os dados estatísticos populacionais referentes à população de Natal no final do século XIX sejam imprecisos e muitas vezes contraditórios, é possível concluir que o total de colonos estabelecidos em Sinimbu pode ter se aproximado ou mesmo superado a metade da população da capital da província.

Sobre essa colônia pesaram fortes denúncias de corrupção e maus tratos. Contudo, as denúncias só foram investigadas quando houve a troca de Presidente. Ao assumir o cargo, Manoel Januário Bezerra Montenegro instituiu uma comissão de investigação que teria identificado casos de maus tratos aos colonos, o desvio de recursos e de gêneros alimentícios.

Em relatório apresentado ao referido Presidente, a comissão afirmou que os migrantes que chegavam à colônia

[...] encontravam um verdugo, que a palmatória e ao chicote juntava a descompostura e o insulto. Não lhe valia a sua magreza e a sua nudez para inspirar-lhe a commiserção e poupar-lhe os maos tratos a que eram submettidos. A vesgasta era muita vez o pão que recebiam, quando diziam — temos fome

²¹Dados disponíveis em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>. Acesso em: 10 nov. 2017.

— e aí daquele que ousava levantar a voz e queixar-se de seus sofrimentos! Aquelle director que não soube dar uma organização aos homens que deveria preparar para a sociedade, sujeitando-os a um regimen regular e infiltrando-lhes no espírito os princípios de ordem, de trabalho e de moralidade, teve o cruel instinto de rodear-se de algozes, que promptamente executavam nas pessoas de seus míseros companheiros as tirannicas ordens, que recebiam (Rio Grande do Norte, 2001x, p. 439).

Segundo o mesmo relatório, na Colônia Sinimbú, em quatro meses de funcionamento, chegaram a morrer mais de 4.000 colonos, cujos cadáveres, muitas vezes, passavam dias para serem enterrados e, quando isso ocorria, eram sepultados em covas rasas, facilitando o ataque de animais domésticos e selvagens²².

Quanto à segunda colônia agrícola, a de “Bom Jezus dos Emigrantes”, estabelecida em 1879, também tinha por objetivo abrigar e concentrar migrantes em terras locadas a particulares nas proximidades de Natal, mais precisamente entre os rios Pitimbu e Cajupiranga. Nessa colônia, chegaram a residir mais de 3.500 emigrados, que ficaram distribuídos entre três núcleos produtivos, cada qual com seu administrador (Rio Grande do Norte, 2001t, p. 604).

Se é possível falar de uma “política de socorro” público, no decurso da seca de 1877–1879 e nos anos imediatamente posteriores, certamente essa estava centrada na obtenção e

²² Documento integralmente transcrito no Anexo I.

distribuição de gêneros alimentícios. Contudo, observando-se algumas das principais medidas tomadas pelos Governos Imperial e Provincial nesse período, percebe-se que o fio condutor de suas ações era aproveitar-se dessa distribuição para assegurar o controle e o uso da mão de obra da população mais pobre e concentrada nos centros urbanos.

2.2.4. A seca de 1903–1904

Apesar de ter havido uma seca nos anos de 1888 e 1889, foi já sob o regime republicano que o Rio Grande do Norte voltou a enfrentar um quadro social e econômico descrito pelos jornais e autoridades públicas como semelhante àquele vivenciado nos anos de 1877 a 1889. Ao findar o ano de 1903, o jornal *Diário do Natal* assim registrou o quadro que então afligia o estado:

[...] o anno que finda [1903] foi sem precedentes na sua longa vida. Os reveses que foram se accumulando nos anos de 1900 a 1902 pela falta de inverno e outros desastres, crearam uma situação, uma crise, verdadeiramente desesperadora em 1903, crise que aniquilou todas as classes productoras do Estado, estancou todas as fontes de rendas, reduzindo a lavoura, a criação pastoril, as indústrias, o commercio, a um estado de completa decadência, de ruína absoluta. Não é só o sertão que se estorce nas malhas de uma secca devastadora, que reduz á miséria o criador, e mata de fome o misero filho do povo, flagelado por aquella calamidade [...] (*Apud.* Guerra; Guerra, 1980, p. 69–70).

Como se pode perceber, o quadro calamitoso descrito no registro jornalístico em muito se assemelha àqueles dos tempos da seca de 1877–1879. Novamente, a seca é descrita como a vilã, a causadora da fome, do empobrecimento das “classes” e dos cofres públicos estaduais. Além desses problemas mencionados na reportagem, o Rio Grande do Norte voltou a conviver com a migração e o consequente crescimento populacional dos seus principais centros urbanos, devido às levas de migrantes que se deslocavam da zona rural em direção às cidades em busca dos meios necessários à própria sobrevivência.

Mas afinal, quem eram esses sujeitos que abandonavam sua moradia e percorriam longas distâncias para obter socorro público ou privado? Eram os pobres, os trabalhadores rurais (meeiros, trabalhadores de condição, agregados), ou seja, aqueles sujeitos que, em sua maioria, quase sempre estiveram excluídos do principal meio de produção: a terra. Essa parcela dos “[...] trabalhadores compunham uma população socialmente marginalizada. Mestiça e não proprietária, era ela a força de trabalho atuante nas grandes propriedades rurais” (Takeya, 1995, p. 68).

Nos períodos de seca, eram esses trabalhadores rurais e suas famílias que compunham a maioria dos milhares de retirantes que, segundo os jornais e as autoridades públicas, se amontoavam em condições sub-humanas nos centros urbanos. Caso daqueles migrantes que chegaram a Natal durante a seca de 1903–1904 e foram colocadas em barracões e armazéns alugados pelo Governo Estadual (Rio Grande do Norte, 1904a, p. 19–20).

As condições dos “flagelados” que buscavam refúgio na capital potiguar foram assim descritas pelo jornal *Diário do Natal*:

A sêcca que já vinha dos dois anos anteriores, 1902 e 1903, nelle se aggravou mais — chegando ao seu estado agudo. O povo do centro, não podendo mais resistir, foi forçado a sahir, abandonando a sua terra e seu tecto para escapar ao supplicio da fome.

Nos mezes de Março, Abril e Maio [1904] esta capital testemunhou o espectaculo mais triste que imaginar se pode — milhares de patricios nossos chegavam aqui semi-nús, esfarrapados, mortos á fome em busca de socorro público que não encontravam.

Sem abrigo, expostos ao tempo e mal-passados, pois a caridade particular já exgotada pouca dava, foram os flagellados acommetidos da epidemia das *camaras de sangue*, que fez grande número de victimas (Diário de Natal, 1º jan. 1905).

A exemplo do que ocorreu nas estiagens anteriores, em especial na de 1877–1879, o Governo Estadual recorreu ao Executivo Federal, seja diretamente ou por meio de seus representantes no Poder Legislativo (deputados e senadores). Nesse caso, as reivindicações focavam ajudas imediatas por meio da liberação de verbas a título de “socorros públicos”, e em pedidos para iniciar ou avançar nas obras de infraestruturas, como estradas, açudes e ferrovias.

Ao contrário do que ocorreu na seca de 1877–1879, quando os recursos liberados pela Coroa do Brasil foram

majoritariamente usados para o assistencialismo imediato, mas com o uso da mão de obra flagelada, na seca de 1903–1904 houve uma ação mais direcionada das autoridades estaduais no sentido de aproveitar a mão de obra dos flagelados e os recursos enviados pelo Governo Federal para a realização de obras estruturantes. Talvez o maior exemplo desse aproveitamento tenha se dado nas obras de “modernização” de Natal. Na cidade, ruas foram abertas, outras calçadas, prédios públicos edificados ou reformados e praças urbanizadas (Ver Imagem 1)²³.

Contudo, é de se observar que essa política de aproveitamento da mão de obra dos emigrados em obras públicas encontrou resistência, principalmente do jornal oposicionista *Diário do Natal*. Aproveitando-se de uma nota publicada no jornal *A Republica*, no qual o poder público estadual informava que os recursos para custear as obras de modernização da capital não estavam saindo dos cofres estaduais, tratou-se, então, de questionar:

[...] donde veio então esse dinheiro para essas construções?

Essa declaração da *Republica* é a prova evidente — de que os dinheiros mandados como socorro para os flagellados da secca no Estado têm sido desviados e applicados nessas obras, como mais de uma vez temos denunciado.

²³ Sobre o processo de modernização de Natal e o aproveitamento da mão de obra dos “flagelados” na cidade, durante a seca na de 1903–1904 na cidade, ver França (2020).

A luz está feita e não resta a menor dúvida — de que o dr. Augusto Lyra [Governado do Estado] foi um algoz, foi mais que um Nero, deixando morrer de fome os seus governados, os seus patricios flagellados por essa calamidade pública que ha tempos devasta o Estado.

O dr. Rodrigues Alves mandou soccorros para os famintos; o governador Lyra foi que os não deu, para com elles fazer obras de recreio que somente aproveitam ao seu sogro e mais membros da sacra familia (Diário de Natal, 11 fev. 1905).

Apesar desse caráter de denúncia dado pelo jornal, não se pode deixar de pensar que essa política de aproveitamento de mão de obra seja parte de uma estratégia encontrada pela elite agrária e política potiguar para conter o esvaziamento do campo, ou seja, o êxodo de trabalhadores para outras regiões do Brasil.

Afinal, o movimento migratório, que se mostrava contínuo desde pelo menos o final do século XIX, apresentou-se muito mais intenso durante a seca de 1903–1904. Segundo dados apresentados pelo jornal *A Republica*, entre o início da estiagem e abril de 1904, havia embarcado, nos portos do estado, 6.564 pessoas com destino às regiões “Norte” (4.939) e “Sul” (1.625) (*A Republica*, 28 abr. 1904). Isso sem contar aquelas pessoas que migravam através dos portos do Ceará e da Paraíba. Esse movimento contínuo dos migrantes sertanejos pode ser observado na Tabela 7, na página a seguir.

Os números revelam que o Rio Grande do Norte perdeu com a migração, ocorrida nessa década e meia, o equivalente

A SECA E AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS NO RN

Tabela 7: Movimentos Migratórios no Rio Grande do Norte (1895–1909)

Ano	Total Emigrados
1895	1.017
1896	3.352
1897	3.833
1898	3.936
1898	3.36
1900	3.266
1901	2.266
1902	1.037
1903	1.781
1904	12.082
1905	3.4
1906	2.148
1907	4.564
1908	2.394
1909	4.345
Total	50.109

Fonte: Dados retirados de: Takeia; Lima, 1987, p. 34.

a pouco mais de três vezes a população de Natal em 1900, então com 16.056 habitantes, ou aproximadamente 20% do total de habitantes existentes no estado naquele mesmo ano, que contabilizava 274.317 pessoas (Brasil, 1905).

Conter ou limitar esse êxodo significava para os proprietários rurais impedir a fuga de mão de obra, pois eram esses homens e mulheres os responsáveis pela produção de suas propriedades agrárias. Logo, o aproveitamento desses trabalhadores nas obras de embelezamento da capital potiguar, tão contestado nas edições do jornal *Diário do Natal*, era

uma forma de manter no estado parte dos trabalhadores para quando as chuvas voltassem e fosse possível voltar a plantar e a criar.

Além das obras realizadas em Natal, outras, até de maior porte, foram solicitadas pelos representantes da elite agrária potiguar.

Povo reunido praça pública, telegraphou, presidente da República, ministro Viação, Congresso Nacional, Governador, Congresso do Estado, solicitando valioso concurso realização projecto estrada de ferro partindo de Macau esta cidade direcção centro Estado, terminando margem S. Francisco. Macau é ponto equidistante zona litoral, convendo alli partida estrada, que aproveita municípios mais agrícolas assolados secca nosso Estado. *Accresse necessidade trabalho para grande multidão pobres accossados fome.* Topographia terreno optimo. Pedimos vosso auxílio patriothico realização problema salvar nossa situação, abrigando povo futuras calamidades (A secca. 1903, p. 1).

Como demonstra o telegrama enviado à Capital Federal e publicado n' *A Republica*, um dos objetivos da construção da ferrovia era ocupar os trabalhadores rurais, que “acossados pela fome” poderiam tomar o mesmo destino de outros milhares de norte-rio-grandenses, ou seja, os estados do “Norte” e do “Sul” do Brasil.

Mesmo diante dos recorrentes pedidos dos representantes da elite agrária potiguar para se criar meios de manter no

estado a mão de obra dos trabalhadores rurais, o Governo Federal continuou a incentivar uma política de migração que havia iniciado lá na seca de 1877–1879: a compra e a entrega de passagens marítimas para aqueles indivíduos que pretendiam sair do estado com destino a outras regiões do país.

Contudo, esses incentivos federais à emigração da mão de obra rural geraram protestos dos representantes políticos da elite agrária potiguar, como fez o Governador Augusto Tavares de Lyra em telegrama enviado ao Presidente da República. Na ocasião, o Governador solicitou providências para conter “[...] o despovoamento, desde que se trata de um Estado que conta apenas cerca de trezentos mil habitantes, dos quaes já emigraram mais de nove mil, [...]” (Rio Grande do Norte, 1904a, p. 38).

Na mesma ocasião em que leu o telegrama dirigido ao presidente da República, Augusto Tavares de Lyra queixou-se aos deputados reunidos na Assembleia Estadual da falta de recursos para realizar obras que pudessem, ao menos, conter o êxodo rural.

A estreiteza do crédito [100:000\$000 contos de réis] que o Exm^o. Sr. Presidente da República mandara conceder-me não me habilita a empregar obras nos lugares mais assolados pelas secas. E esta era e é, a meu ver, a principal providência a adotar, tanto assim que sempre insisti por ella nas minhas comunicações pelo desejo que alimentava de que o problema fosse enfrentado e resolvido com resultados práticos. As chamadas commissões do governo iriam estimular cada vez mais o êxodo para aqui e d’aqui para outros

Estados, sem que nos ficasse nada de útil e profícuo
(Rio Grande do Norte, 1904a, p. 34, grifos nossos).

Como se pode observar, a elite agrária potiguar almejava carrear recursos e obras federais por meio da exploração do caos social, mas também esperava, com tais medidas, evitar ou minimizar o movimento migratório. Tanto que, diante de tamanha perda de força de trabalho, o que poderia comprometer a estrutura econômica e social vigente, os representantes da elite agrária potiguar passaram também a pressionar o Governo Federal no sentido de instituir frentes de trabalho e melhorar a infraestrutura produtiva, para assim garantir a permanência dos trabalhadores. Com isso, ela se beneficiava duplamente, assegurava a permanência de uma mão de obra barata e expandia suas atividades produtivas.

3 A Gênese da indústria da seca no Rio Grande do Norte

A partir da segunda metade do século XIX, teve início um processo de diferenciação crescente entre as regiões Nordeste e o Sudeste do Brasil. A primeira em crise, devido à perda do espaço no mercado internacional de seus tradicionais produtos de exportação (açúcar e algodão), enquanto a segunda, estava em expansão, graças ao desenvolvimento da cafeicultura. Esse processo de diferenciação regional acentuou-se a partir da década de 1870, em razão das inversões financeiras para implementação e melhoramento da infraestrutura produtiva (estradas de ferro e carroçáveis; crédito aos produtores e portos). O Governo Imperial privilegiou o Sudeste cafeeiro, em detrimento do Nordeste açucareiro e algodoeiro.

A partir da grande estiagem de 1877–1879, os representantes políticos da elite agrária nordestina passaram a usar o caos social gerado pela seca como um instrumento na disputa por investimentos federais. Com isso, passaram a se beneficiar, direta ou indiretamente, das verbas públicas enviadas para socorrer as vítimas da crise climática. Como responsáveis pela administração dessas verbas, as autoridades públicas as utilizavam de acordo com seus interesses pessoais e classistas.

Foi nesse contexto de perda de espaço no mercado internacional, de redução nos investimentos governamentais e da seca, observado a partir da década de 1870, que analisou-se

como a elite nordestina e potiguar gestou um *discurso* capaz de carrear grandes volumes de recursos e investimentos públicos para a Região, o que culminou com a institucionalização da *indústria da seca*,

3.1. A crise econômica da segunda metade do século XIX

Conforme observamos anteriormente, o setor agroexportador potiguar só passou a ter maior importância na economia provincial após a “grande seca” de 1844–1846. Nas décadas de 1850 e 1860, a cultura canavieira e a algodoeira atingiram grande desenvolvimento, contando essa última com condições favoráveis do mercado internacional. Nesses anos, diversas casas comerciais de capital estrangeiro estabeleceram-se na província, atuando na importação de bens manufaturados europeus e, principalmente, na exportação de produtos locais, caso do açúcar produzido no vale do Ceará-Mirim (Monteiro, 2000, p. 25–26).

Por diversas vezes, os presidentes da província, em suas *Fallas e Relatórios*, remetem-se ao desenvolvimento e à importância da cultura canavieira no vale do rio Ceará-Mirim. Em 1853, por exemplo, comentou o Presidente da província:

O assucar, que até bem pouco annos era importado de Pernambuco para o consumo ordinário da Província, e que si bem fosse cultivada a canna, o era em pequena escala, e para o uso de rapaduras, vai-se tornando hoje uma das suas principais industriais; o número de engenhos já é bastante considerável, os seus productos já excedem as necessidades do consumo provincial, e chegam para serem exportadas. Apesar

do atraso existente no fabrico do assucar, contudo muita prosperidade promete esta indústria, atenta a fertilidade das terras, em que se cultiva a canna, principalmente as do Ceará-mirim (Rio Grande do Norte, 2001g, p. 537).

A expansão do setor agroexportador, iniciada com o açúcar, ganhou maior impulso a partir de 1860, com o desenvolvimento da cotonicultura. Existente no Brasil desde os tempos pré-coloniais, a produção algodoeira em todo o Nordeste teve um primeiro grande impulso na segunda metade do século XVIII, quando a Revolução Industrial na Europa implicou o aprimoramento da produção têxtil. Além disso, a suspensão das exportações norte-americanas, devido à Guerra da Independência dos Estados Unidos (1776–1783), acabou por dar espaço para o produto brasileiro (Takeya, 1995, p. 25–26).

Um novo impulso à cotonicultura nordestina ocorreu na década de 1860, quando, novamente, o mercado internacional apresentou condições favoráveis para a ampliação da produção, condições essas decorrentes de nova suspensão das exportações dos norte-americanos, agora envolvidos na Guerra Civil ou de Secessão (1860–1864). A saída dos Estados Unidos do mercado internacional do algodão, então o seu maior produtor e fornecedor para a indústria têxtil europeia, ocasionou o chamado “Cotton Hunter”, ou seja, a grande procura e o aumento nos preços internacionais do algodão entre os anos de 1863 e 1872, o que proporcionou forte demanda e a baixa oferta do produto no mercado mundial. Esse contexto internacional, que proporcionou o “Cotton

Hunter” e a consequente expansão da cultura algodoeira no Nordeste e no Rio Grande do Norte, foi mencionada por Pedro Leão Velloso, Presidente da província:

O alto preço que este producto [algodão] gozado no mercado em razão dos acontecimentos dos Estados Unidos da América, primeiro fornecedor das fábricas da Inglaterra, e o cuidado que teve o governo imperial de mandar propalar as vantagens d’aquella plantação, veio despertar em nossos agricultores a tendência para ella, e muitas lavouras se tem preparado (Rio Grande do Norte, 200ii, p. 11-12).

Seis anos após esse comentário, outro Presidente, tratando da situação financeira da província, voltou a mencionar que a elevação nos preços internacionais do produto foi o que motivou os agricultores a ampliarem a área cultivada, fato que teria levado a uma elevação considerável na receita provincial (Rio Grande do Norte, 200ik, p. 5).

O crescimento das exportações, nas décadas de 1850 e 1860, foi seguido nos anos seguintes por um processo de crise. Mudanças no contexto internacional acabaram fazendo com que o açúcar e o algodão nordestino e potiguar fossem progressivamente perdendo espaço no mercado mundial. Tratando dessa crise econômica e social que se instalou no Nordeste a partir da segunda metade do século XIX, escreveu Hamilton de Mattos Monteiro (1980, p. 39):

Já na primeira metade do século XIX a produção nordestina sofreu o forte impacto da concorrência

de outras fontes produtoras que produzindo com melhor tecnologia forçaram a queda dos preços no mercado mundial e deslocaram os artigos brasileiros pra uma posição cada vez mais secundária. Na segunda metade do século o problema tornou-se crônico e a lavoura tradicional sofreu um processo de decadência constante e acentuado, com pequenas fases de melhoria, que descapitalizava a região e transformava profundamente a sociedade local.

A crise é mais perceptível quando observamos os valores pagos pelo açúcar. Segundo Wilson Cano, a queda nos preços no mercado internacional foi constante no século XIX (Cano, 1977, p. 93). Assim, ao iniciar o século, a tonelada custava cerca de 30 libras, caindo para 16 na metade do mesmo século e chagando a 9 no início do XX. No caso do Rio Grande do Norte, o aumento constante na arrecadação com a exportação de açúcar, observado desde o início da década de 1850, decorreu da ampliação da área de cultivo, e não dos preços internacionais do produto, o que não deixou de causar dificuldades aos cofres públicos.

Em *Relatório* de 20 de junho de 1876, o Presidente da província já se queixava aos deputados da queda na arrecadação sobre as exportações, que teria saído de 91:833\$000 contos de réis, no ano financeiro de 1874-1875, para 57:874\$000 contos de réis no ano seguinte. Embora tenha havido diminuição no volume de exportação, a baixa nos preços internacionais do açúcar foi considerada a principal causa (Rio Grande do Norte, 20010, p. 249, 254-256).

A crise da cotonicultura, iniciada nos anos de 1870, também contribuiu para essa queda na arrecadação do imposto sobre os produtos de exportação. Frente à retomada da produção algodoeira norte-americana, no pós-Guerra de Secessão e o surgimento de novos produtores, como o Egito e a Índia, o preço do algodão no mercado internacional entrou em queda (Takeya, 1990, p. 163). O alto preço do algodão no mercado internacional, alcançado na década de 1860, tendeu a decair nos anos de 1870. Tanto que, em 1876, o Presidente da província afirmou em sua *Falla* que os preços do algodão não chegavam sequer a cobrir as despesas feitas para fazê-lo chegar aos mercados consumidores (Rio Grande do Norte, 2001p, p. 329).

Sendo assim, a década de 1870 caracterizou-se pelo agravamento da crise de preço nos produtos das culturas tradicionais do Nordeste, que, sem maiores investimentos tecnológicos, foram paulatinamente perdendo competitividade frente aos concorrentes internacionais. No caso da produção açucareira, por exemplo, implantaram-se os engenhos centrais como tentativa de modernizar os processos produtivos. Mesmo assim, não conseguiram enfrentar a produção de açúcar de beterraba na Europa e do açúcar de cana nas Antilhas.

No Rio Grande do Norte, a crise econômica estendeu-se para além das tradicionais culturas agroexportadoras do açúcar e do algodão. Secas periódicas, doenças nos rebanhos, baixa qualidade racial deles, manejo inadequado dos animais e a valorização da agricultura na província, contribuíram para o declínio da pecuária como atividade econômica de grande vulto (Santos, 1994, p. 68).

Essas fases de crescimento e de retração a que foi submetida a economia potiguar na segunda metade do século XIX refletiram diretamente no número de escravos existentes e, conseqüentemente, na participação da província no tráfico interprovincial de escravos. No ano de 1844, o Rio Grande do Norte possuía, aproximadamente, 147.072 habitantes. Deste total, 18.163 ou 12,1% eram escravos. Dez anos depois, tendo sofrido os efeitos da seca de 1844–1846, o número de escravos foi reduzido a 3.000 ou 1,7% da população norte-rio-grandense, então com 170.000 habitantes (Monteiro, 2000, p. 150).

Com o crescimento econômico proporcionado pelo desenvolvimento do setor agroexportador (algodão e açúcar), nas décadas de 1850 e 1860, esse percentual aumentou para 9,2% do total de habitantes contabilizados em 1870. Em números reais, significa dizer que existiam, aproximadamente, 25.000 cativos. Com a crise que se abateu sobre as atividades econômicas tradicionais a partir da década de 1870, essa tendência de crescimento no número de escravos novamente inverteu-se. Os proprietários rurais passaram a vender seus escravos para o Centro-Sul do Brasil e a população escrava decaiu para 3,4% em 1873, ou seja, recuou para 10.282 indivíduos. Pressionados pela crise econômica e necessitando de se capitalizar, a elite potiguar se viu obrigada a se desfazer de mais de 50% de seus cativos, só no período de 1870 a 1873.

A retração do trabalho escravo foi apenas uma das repercussões da crise econômica que se instalou a partir dos anos de 1870. A paralisação do setor agroexportador levou, inclusive, vários comerciantes estrangeiros e nacionais, estabelecidos desde as décadas de 1850 e 1860 na província, a fecharem

suas casas de importação e exportação²⁴. No geral, essa crise afetou o comércio, paralisou construções, acarretou falências e desemprego nas vilas e cidades de praticamente todo o Nordeste (Monteiro, 2000, p. 47-48).

As revoltas populares, ocorridas na década de 1870, demonstram o quanto a crise econômica afetou a sociedade nordestina. A mais importante delas foi denominada “Quebra-Quilos”, iniciada em 1874, na Paraíba, estendendo-se, no ano seguinte, a Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas (Monteiro, 2000, p. 129). Bucando compensar a queda nas rendas públicas, os governos provinciais do Nordeste, aumentaram os impostos já existentes e criaram novos, inclusive sobre gêneros alimentícios básicos, como a farinha e a carne seca. Contudo, foi a instituição com o novo sistema nacional de pesos e medidas que deflagrou a revolta. Nessas agitações,

Os revoltosos traziam “um rosário” de queixas. Parecia que explodiam em rebelião por um acúmulo de problemas que se acentuavam a cada ano. Algumas foram comuns a todas as agitações: reclamação contra impostos [novos ou aumentados], contra a nova lei de recrutamento militar e contra o novo sistema métrico decimal (Monteiro, 2000, p. 131).

Em terras potiguaras, a revolta eclodiu nas localidades que hoje correspondem aos municípios de Santo Antônio, Ielmo

²⁴Sobre a falência das casas comerciais na década de 1870, ver Monteiro (2000, p. 149).

Marinho, Acari, Caicó, Jardim do Seridó, Patu, Alexandria, Marcelino Vieira, Luiz Gomes, Santa Cruz e Coronel Ezequiel (Monteiro, 2000, p. 151).

Nova revolta ocorreu em oposição à nova lei de recrutamento militar (Lei n. 2.556, de 26 de março de 1874), que instituiu o alistamento obrigatório aos homens válidos, entre 19 e 30 anos (Monteiro, 1980, p. 133–134). No Rio Grande do Norte, tal obrigação promoveu insurreições em Arês, Canguaretama, Goianinha, Mossoró, São José de Mipibu e Papari (Monteiro, 1980, p. 152–153).

Caio Prado Jr. (1988, p. 157) apontou outro importante fator agravador da crise socioeconômica vivenciada pelo Nordeste: o deslocamento do eixo econômico do país para a região Centro-Sul. Isso porque

[...] já na primeira metade do século XIX o Centro-Sul irá progressivamente tomando a dianteira nas atividades econômicas do país. E na segunda, chegava-se a uma inversão completa de posição: o Norte, estacionário, senão decadente; o Sul, em primeiro lugar, em pleno florescimento.

Enquanto o Nordeste vivenciava uma crise econômica e social sem precedentes, ao menos desde o início da década de 1870, o Sudeste entrava numa etapa decisiva de sua expansão econômica, graças à cafeicultura. Foi o avanço do café na região que possibilitou o deslocamento geográfico do eixo econômico do país, antes centrado no Nordeste açucareiro e algodoeiro para o Sudeste cafeeiro.

Introduzido no Brasil no século XVIII e cultivado inicialmente para o consumo local, o café começou sua ascensão na pauta de exportações brasileiras ainda na primeira metade do século XIX, graças à desorganização da produção haitiana, na época, o maior produtor e exportador mundial do produto. Tanto que, já na década de 1820, o café representava 18% das exportações brasileiras, atrás apenas do açúcar e do algodão, sendo esses responsáveis por mais de 40% de toda a exportação nacional (Furtado, 1997, p. 113).

A expansão da cafeicultura, ocorrida nas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, deu início a um processo crescente de diferenciação econômica entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil. Essa diferenciação fica bem clara quando se observa o tráfico interprovincial de escravos. No caso, a região Sudeste, onde as atividades agro-exportadoras estavam em ascensão e havia uma necessidade crescente de mão de obra, passou a comprar os escravos das províncias nordestinas, que devido ao declínio econômico se viu obrigada a se desfazer de sua força de trabalho cativa.

No entender de Denis Bernardes (1997, p. 51), a expansão da economia agroexportadora brasileira como um todo requeria, além de mão de obra, investimentos governamentais em obras de infraestrutura, como portos, estradas e ferrovias que garantissem o escoamento da produção para o mercado externo. Entretanto, durante o Segundo Império e toda a Primeira República, tais investimentos foram direcionados, preferencialmente, para o Sudeste cafeeiro. O desenvolvimento da malha ferroviária brasileira bem ilustra essa situação. Assim,

Quem examina em termos quantitativos o desenvolvimento da rede ferroviária nos últimos vinte anos no Império, constata que a oposição das provinciais do Norte tente a declinar relativamente à das do sul. Quando em 1871 iniciou-se um grande surto de ferroviário do ministério Rio Branco, o Brasil dispunha de 820 quilômetros de ferrovias, dos quais 33% correspondiam as estradas nortistas. Em 1889, a rede ferroviária do Império, [foi ampliada] 8.930 quilômetros, mas a participação nortista achava-se reduzida a 26% do total, enquanto, a sulista atingira 74%. (Melo, 1999, p. 192).

Fica notório, pelos dados apresentados no trecho, o destaque à preferência do Governo Imperial por investir na infraestrutura da região cafeeira em detrimento das áreas onde os produtos de exportação estavam em franco declínio, como no Nordeste.

Além disso, a diferença dos investimentos na expansão da malha ferroviária reflete um outro lado do declínio: a perda de influência política da bancada nordestina no Parlamento. Isso implica o fato de que os parlamentares já não possuíam influência e argumentos econômicos suficientes para convencer o Governo Imperial a investir na sua região o mesmo volume de recursos investidos no Sudeste.

É nesse contexto de crise econômica, social e política do Nordeste e de expansão do poder econômico e político do Sudeste cafeeiro, que os representantes políticos do decadente espaço nordestino passaram a usar a seca como instrumento de convencimento para conseguir direcionar recursos e

investimentos a serem aplicados na infraestrutura produtiva local. Iniciava-se, assim, o discurso que enunciava ao Brasil a seca como o “grande problema regional”.

3.2. A seca é transformada em problema: o caos social

A retração da pecuária e da agricultura, principalmente a de subsistência, de fato ocorreu, como ficou demonstrado pela queda grande e brusca na arrecadação do dízimo do gado na seca de 1877–1879. Contudo, a simples queda da arrecadação não bastaria para explicar o carregamento de tantos recursos do Governo Imperial para a província, até porque, como observamos anteriormente, o Governo Provincial encontrou meios de manter, ao menos estável, suas receitas.

Uma análise da documentação produzida por autoridades, proprietários rurais e jornais do Rio Grande do Norte, por ocasião da seca ou logo após seu fim, em 1879, sugere uma resposta: a exploração do caos social e econômico que se instalava entre a população mais pobre nos anos em que as chuvas não ocorriam ou que chegavam em volumes abaixo do esperado.

Na perspectiva das elites locais, a seca não deveria ser mais apresentada como um fenômeno natural e recorrente do Nordeste, e até necessária para alguns, mas encarada como a responsável por promover a desestruturação da ordem econômica, que, por sua vez, gerava um quadro social marcado por miséria, fome, migração, pestes, roubo, saques, violência e morte. Em outras palavras, escolheram evidenciar a miséria e o sofrimento do “povo” como forma de sensibilizar o Governo Imperial e as elites nacionais.

A seca de 1877–1879 estava ainda em seus primeiros meses, quando o jornal *Brado Conservador*, da cidade de “Assú”, publicou, na sua seção CORRESPONDÊNCIA, uma carta proveniente da cidade de Mossoró, com o seguinte teor:

As notícias que chegam do alto sertão relativamente á secco nos pinta a maior das calamidades; ali o espôso abandona a própria mulher, o filho, a sua propria mãe, o pai as suas filhas donzellas; as creanças sucumbem por não poderem tragar a raiz dos páes, o rico o potentado, que tem seu celeiro prevenidos nega o pão, a filha abandonada de seus pais, vendo-se perseguida pelo deshumanos seductores e pela miséria, fica infamemente situada no abysmo da prostituição; a vista, pois, de tantas eventualidades, de tanto prejuízo social, e do grande número de indivíduos assás sinceros e honrados, que se achão a bordo da desgraça, esperamos nos bons sentimentos do Governo, para quem não nos furtamos de trabalhar, empenhando nossa vida, nossa honra e de nossos, filhos, como attesta a recente história do Paraguay, que nos acuda, nos proteja, nos dê ao menos uma prova de padraсто humanitário (Correspondência..., 1977, p. 4).

Inicialmente, o autor da carta, alguém que se autointitulava “um mendigo de mossaorense”, detém-se em descrever, detalhadamente, o estado de “calamidade” e de “desgraça” em que se encontra a população “pobre” do “alto sertão” potiguar, como consequência da estiagem que então assolava

a região. Terminada a exposição, passa o autor a rogar por auxílio e proteção do poder público, chegando mesmo a apelar aos “bons sentimentos” do Governo Imperial.

Mais que um caso isolado, essa construção narrativa tornou-se uma fórmula recorrentemente observada em vários documentos produzidos por ocasião da estiagem, principalmente naqueles publicados com fins propagandísticos em jornais e revistas locais e nacionais. Aliás, uma fórmula que se mostrou exitosa em seus fins.

Mesmo a documentação oficial, como as *Fallas e Relatórios de Presidentes de Província*, segue essa fórmula. Em 4 de dezembro de 1878, o Presidente Manoel Bezerra Montenegro iniciou seu relato sobre a seca descrevendo “o cortejo de desgraças” que afligia os “miseráveis” que chegavam a Mossoró, onde, segundo essa autoridade, “[...] tudo faz crer, que a explosão será inevitvel, se não continuarem as remessas de socorro em grande escala”. Para assegurar a vinda de recursos, resolveu enviar, ao Ministro do Império, um telegrama narrando o “desespero” dos mossoroenses, na esperança de que conseguiria “benefícios” para “tantos infelizes” (Rio Grande do Norte, 2001x, p. 441–442).

Essa fórmula também foi usada pelas autoridades municipais ao se reportarem ao Governo Central. Foi o que fez a Câmara de Mossoró em ofício enviado ao Ministro dos Negócios do Império, em 25 de novembro de 1878.

O estado verdadeiramente lamentável dessas miseráveis criaturas, que vencendo enormes distancias e arrastando-se pelas estradas, aqui vieram suplicar pão para a vida, não é fácil de descrever-se. A fome

e a nudez foram-lhes companheiros inseparáveis nesse caminhar de longos e penosos dias. [...]. a acumulação dessa avultuada massa de pessoas que já haviam estragado a saúde pelo uso de uma alimentação irracional e insalubre, [...], produziu, [...], a propagação e rápido desenvolvimento de formidáveis epidemias, [...], ceifando diariamente centenas de vida, [...] (*Apud.* Cascudo, 1996b, p. 119).

Terminado o relato sobre as misérias e privações a que estavam sujeitos os moradores de Mossoró e dos que para lá migravam, passam as autoridades daquela municipalidade a pedir ajuda, ou seja, o envio de recursos para ver superado aquele quadro de miséria descrito.

Como se percebe, foi o caos social, como o descrito na carta publicada no *Brado Conservador*, no *telegrama* e o no *ofício*, o principal argumento usado pela elite agrária e seus representantes políticos para convencer o Governo Imperial a enviar recursos às províncias secas do “Norte”, como era o caso do Rio Grande do Norte. A estratégia mostrou-se eficaz, afinal, os recursos chegaram, e não foram poucos, embora não seja incomum encontrar nas fontes queixas de que seria necessário mais.

A canalização de recursos do Governo Imperial para a província não significava, necessariamente, que as municipalidades seriam igualmente contempladas na hora da partilha. A maior parte dos “socorros” que chegavam eram encaminhados aos municípios, principalmente na forma de alimentos, e distribuídos por comissões compostas de cidadãos destacados de cada localidade, como o pároco, os

servidores públicos e o juiz de paz. No momento de definir o quinhão que caberia a cada município, o caos social, novamente, se mostrou eficiente.

No afã de obter uma porção mais substancial da partilha, a Câmara Municipal de Mossoró tratou de enviar um ofício ao Presidente da província, datado de 4 de março de 1878, informando da existência de 40.000 emigrantes na cidade, bem como da fome e da mortandade que se abatia sobre esses. Ao final, aproveitou e solicitou mais e melhores alimentos para os “flagelados” do município (Casculo, 1996b).

Nos seguintes termos foi descrito, por um proprietário rural, o caos social em Mossoró:

Existiam em Mossoró, no fim de dezembro [de 1877], cerca de 25.000 pessoas, cuja ocupação única era terem fome, a morrerem de miséria ou de peste [...]. Dessa população advém, rara era a pessoa que vestia uma camisa sã, ou vestido sem remendos; muitos, que antes eram possuidores de média abastança, estavam agora ali esmolando de porta em porta, por haverem atingido a máxima miséria; e vão cahindo mortos em seus casebres improvisados, ou pelas ruas e calçadas, d’onde são levados para o cemitério, para a valla comum, por homens pagos para o transporte, [...] (Guerra; Guerra, 1980, p. 38).

Quadro de caos social semelhante também se fez presente em cidades como Macau, Assú, Caicó, Natal e Pau dos Ferros. No entanto, foi sobre o que se instalou em Mossoró que encontramos o maior número de relatos, inclusive aqueles

mais detalhados e chocantes²⁵. Relatos dão conta, como vimos, de milhares de “famintos” perambulando pelas ruas à espera de socorro público ou da morte.

O que podemos observar é que tanto o Governo Provincial quanto as autoridades municipais valeram-se da mesma estratégia argumentativa quando almejaram obter mais recursos e gêneros alimentícios. Primeiro, sensibilizavam quem poderia liberar os recursos com relatos do caos social (morte, fome, violência, pestes, saques) instalado na província; em seguida, apresentavam o que realmente pretendiam, verbas públicas a título de “socorros públicos”.

Com a seca de 1903–1904, os velhos problemas ressurgiam e, com ela, uma estratégia não tão velha ressurgiu ainda mais forte: explorar ao máximo o caos social vivenciado pela população mais pobre. É o que buscou fazer o governador Augusto Tavares de Lyra quando enviou diretamente ao Presidente da República uma série de telegramas e ofícios. Em um desses telegramas, o de 6 de abril de 1904, a maior autoridade do estado inicia sua correspondência descrevendo o “espetáculo de nudez e fome” que se abatia sobre a população pobre, para só ao final escrever:

Cumprindo doloroso dever desta comunicação e confiando no elevado patriotismo de V. Exc. e sem meios de poder attenuar sequer a calamidade que opprime o Estado em crise tavez sem precedentes — porque maior do que a de 1877 é a miséria de hoje —

²⁵O quadro informado pelos Presidentes da Província não destoa muito desse relato.

sou forçado a solicitar do benemérito governo de V. Exc. as providenciais que a urgências desesperadoras da situação está reclamando (Rio Grande do Norte, 1904a, p. 12).

A exemplo do que ocorreu na estiagem de 1877–1879, a fórmula do caos social tornou-se o principal instrumento de sensibilização para obtenção de recursos junto ao Governo Federal. Contudo, vale ressaltar que, quando o Governador se dirigia a outras autoridades locais, o caos social não era tão realçado, principalmente quando comparamos as descrições existentes nas *Fallas e Relatórios* apresentados na seca de 1877–1879. Ou seja, nesse momento, a descrição de um quadro social alarmante era mais interessante quando o leitor do telegrama ou o ouvinte de um discurso tinha o poder de abrir os cofres públicos da União.

Nesse caso, não restam dúvidas, os clamores surtiram efeitos. E, novamente, recursos do Governo Federal foram enviados para o Rio Grande do Norte e os demais estados do Nordeste. Ao fazer um breve apanhado das verbas oficialmente recebidas, o Governador Augusto Tavares de Lyra informou o valor de 297:881\$890 contos de réis, considerando tanto os repasses governamentais quanto os privados (Rio Grande do Norte, 1904a, p. 13–14).

Quando comparamos esses valores com aqueles enviados durante a seca de 1877–1879, aproximadamente 6.000:000\$000 contos de réis, a primeira impressão é que a fórmula do caos social estava perdendo força. Na realidade, o que estava mudando era o interesse da classe política nordestina e potiguar. O foco já não estava na obtenção

de recursos imediatos, ou seja, no dinheiro a ser gasto na aquisição de gêneros alimentícios e outros bens de primeira necessidade. Como fica claro nas palavras do Governador Alberto Maranhão.

O sertanejo de hoje, porém, já estudou e compreendeu o problema, sabendo muito bem quaes os meios indicados pela sabedoria prática para combater-se a crise periódica. Falta lhes, somente, o capital preciso para desenvolverem, pela iniciativa particular, uma vastíssima agglomeração de açudes, com prisão das águas pluveaes aonde quer que haja os contrafortes necessários a segurança de uma barragem, [...]. Para isso, porém, é preciso dinheiro. Que o patriota dos poderes públicos da União, já que os orçamentos do Estado não comportam taes despesas, epiedando-se do infortúnio dessa gente tão robusta e trabalhadora, facultei-nos os meios de realizarmos sua justa aspiração, de incalculáveis benefícios geraes (Rio Grande do Norte, 1904, p. 13-14).

Como se pode perceber, o discurso da *indústria da seca* que havia iniciado por ocasião da seca de 1877-1879 estava mudando, abrindo espaço para novas e maiores pretensões. O caos social ainda continuava a ser usado como elemento de sensibilização e fórmula para carrear recursos do Governo Federal, só que agora na forma de obras de infraestrutura, como a construção de açudes, estradas e ferrovias.

Essa estratégia fica evidenciada na correspondência trocada entre os governadores potiguares e o Presidente da

República. Nela, os governantes estaduais ainda solicitam o auxílio imediato e direto, mas as principais reivindicações eram por obras estruturantes²⁶.

Na prática, essa estratégia se mostrou muito mais eficaz na luta por recursos federais do que aquela dos auxílios imediatos dos tempos da seca de 1877–1879. Vejamos. No caso do Rio Grande do Norte, a obra mais significativa conquistada no período foi a “Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte”, que deveria interligar Natal ao vizinho estado do Ceará. Considerando que estudos preliminares datam de 1904 (Rio Grande do Norte, 1904c, p. 15–16) e a obra se arrastou por mais de uma década, é de se concluir que os valores gastos superaram em muito aqueles obtidos por ocasião da seca de 1877–1879.

Além de grandes obras, o caos social “provocado” pelas secas assegurou ao poder público estadual fundos federais permanentes para o combate às secas. Por intermédio da lei 1.396, de 10 de outubro de 1905, o governo federal atendeu às “súplicas” dos “nordestinos” e concedeu um “auxílio” anual de, no mínimo, 200:000\$000 contos de réis a cada estado afetado pelas estiagens, havendo ou não a manifestação do fenômeno climático (Rio Grande do Norte, 1904a, p. 10).

Com essa nova estratégia para carrear recursos, a seca e o caos social dela decorrente tornaram-se ainda mais lucrativos para o estado e suas elites. Quanto à população pobre, restava

²⁶Em alguns casos, essa correspondência e seu conteúdo são apenas mencionados pelos Governadores, em outros, no entanto, existe transcrição integral. Sobre essa correspondência ver as Mensagens dos Governadores Alberto Maranhão (Rio Grande do Norte, 1905) e Augusto Tavares de Lyra (Rio Grande do Norte, 1904a).

buscar ocupação nas obras para sobreviver até a volta das chuvas ou migrar para outras regiões do país. Demonstrado como o discurso se fundamentou, resta-nos saber como a elite se beneficiou dos recursos enviados, ou seja, como a indústria da seca deu seus primeiros passos no Rio Grande do Norte.

3.3. A instrumentalização da seca: as vantagens advindas do caos

Considerando o conceito de *indústria da seca*, desenvolvido por Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (1985, p. 61), percebe-se que a elite norte-rio-grandense desenvolveu diversas práticas para tirar proveito do “problema da seca”. Por um lado, desviou verbas e alimentos das *Comissões de Socorros Públicos*; por outro, conseguiu benefícios materiais (infraestrutura ferroviária, rodoviária, açudes, etc.) para a província/estado junto aos Governos Imperial e Federal. Benefícios esses que atendiam muito mais aos seus interesses particulares do que os da própria população.

A partir da análise da *Coleção de Falla e Relatórios dos Presidentes da Província*, constatou-se que o engendramento da *indústria da seca* no Rio Grande do Norte iniciou-se com o desvio de recursos públicos enviados pelo Governo Imperial para socorrer a população mais atingida pela estiagem. Embora já se tenha notícia de *Comissões de Socorro Públicos* durante a seca de 1844–1846, foi no decorrer daquela iniciada em 1877 que essa prática se generalizou.

Criadas pelo Governo Provincial em diversas localidades, essas “Comissões” eram responsáveis pelo controle e distribuição de gêneros alimentícios, vestuário e medicamentos

à população tida como vitimada pela seca. Também era de sua incumbência efetuar o pagamento dos trabalhadores arregimentados entre os que haviam emigrado para o litoral para serem aproveitados em obras públicas.

Como mencionamos anteriormente, essas Comissões eram compostas por membros ou representantes da elite local: vigário, juiz de paz, delegado e coletor de rendas. A posição socioeconômica desses e de outros indivíduos envolvidos na distribuição dos socorros não os impediu de tirar proveito para si, seus parentes e protegidos dos recursos e suprimentos repassados pelo Governo Provincial às *Comissões*.

Para todos os pontos da província foram nomeados comissões distribuidoras de socorros. Algumas desempenharam por modo digno de apreço tão espinhosa tarefa, outras porém procederam tão erradamente, que melhor foi suprimi-las, parecendo em taes casos mais convenientes abandonar tantos infelizes á fome, do que consentir que homens sem consciência, especulando com a miséria de nossos semelhantes e abusando da confiança do governo convertessem a caridade em fraudulenta ganância. [..]. Além disso, torna-se assas dispendioso o frete de gêneros para lugares centraes aonde chegavam reduzidos á metade e menos, em consequência dos furtos commetidos pelos conductores, [...] (Rio Grande do Norte, 2001X, p. 442).

No mesmo *Relatório*, o Presidente Manuel Januário Bezerra Montenegro informou aos deputados provinciais

que, devido às suspeitas de desvios de socorros na Comissão de Natal, havia instituído uma comissão de investigação. Segundo essa mesma autoridade, o relatório da investigação constatou “[...] muitos erros, graves culpas e sérios prejuízos [...]” causados por Belmiro Milanez de Loyolla e Luiz Elesbão de Miranda, ambos funcionários da Fazenda Provincial (Rio Grande do Norte, 2001x, p. 442).

As palavras do Presidente da província evidenciam a prática da corrupção tanto entre membros das *Comissões*, quanto das equipes de transporte contratadas para fazer chegar os “socorros” aos municípios mais afastados. Na cidade de Assú, a corrupção na Comissão Municipal ganhou as páginas do jornal local.

A comissão de socorros públicos desta cidade [Assú], vae fazendo o que todos já eseperavam, desde que foi para ella nomeado o Sr. Manoel Lins Caldas. A protecção escandalosa aos compadres e a falta de distribuição pelos verdadeiros necessitados são segundo consta, praticados alli em grande escala. Eis patente a razão por que o Sr. Manoel Caldas procurava arredar dos trabalhos da commissão todos aquelles que sabia não apoiarem essas muambas [...] (Factos..., 1879, p. 2).

Embora a linha editorial do jornal *Brado Conservador* fosse de oposição a esse líder político de Assú, o trecho destacado revela alguns dos procedimentos fraudulentos (“muambas”) usados pela elite para auferir vantagens com as *Comissões*. A “proteção aos compadres” ou aliados políticos

era uma dessas práticas. Essa proteção, ao que se pode perceber, dava-se quando esses “compadres” recorriam à *Comissão* em busca de auxílio e o seu presidente facilitava o acesso aos socorros, mesmo quando não necessitavam.

O trecho destacado também deixa transparecer um outro lado do uso político das *Comissões*, ou seja, as perseguições. Assim, aqueles que não apoiavam as ações fraudulentas do grupo político local que controlava a Comissão eram excluídos das equipes de trabalho, o que, na prática, significava ser excluído do socorro público.

Embora Ferreira (1985, p. 126) considere que, em nível local, a *indústria da seca* consubstanciou-se no desvio direto de gêneros alimentícios e verbas nas *Comissões de Socorros Públicos*, entendemos que também devem ser consideradas outras práticas da elite nordestina para tirar proveito do problema da seca, principalmente a partir da estiagem de 1877.

Uma dessas práticas, que se tornou recorrente no Rio Grande do Norte, foi o aproveitamento dos flagelados nas obras públicas e a criação de leis que lhes asseguravam vantagens financeiras, como perdão dos impostos devidos. O aproveitamento da mão de obra livre, pobre e afligida pela seca, que particularmente consideramos como uma das práticas da *indústria da seca*, foi mencionada, pela primeira vez, nas *Fallas dos Presidentes da Província*, em 4 de dezembro de 1878. Na ocasião, o Presidente, após proibir a distribuição gratuita de gêneros alimentícios para os indivíduos considerados “ociosos”, determinou a criação de postos de trabalho para ocupar essa população (Rio Grande do Norte, 2001x, p. 435).

Diante da fome e de outras privações, a população, que havia emigrado das áreas rurais do Sertão e do Agreste para os centros urbanos da província, viu-se rapidamente obrigada a trabalhar em obras públicas em troca, apenas, de gêneros alimentícios. Nesse contexto, é importante ressaltar dois aspectos. Primeiro, que os “socorros” eram enviados pelo Governo Imperial, em sua maioria, para serem distribuídos gratuitamente. Segundo, que as obras tocadas com mão de obra flagelada beneficiavam mais a elite e suas atividades econômicas do que os próprios trabalhadores. Ou seja, obras como a desobstrução de rios e a construção de ferrovias e açudes, por exemplo, acabaram beneficiando mais os proprietários de terra, à medida que facilitava o escoamento da produção e ampliava as áreas disponíveis à agricultura comercial. É o que se pode depreender do trecho do *Relatório* abaixo destacado.

Recebendo uma representação de grande número de proprietários e habitantes do município de Ceará-Mirim, [...], tomei a resolução de ir examinar o rio, em que o Governo já tem despendido considerável somma de dinheiro, sem que conseguisse melhorá-lo completamente em garantia das importantes safras por muitos engenhos ali fundados; e verificando a possibilidade de empregar nesse serviço algumas centenas de emigrantes com muita vantagem e segurança á ditas safras, [...] (Rio Grande do Norte, 2001X, p. 447).

Outra forma por meio da qual a elite norte-rio-grandense buscou tirar proveito foi elaborando e aprovando leis provinciais que lhes favorecessem. Uma delas foi a de número 829, de fevereiro de 1879, que, em seu artigo 15, determinava que todos os “[...] devedores da fazenda provincial, que não houvessem satisfeito seus débitos vencidos até 31 de dezembro último, em consequência dos efeitos da sêcca, fica concedida moratória de 1, 2 e 3 annos, [...]” (Rio Grande do Norte, 2001u, p. 275). No mesmo ano em que a Lei foi aprovada (1879), um dos arrematantes de impostos sobre “gados vaccum e cavallar, de miunças e lavouras” da cidade do Assú, membro da Assembleia Provincial e proprietário de terras, publicou uma nota no jornal *Brado Conservador* para se defender das acusações de que teria sido um dos beneficiados pela anistia das dívidas. Em sua defesa, alegou ter pago as dívidas que tinha junto ao “Thesouro” antes da aprovação da lei, “[...] para evitar commentarios que podessem ter traduzidos em desabono de seu caráter, quer como político quer como homem particular” (Publicações..., 1879, p. 3). Contudo, sugere, ao final do texto, que outros políticos teriam se beneficiado. Ou seja, provavelmente alguns dos principais beneficiados com a anistia das dívidas foram os próprios membros da Assembleia Provincial ou aqueles a quem os seus votos estavam a serviço.

A segunda dessas leis, a de número 954, de abril de 1886, simplesmente perdoava todos os devedores que houvessem contraído dívidas até 1877 (Rio Grande do Norte, 2001u, p. 273). Na mesma *Falla* que mencionou a aprovação da Lei, o Presidente da província denunciou o prejuízo causado ao

erário público, até então, estimado em mais de 70:000\$000 contos de réis. No entender dessa autoridade, a lei 954/1886

Foi um benefício feito aos seus amigos do peito, e de taes benefícios a província já está farta nesta aminsosa situação! Mais um ponto a elucidar: os hábeis alchimistas factores do projecto monstro e defensores da sua sancção tiveram a ideia de emprestar à monstruosidade, um certo lado sympathico, dizendo que seria crueldade cobrar dívidas aos que o flagello da sêcca tornara indigentes! Vamos desmanchar essa tramóia. — A sêcca, como todos sabeis devastou os sertões da província em 1878, 1879 e quase todo o anno de 1880 — portanto o perdão total, refere-se tão somente a 1977, com fim occulto de salvaguardar certos interesses, com já se tem demonstrado com toda clareza e precisão (Rio Grande do Norte, 2001u, p. 274–275).

Como deixou claro o *Brado Conservador*, as dívidas perdoadas pela lei correspondiam àquelas contraídas apenas até o primeiro ano da seca, ou seja, muitas delas haviam sido contraídas antes da estiagem. Além disso, quem de fato tinha dívidas junto ao erário público eram arrematadores de impostos, em geral, comerciantes e proprietários rurais. Na prática, o “povo” não era beneficiado, como justificavam seus defensores. Ou seja, apesar de serem leis criadas sob o argumento de que beneficiariam a todos os moradores da província afetados pela estiagem de 1877–1879, excetuando-

-se os escravos, acabaram por beneficiar, essencialmente, os membros das elites locais.

O uso da legislação para favorecer a elite agrária ficou mais exposto com o advento da seca de 1903–1904, quando, por meio da lei orçamentária nacional de 1904, mais especificamente em seu artigo n. 17, a bancada nordestina, com apoio dos representantes potiguares, conseguiu destinar verbas para “premiar” os proprietários de terra que construíssem açudes e poços em suas propriedades (Rio Grande do Norte, 1904b, p. 26). Ou seja, a elite agrária conseguia recursos públicos para realizar obras particulares, mesmo que repassadas a título de “prêmio”. Tão relevante quanto perceber o desvio de finalidade dessas leis, é observar que o “problema da seca” já era usado como argumento para beneficiar determinados segmentos da sociedade potiguar do final do século XIX e início do XX.

Outra prática para auferir vantagens com a estiagem consistia na apropriação indevida das verbas enviadas pelos poderes públicos a título de socorro. De acordo com Albuquerque Jr (1994, p. 116–117), estima-se em mais de 39.000:000\$000 contos de réis os gastos do Governo Imperial com as províncias do Rio Grande do Norte, da Paraíba, do Ceará e de Pernambuco durante a seca de 1877–1879. Ao Rio Grande do Norte, coube a quantia de, aproximadamente, 6.800:000\$000, conforme números apresentados na *Coleção de Fallas de Relatórios dos Presidentes da Província* (Rio Grande do Norte, 2001, p. 607).

Com verbas tão abundantes e controles não tão rígidos, o mau uso desses socorros passou a ser uma constante. O quadro era tão pernicioso que, as frequentes denúncias de

uso inadequado dos fundos, “desvios” e “falcaturas” nas Comissões de Socorros Públicos vinculadas nos jornais da Corte (Rio de Janeiro) levaram o Ministro dos Negócios do Império, em 31 maio de 1879, a recomendar, aos presidentes das provinciais do “Norte”, a suspensão de todas as obras provinciais e municipais que estavam sendo realizados com verbas destinadas ao socorro público da população mais pobre (Ferreira, 1985, p. 67).

O grande afluxo de recursos vindos do Governo Imperial para as províncias nordestinas, durante a seca de 1877–1879, acabou por revelar à elite regional que o “problema da seca” poderia ser mais que um “negócio” lucrativo passageiro, uma vez que, “[...] falar de seca fazia com que suas vozes fossem novamente ouvidas no plano nacional, o que já não vinha acontecendo com grande intensidade” (Albuquerque Jr., 1994, p. 118). Assim, a elite regional passou a usar a seca, ou melhor, a fome, a morte, a nudez, a miséria e o caos social instaurado no Nordeste, por decorrência da falta de chuvas, como instrumento para fazer valer seus interesses políticos e econômicos em nível nacional.

A instrumentalização da seca, pela elite nordestina, ao mesmo tempo que criava e vendia para as outras elites nacionais uma imagem de Nordeste pobre e seco, aproveitava-se e usava dessa mesma imagem politicamente, fazendo convergir para as províncias/estados recursos e investimentos da Coroa e, posteriormente, do Governo Federal. De acordo com Iná Castro (1992, p. 59).

A imagem projetada da região era a caatinga ressequida, a infectível carcaça de um boi e os retirantes,

magros, como seus poucos pertences entrrouxados e equilibrados sobre a cabeça. Eram as “vidas secas” de Graciliano Ramos, cujo protesto contra a ordem social injusta era sufocado no cárcere, enquanto a imagem de sofrimento era apropriada e usada politicamente. Afinal, tratava-se de um pedaço do país pouco aquinhado pela natureza. A culpa da miséria era dos céus e não dos homens. A este cabia tentar minorar os seus efeitos com recursos técnicos e financeiros que, naturalmente, deveriam vir de onde eles existissem.

Segundo a mesma autora, essa imagem fazia parte de um discurso mais elaborado, criado e divulgado pela elite agrária nordestina e, por que não, da classe política local, com o intuito de encobrir as ligações entre a pobreza e as relações de produção da região. Não se deve deixar de relembrar que também servia para canalizar os investimentos governamentais. Em resumo, essa imagem e o discurso a ela associado funcionavam como uma “cortina de fumaça” que mascarava as desigualdades socioeconômicas e garantia a manutenção do poder e dos privilégios da oligarquia regional, enquanto atraíam fundos públicos sob o pretexto de combater um desastre natural.

Já nos tempos do Império, começou-se a esbouçar, nos jornais potiguaros, esse quadro de “caatinga ressequida” e povoada por pessoas e animais famintos e magros, haja vista o abandono promovido pelos “irmãos ricos” do “Sul”, restando recorrer aos céus, à graça divina. Após falar das chuvas que fizeram correr água em alguns rios da província

e enverdecido a paisagem, no início de 1879, o jornal *Brado Conservador* passou a queixar-se da situação dos agricultores, que “[...] correm pressurosos para remontarem as cercas de suas roças; mas lutam em sua maior parte com duas dificuldades insuperáveis — a fome e a falta de semente. Apellamos todos para Deus, já que o governo se tem tornado surdo aos nossos reclamos” (Factos..., 1879, p. 3).

A prática de utilizar a seca como ferramenta política, iniciada na grande estiagem de 1877–1879, consolidou-se após a implantação do regime republicano, mais especificamente, na seca de 1903–1904. Foi nesse momento que as elites políticas nordestinas passaram a atuar de forma coesa no Congresso Nacional, visando captar recursos e investimentos federais, ou seja, a parte mais visível da *indústria da seca* (Ferreira, 1985, p. 61). Um marco dessa articulação foi a votação do orçamento federal de 1904, que, segundo o então governador do Rio Grande do Norte, Augusto Tavares de Lyra, os representantes dos estados atingidos unificaram esforços para obter uma série de “melhoramentos” estruturais. (Rio Grande do Norte, 1904b, p. 24–27).

Esse novo arranjo político fortaleceu o sistema coronelístico-oligárquico, que encontrou na autonomia dos estados, instituída após a queda do regime monárquico, o ambiente ideal para sua expansão. Sob a égide da descentralização política e econômica, as oligarquias locais assumiram o controle das unidades federativas, utilizando a distribuição de cargos públicos e verbas para assegurar a eleição de seus representantes nos poderes Executivo e Legislativo, tanto em âmbito estadual quanto no nacional (Monteiro, 2000, p.

163–165)²⁷.

Foi por intermédio da articulação desses grupos que se consolidou um discurso centrado na imagem de um Nordeste invariavelmente seco e pauperizado. Nesse caso, o argumento da “bancada nordestina” centrou-se ainda mais no caos social vivenciado pela população sertaneja. Paradoxalmente, a seca era apresentada como um problema público, mas servia como solução privada para as elites, funcionando como um mecanismo para estancar ou retardar o próprio declínio econômico e político no cenário nacional.

Tanto que, Durante as deliberações da lei orçamentária federal de 1904, representantes políticos das elites nordestinas uniram-se no Parlamento para barganhar obras e recursos para seus estados de origem em nome do auxílio aos “flagelados”. Contudo, a aplicação desses benefícios distanciou-se do caráter humanitário professado: na prática, os principais favorecidos foram os grandes proprietários rurais. Esses passaram a usufruir de uma infraestrutura produtiva e de logística que conferiu maior competitividade ao setor agroexportador regional frente aos mercados nacional e internacional, perpetuando a concentração de riqueza e poder.

Dessa forma, os investimentos em estradas de ferro, açudes e portos, conseguidos junto ao Governo Federal, acabavam por beneficiar sobremaneira as elites locais, ou seja, os grandes proprietários rurais, que, além de ter suas

²⁷No caso do Rio Grande do Norte, prevaleceu nos primeiros anos da República a oligarquia Albuquerque Maranhão, tradicional família de senhores de engenho e de grandes comerciantes.

terras valorizadas, conseguiam, por meio das “Frentes de Trabalho”, minimizar o êxodo para outras regiões do país e, conseqüentemente, garantir a permanência da mão de obra no estado (Takeya, 1995, p. 96).

Percebe-se, pelo que até aqui foi exposto, que, entre as secas de 1844–1846 e 1903–1904, as práticas ligadas à *indústria da seca* foram sendo aprimoradas pela elite nordestina e potiguar, ao mesmo tempo em que o discurso centrado num “Nordeste seco e pobre” foi sendo nacionalizado. Em 1910, por exemplo, em artigo publicado originalmente no *Jornal do Comércio*, sob o título de *As secas do Rio Grande do Norte: medidas contra seus efeitos, meios e população*, Juvenal Lamartine (1999, p. 8), representante oligárquico do Rio Grande do Norte e posteriormente eleito governador, ressaltava que o “problema da seca” “[...] não interessa somente aos Estados atingidos periodicamente pelas seccas, mas a todo Brasil”.

A ação coletiva da bancada nordestina, no sentido de problematizar e nacionalizar o “problema da seca”, ao que parece, mostrou-se bem-sucedida no sentido de ver institucionalizado um programa federal efetivo e continuado de combate aos efeitos da seca. Tanto que Juvenal Lamartine (1999, p. 9) fez questão de ressaltar, em seu artigo, “o caráter de permanência” que os serviços de combate aos efeitos das secas do Nordeste começavam a ganhar a partir daquele ano no Brasil. Embora o caráter de permanência só tenha sido conquistado alguns anos após a seca de 1903–1904, foi nessa estiagem que as elites começaram a arquitetá-lo, quando da votação da lei orçamentária federal de 1904.

Já no governo de Rodrigues Alves (1903–1906), deu-se a criação dos primeiros órgãos federais de combate aos efeitos da seca de forma permanente: a Comissão de Açudes e Irrigação, com sede no Ceará; e as Comissões de Estudos Contra os Efeitos das Secas e de Perfuração de Poços, ambas sediadas no Rio Grande do Norte. Essas Comissões foram extintas em 1906 e substituídas pela Superintendência dos Estudos e Obras Contra os Efeitos da Seca, também sediada no estado.

A partir daí, a participação do Estado republicano vai além da caridade imediata, passando a elaborar estudos e projetos de obras preventivas para o Nordeste. Essas Comissões podem ser vistas como uma retomada ampliada dos propósitos gerais da ação do Estado imperial da década de 1870, ou seja, como um grande peso ainda do assistencialismo (Ferreira, 1985, p. 76).

O engenheiro Raimundo Pereira da Silva, funcionário da Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS)²⁸, relacionou as obras realizadas por essas Comissões, entre 1904 e 1909

²⁸ A inspetoria de obras Contra as Secas, órgão federal criado em 21 de outubro de 1909, durante o governo do Presidente Nilo Peçanha, teve suas atribuições definidas pelo então deputado federal pelo Rio Grande do Norte, Eloy de Souza. O órgão substituiu as Comissões criadas a partir de 1904 e foi substituída, em julho de 1919, pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). O IFOCS foi transformado, em 1945, em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que, a partir dos anos de 1960, estaria subordinado à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

no estado do Rio Grande do Norte. Segundo esse servidor público,

Foram feitos estudos de diversos açudes [...], e estudo e projeto de drenagem nos vales do Maxaranguape, do Ceará-Mirim e do Cajupiranga, [...]. Foram construídos, [...]: a captação da pequena fonte da Bica, em Portalegre; a limpeza do pequeno rio de Maxaranguape, em Touros; o açude de Santana, em Pau dos Ferros, [...], e uma pequena barragem perto da cidade de Mossoró. [...]. Quanto ao serviço de perfuração de poços, [...], o resultado foi o seguinte: cinco poços instalados em Natal, duas perfurações feitas, [...], três perfurações iniciadas, [...] (*Apud*. Ferreira, 1985, p. 76-77).

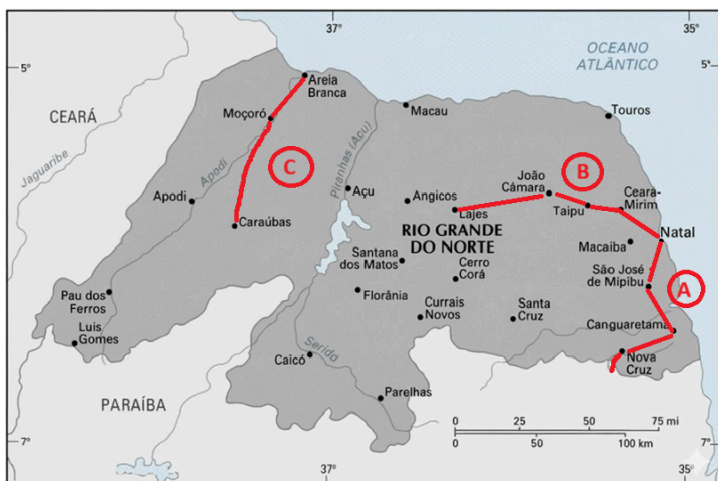
Os benefícios obtidos pelo Rio Grande do Norte com o “problema da seca” não ficaram limitados aos açudes e poços construídos pelas Comissões. A maior parte dos recursos federais destinados a obras contra as secas foi empregado na expansão de seu sistema ferroviário. No início do regime republicano no Brasil, o estado contava apenas com a ferrovia Great Western, ligando Natal à cidade de Nova Cruz, na divisa com a Paraíba.

Novo impulso ao sistema ferroviário ocorreu nas duas primeiras décadas do século xx, com a construção da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, que, até 1930, interligava Natal ao município de Lajes, e a Estrada de Ferro Mossoró-São Francisco, cujos trilhos se estenderam,

A GÊNESE DA INDÚSTRIA DA SECA NO RN

no mesmo período, do porto de Areia Branca à cidade de Caraúbas, no sertão potiguar (Ver Imagem 3).

Imagem 3: Ferrovias Construídas no Rio Grande do Norte (1880–1930)



Legenda: A – Ferrovia Great Western; B – Ferrovia Central do RN; C – Ferrovia Mossoró-São Francisco.

Fonte: Monteiro, 2000, p. 182.

Sobre a origem dos recursos para a construção dessas ferrovias, afirma Denise Takeya que “[...] as estradas construídas no Rio Grande do Norte no período, são em sua maioria, frutos dos programas federais de obras contra as secas. Tanto os estudos preliminares quanto as verbas para construção proviam do âmbito do governo federal” (Takeya, 1995, p. 108).

As estradas de ferro no Nordeste, como as norte-rio-grandenses, foram construídas com base no argumento de que favoreciam o “socorro das populações flageladas”, quando, de fato, sua importância residia na possibilidade de

facilitar o escoamento da produção agrícola da região, o que era de interesse dos proprietários de terras.

A criação de órgãos federais destinados exclusivamente a planejar, financiar e executar obras no Nordeste representou uma vitória da elite agrária regional, pois o discurso encampado por seus representantes políticos, fundamentado na imagem do “Nordeste seco e pobre”, conseguiu a institucionalização das obras contra os efeitos da seca e, portanto, a nacionalização definitiva do “problema” nordestino.

Considerações finais

A irregularidade das chuvas no espaço historicamente definido como Nordeste brasileiro já era mencionada por viajantes estrangeiros desde o início do processo de colonização portuguesa no Brasil, no século XVII. Nessas crônicas, percebe-se a pouca importância atribuída à seca, visto que as zonas mais suscetíveis ao fenômeno, o Sertão e o Agreste, ainda não estavam incorporadas à economia colonial.

Medidas governamentais contra os efeitos da seca só passaram a ganhar mais efetividade no decorrer do século XVIII, quando as zonas mais áridas do Nordeste foram definitivamente ocupadas pelos colonos e a pecuária se consolidou como principal atividade produtiva da área. Nesse período, os efeitos da irregularidade das chuvas se limitaram, praticamente, à dizimação dos rebanhos e à perda das culturas de subsistência. Quanto às ações das autoridades coloniais objetivando minimizar tais efeitos, restringiram-se à adoção de medidas administrativas e à criação de leis para garantir e regular o abastecimento de gêneros alimentícios, como a farinha de mandioca.

Também datam do século XVIII as primeiras medidas governamentais no sentido de lidar com os conflitos sociais decorrentes das secas, principalmente aqueles que envolviam a população rural pobre e sem-terra que migrava para o litoral. Assim, na Paraíba, foi criada a Pia Sociedade Agrícola, para

CONSIDERAÇÕES FINAIS

aproveitar a mão de obra dessa parcela da população, tida pelos grandes proprietários de terra e autoridades públicas como constituída de “desocupados” e como a grande responsável pelas dificuldades que a “região” passava em tempos de seca. Ou seja, o “problema da seca” era, então, apresentado como uma consequência da “preguiça” do trabalhador, não se fazendo qualquer relação com a falta de investimentos públicos em infraestrutura.

A bibliografia consultada e referente aos três primeiros séculos do processo colonizador português no Rio Grande do Norte não faz referência a ações governamentais destinadas a combater os efeitos das secas no território da capitania. Somente a partir do século XIX foi possível encontrar menção, na documentação, a essas ações, principalmente na *Coleção de Fallas e Relatórios de Presidentes da Província* (1835–1889) e nos relatos de grandes proprietários de terras do sertão potiguar.

Apesar de haver registro nessas fontes de outras secas que afetaram o Rio Grande do Norte no século XIX, somente a partir daquela ocorrida em 1844–1846 é que o problema da irregularidade das chuvas passou a ganhar contornos de calamidade pública na província, levando as autoridades públicas a reclamarem da acentuada queda na receita (provocada pela grande mortandade de gado), do elevado índice de migração populacional para o litoral e do aumento da criminalidade e das epidemias. É nesse contexto de reclames de crise social que o Governo Imperial passou a enviar auxílio às províncias do Nordeste, caso do Rio Grande do Norte. O principal “socorro” veio na forma de doação de gêneros alimentícios, a serem distribuídos abaixo do custo ou gratuitamente à

CONSIDERAÇÕES FINAIS

população mais pobre. Também há registro de repasses de recursos do erário público do Governo Imperial para o Governo Provincial, na tentativa de minimizar o déficit orçamentário.

As ações do Governo Imperial e Provincial no Rio Grande do Norte, algumas iniciadas ainda durante a seca de 1844–1846, conforme foi demonstrado, tiveram continuidade mesmo após a regularização das chuvas. Açudes e estradas carroçáveis foram construídas, mas as principais obras foram aquelas destinada a melhorar e expandir as áreas voltadas à agricultura comercial, como a desobstrução e drenagem dos vales fluviais. Ou seja, as ações governamentais pós-seca de 1844–1846 tiveram como característica principal incentivar a diversificação econômica no território potiguar, de forma a tornar a província agroexportadora e não mais exclusivamente pecuarista. As culturas da cana-de-açúcar e do algodão experimentara um intenso crescimento econômico nas décadas de 1850 e 1860. Contudo, mudanças nas condições do mercado internacional, a partir dos anos de 1870, acabaram por limitar ou mesmo excluir esses produtos da pauta de exportação provincial.

A retração econômica, que se seguiu às mudanças no mercado internacional em relação aos preços e ao espaço dos produtos tradicionais da agricultura potiguar, foi acompanhada por uma crise social e econômica sem precedentes na história norte-rio-grandense. Como consequência, ampliou-se a venda de escravos para o Sudeste cafeeiro e aumentaram os casos de banditismo social e de revoltas populares. Em meio a esse contexto, comum a todo o Nordeste, ocorreu a seca de 1877–1879, que acirrou ainda mais os conflitos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

sociais entre proprietários de terra e a população pobre e sem-terra. Diante do caos social que se instalou nas províncias do Norte, materializado nas invasões das cidades onde eram distribuídos os gêneros alimentícios, na migração de grande parte da população rural para o litoral e centros urbanos, nas epidemias, na violência, na mortandade e no banditismo social, a elite nordestina passou a elaborar, divulgar e explorar econômica e politicamente a imagem de “Nordeste pobre e seco”.

Utilizando e explorando essa imagem, a elite nordestina e potiguar conseguiu canalizar recursos e obras para as províncias/estados afetados pela estiagem. A manipulação desses recursos em favor dos grupos sociais dominantes constituiu o que a historiografia, tradicionalmente, denomina indústria da seca. No Rio Grande do Norte, essa “indústria” começou a se estruturar na seca de 1877–1879, por meio do desvio de verbas e alimentos destinados às Comissões de Socorros Públicos, instaladas em diversos municípios, evoluindo, a partir da seca de 1903–1904, para uma ação mais focada na atração de obras mais duradoras e contínuas, como a construção de açudes e estradas de ferro.

As *Fallas e Relatórios* presidenciais, bem como os jornais, caso do *Brado Conservador*, indicam que membros destacados da sociedade potiguar da época promoveram furtos e desvios de gêneros alimentícios e verbas das Comissões de Socorros Públicos que dirigiam. Além dessas práticas, a elite agrária norte-rio-grandense encontrou outras maneiras de manipular os recursos enviados para socorrer as vítimas das secas: executando obras públicas que a beneficiava ou criando leis para manipular os recursos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso potiguar, de fato, desde a seca de 1844–1846, quando pela primeira vez se usou a mão de obra emigrada na realização de obras públicas, a elite agrária já era a principal beneficiada com as obras. Contudo, conseguir recursos para a realização de obras públicas de grande porte para o Nordeste tornava-se cada vez mais difícil, graças, em parte, ao processo de expansão da cafeicultura no Sudeste brasileiro, a partir da segunda metade do século XIX, que passou a concentrar os investimentos em infraestrutura do Governo Imperial e, posteriormente, do republicano.

Diante do quadro de abandono, os representantes políticos da elite agrária nordestina passaram a nacionalizar o “problema da seca” e a explorar o caos social agravado pela falta de chuvas. Usaram-na como instrumento político para convencer o Governo Central/Federal da necessidade de se investir no Nordeste, pois, de acordo com eles, somente com investimentos em infraestrutura o caos social gerado pela irregularidade das chuvas poderia ser superado. No Rio Grande do Norte, já na seca de 1877–1879, os presidentes sugeriam ao governo imperial a realização de obras capazes de restabelecer o desenvolvimento econômico da “área vitimada”.

Contudo, a partir da seca de 1903–1904, foi que efetivamente se estruturou, no Nordeste e no Rio Grande do Norte, a *indústria da seca*, centrada na conquista de grandes obras estruturantes. Durante a votação da lei orçamentária federal para o ano de 1904, as bancadas federais dos estados nordestinos passaram a agir conjuntamente no sentido de canalizar investimentos para a região, usando o “problema da seca” como justificativa. Nessa primeira atuação conjunta,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

a bancada potiguar participou, votando, como as demais bancadas do Nordeste, leis que beneficiavam a região e, principalmente, aquelas que favoreciam o estado, como estradas de ferro e açudes.

Assim, no período compreendido entre 1877 e 1904, a elite nordestina e potiguar desenvolveu e aperfeiçoou um discurso que apresentava, para o restante do país, a “região” como uma zona pobre e miserável assolada por frequentes crises climáticas e abandonada à própria sorte pelo Governo Central/Federal. E, com base nesse discurso, conseguiu, junto à elite política nacional, o envio de socorros públicos (gêneros alimentícios, vestimentas, dinheiro, etc.) e a aplicação de capitais para investimentos em infraestrutura (portos, estradas, ferrovias, açudes, etc.), ou seja, instrumentalizaram as secas em benefício próprio.

Referências

Fontes

ALMEIDA, Manoel Esteves de. Registro de memória dos principaes estabelecimentos — factos e cazos raros acontecidos nesta villa de Santa Cruz do Aracaty, feita segundo a ordem de S. M., de 27 de julho de 1782 pelo vereador Manoel Esteves d'Almeida desde a fundação da ditta villa, até o anno prezente. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, ano I, 1887. p. 80–86. Disponível em: <https://institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1887/1887-RegistrodosPrimeirosEstabelecimentos.pdf>. Acesso em: 9 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. *Censo demográfico: 1900*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905. 91 p. (Synopse do Recenseamento). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/4/browse?value=Censo+demogr%C3%A1fico%2C+Brasil%2C+1900&type=subject>. Acesso em: 20 jun. 2017.

CORRESPONDÊNCIA: Mossoró 15 julho de 1877. *Brado Conservador*, Assú, n. 42, p. 4, 3 ago. 1877. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=713953&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=124>. Acesso em: 5 ago. 2025.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia., 1925. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4788>. Acesso em: 14 nov. 2025.

DANTAS, Manoel. Administração provincial. *O Povo*, [Natal], ano 1, n. 22, p. 1, 3 ago. 1879. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=767611&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=61>. Acesso em: 10 out. 2025.

REFERÊNCIAS

DIÁRIO DO NATAL. Natal, 1 jan. 1905.

DIÁRIO DO NATAL. Natal, 11 fev. 1905.

FACTOS diversos: attenda o governo. *Brado Conservador*, Assú, n. 69, p. 2, 9 maio 1879. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=713953&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=230>. Acesso em: 5 ago. 2025.

FACTOS diversos: chuvas. *Brado Conservador*, Assu, n. 66, p. 3, 8 mar. 1879. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=713953&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=219>. Acesso em: 5 ago. 2025.

OS HORRORES da secca no Rio Grande do Norte. *O Malho*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 106, p. 6, 16, 24 set. 1904. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/116300/per116300_1904_00106.pdf. Acesso em: 5 nov. 2005.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. Disponível em: <http://www.edufrn.ufrn.br/handle/123456789/4117>. Acesso em: 10 nov. 2025.

MARIZ, Marlene da Silva (Org.). *Repertório de documentos para história indígena existente no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Natal: ETFERN. Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Rio Grande do Norte, 1995. (Coleção Mossoroense, v. 871).

MUNICIPIOS: Apody. *A Republica*, Natal, n. 217, p. 2, 24 out. 1903. Disponível em: <https://www.bczm.ufrn.br/jornais/A%20REP%c3%9aBLICA/1903/000008EE.002%20-%20A%20REP%c3%9aBLICA%20ano15,%20n.217,%2024out.1903,p.2.png>. Acesso em: 1 ago. 2025.

MUNICIPIOS: Caraubas. *A Republica*, Natal, n. 216, p. 2, 23 out. 1903. Disponível em: <https://www.bczm.ufrn.br/jornais/A%20REP%c3%9aBLICA/1903/000008ED.002%20-%20A%20REP%c3%9aBLICA%20ano15,%20n.216,%2023out.1903,p.2.png>. Acesso em: 1 ago. 2025.

MUNICIPIOS: Currais-Novos. *A Republica*, Natal, n. 234, p. 2, 14 nov. 1903. Disponível em: <https://www.bczm.ufrn.br/jornais/A%20REP%c3%9aBLICA/1903/000008ED.002%20-%20A%20REP%c3%9aBLICA%20ano15,%20n.234,%2014nov.1903,p.2.png>

REFERÊNCIAS

3%9aBLICA/1903/000008FF.002%20-%20A%20REP%3%9aBLICA%20ano15,%20on.234,%2014nov.1903,p.2.png. Acesso em: 1 ago. 2025.

PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa: desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento até o de mil e setecentos e vinte e quatro*. Lisboa: Officina de Joseph António da Silva, 1730. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4714>. Acesso em: 9 out. 2017.

PUBLICAÇÕES solicitadas: ao público. *Brado Conservador*, Assu, n. 67, p. 3, 24 mar. 1879. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=713953&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=223>. Acesso em: 5 ago. 2025.

A REPÚBLICA. Natal, 28 abr. 1904.

RIO GRANDE DO NORTE. Governador (1903: Maranhão). *Mensagem lida por Alberto Maranhão, Governador do Estado, na abertura da 3ª sessão da 4ª legislatura do Congresso Legislativo do Estado em 14 de julho de 1903*. Natal: Typ. d'A Republica, 1905. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873330&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=1568>. Acesso em: 20 out. 2025.

RIO GRANDE DO NORTE. Governador (1904: Lyra). *Mensagem lida por Augusto Tavares de Lyra, Governador do Estado, perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da primeira sessão da quinta legislatura a 14 de Julho de 1904*. Natal: Typographia d'A República, 1904a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873330&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=1627>. Acesso em 20 out. 2025.

RIO GRANDE DO NORTE. Governador (1904: Lyra). *Mensagem lida por Augusto Tavares de Lyra, Governador do Estado, perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da primeira sessão da quinta legislatura a 15 de Julho de 1904*. Natal: Typographia d'A República, 1904b.

RIO GRANDE DO NORTE. Governador (1904: Maranhão). *Mensagem apresentada por Alberto Maranhão, Governador do Estado, ao passar o governo do estado ao Dr. Augusto Tavares de Lyra. em 25 de Março*

REFERÊNCIAS

de 1904. Natal: Typographia d'A República, 1904c. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873330&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=1605>. Acesso em: 20 out. 2025.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1839: Mascarenhas). *Relatório apresentado pelo Exmo. Dr. Manoel de Assis Mascarenhas, Presidente da Província, na abertura da última sessão ordinária da 2ª legislatura provincial no dia 7 setembro 1839*. Pernambuco: Typ. De Santos e Companhia, 1840. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001a, (Coleção Mossoroense, série G, n. 8). p. 126–166.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1845: Sarmento). *Discurso pronunciado pelo Exmo. Sr. Dr. Casemiro José de Moraes Sarmento, Presidente da Província, na abertura da 2ª sessão ordinária da 5ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de setembro de 1845*. Natal: Typographia de M. F. de Faria, 1845. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001b, (Coleção Mossoroense, série G, n. 8). p. 276–296.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1846: Sarmento). *Discurso pronunciado pelo Exmo. Sr. Dr. Casemiro José de Moraes Sarmento, Presidente da Província, na abertura da 1ª sessão ordinária da 6ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de setembro de 1846*. Natal: Typographia de M. F. de Faria, 1846. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001c, (Coleção Mossoroense, série G, n. 8). p. 297–338.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1847: Sarmento). *Discurso apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Casemiro José de Moraes Sarmento, Presidente da Província, na abertura da 2ª sessão ordinária da 6ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de setembro de 1847*. Natal: Typographia de M. F. de Faria, 1847. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001d, (Coleção Mossoroense, série G, n. 8). p. 339–368.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1848: Siqueira). *Fala com que o Exmo. Sr. Antônio Joaquim de Siqueira, Presidente da Província, abriu a 1ª sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 7 setembro de 1848*. Natal: Typographia União, 1848 [corrigido]. Mossoró:

REFERÊNCIAS

Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001e, (Coleção Mossoroense, série G, n. 8). p. 369–384.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1849: Taques). *Fala com que o Exmo. Sr. Dr. Benvenuto Magalhães Taques, Presidente da Província, instalou a sessão ordinária da Assembleia Legislativa da Província em 3 de maio de 1849*. Pernambuco: Typ. de M. F. de Faria, 1849. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001f, (Coleção Mossoroense, série G, n. 8). p. 386–448.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1853: Carvalho). *Fala com que o Exmo. Sr. Dr. Antônio Francisco Pereira de Carvalho, Presidente da Província, se dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial em 17 de fevereiro de 1853*. Pernambuco: Typ. de M. F. de Faria, 1853. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001g, (Coleção Mossoroense, série G, n. 8). p. 526–548.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1860: Junqueira). *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João José de Oliveira Junqueira, Presidente da Província, abriu a sessão da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1860*. Pernambuco: Typ. de M. F. de Faria, 1860. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001h, (Coleção Mossoroense, série G, n. 5).

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1862: Velloso). *Relatório apresentado pelo Comendador Pedro Leão Velloso, Presidente da Província, na sessão ordinária da Assembleia Legislativa em 16 fevereiro de 1862*. Maceió: Typ. do Diário do Commercio, 1862. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001i, (Coleção Mossoroense, série G, n. 5).

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1866: Silva). *Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Luiz Barboza da Silva, Presidente da Província, na sessão ordinária de 1º de outubro de 1866*. Rio Grande do Norte: Typ. dos Dous de Dezembro, 1867. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001j, (Coleção Mossoroense, série G, n. 5).

REFERÊNCIAS

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1868: Sá). *Fala com que o Exmo. Sr. Dr. Gustavo Adolfo de Sá, Presidente da Província, abriu a Assembleia Legislativa Provincial em 17 de fevereiro de 1868*. Rio Grande do Norte: Typ. Dous de Dezembro. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001k, (Coleção Mossoroense, série G, n. 5).

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1870: Cunha). *Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, Presidente da Província, na Assembleia Legislativa em 5 outubro de 1870*. Recife: Typ. do Jornal do Recife, 1870. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001l, (Coleção Mossoroense, série G, n. 5).

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1871: Albuquerque). *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão ordinária da Assembleia Legislativa da Província em 12 de outubro de 1871*. Maceió: Typ. do Jornal das Alagôas, 1871. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001m, (Coleção Mossoroense, série G, n. 5).

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1874: Mello Filho). *Falla com que o Exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho, Presidente da Província, abriu a 1ª sessão da 20ª legislatura da Assembleia Provincial em 13 de julho de 1874*. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1874. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001n, (Coleção Mossoroense, série G, n. 6).

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1876: Alcoforado Júnior). *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José Bernardo Galvão Alcoforado Junior passou a administração da província do Rio Grande do Norte ao Exmo. Sr. Dr. Antônio dos Passos Miranda, no dia 20 de junho de 1876*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1877. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001o, (Coleção Mossoroense, série G, n. 6). p. 224–296.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1876: Miranda). *Fala com que o Exmo. Sr. Dr. Antônio dos Passos Miranda, Presidente da Província, abriu a 1ª sessão da 21ª legislatura da Assembleia Provincial em 17*

REFERÊNCIAS

de outubro de 1876. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1877. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001p, (Coleção Mossoroense, série G, n. 6). p. 297–333.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1877: Carvalho). *Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Nicoláo Tolentino de Carvalho, Presidente de Província, abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembleia Provincial em 18 de outubro de 1877*. Pernambuco: Typ: M. Figueroa de Faia e Filhos, 1877. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001q, (Coleção Mossoroense, série G, n. 6). p. 352–410.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1878: Carvalho). *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Nicoláo Tolentino de Carvalho, Presidente da Província, passou a administração ao 1º Vice-Presidente, Exmo. Sr. Dr. Manoel Januário Bezerra Montenegro, em 6 de março de 1878*. Natal: Typ. Do Correio de Natal. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001r, (Coleção Mossoroense, série G, n. 6). p. 411–430.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1879: Machado). *Fala como que o Exmo. Sr. Dr. Rodrigo Lobato Marcondes Machado, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da Assembleia Legislativa em 27 de outubro de 1879*. Natal: Typ. do Correio de Natal, 1880. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001s, (Coleção Mossoroense, série G, n. 6). p. 531–595.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1880: Machado). *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Rodrigo Lobato Marcondes Machado, Presidente da Província, passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Dr. Alarico José Furtado em 1º de maio de 1880*. Natal: Typ. do Correio de Natal, 1880. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001t, (Coleção Mossoroense, série G, n. 6). p. 596–614.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1886: Silva). *Fala lida por José Moreira Alves da Silva, Presidente da Província, por ocasião da sessão extraordinária da Assembleia Legislativa em 15 de março de 1886*. Natal: Typ. do Correio do Natal, 1886. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001u, (Coleção Mossoroense, série G, n. 7). p. 164–311.

REFERÊNCIAS

RIO GRANDE DO NORTE. Vice-Presidente (1841: Moura). *Discurso pronunciado pelo Exmo. Estevão José Barboza de Moura, Vice-Presidente da Província, na abertura da 2ª sessão da 3ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de setembro de 1841*. Pernambuco: Typ. de Santos & Companhia, 1841. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001v, (Coleção Mossoroense, série G, n. 8). p. 198–224.

RIO GRANDE DO NORTE. Vice-Presidente (1850: Wanderley). *Relatório apresentado pelo Exmo. João Carlos Wanderley, Primeiro Vice-Presidente, a Assembleia Legislativa Provincial em 3 maio de 1850*. Natal: Typographia União, 1851. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001w, (Coleção Mossoroense, série G, n. 8). p. 450–490.

RIO GRANDE DO NORTE. Vice-Presidente (1878: Montenegro). *Relatório com que Manoel Januário Bezerra Montenegro, 1º Vice-Presidente da Província, instalou a Assembleia Legislativa Provincial no dia 4 dezembro de 1878*. Pernambuco: Typ. do Jornal do Recife, 1879. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001x, (Coleção Mossoroense, série G, n. 6). p. 431–513.

RIO GRANDE DO NORTE. Vice-Presidente (1879: Pereira). *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Vicente Ignácio Pereira, 1º Vice-Presidente da Província, passou a administração ao Exmo. Sr. Dr. Rodrigo Lobato Marcondes Machado em 13 de março de 1879*. Natal: Typ. do Correio do Natal. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Rosado, 2001y, (Coleção Mossoroense, série G, n. 6). p. 514–530.

A SECCA. *A Republica*, Natal, ano 15, n. 180, p. 1, 10 set. 1903.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 14, n. 28, p. III–129, 1994.

ALVES FILHO, Garibaldi. *Seca, as vítimas da omissão*. Brasília: 1993.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Joaquim. *História das secas: século XVIII a XIX*. 2. ed. Mossoró: ESAM, 1982. (Coleção Mossoroense, v. 225).
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A produção do espaço norte-riograndense*. Natal: Ed. Universitária, 1981.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *O nordeste e a questão agrária*. São Paulo: Ática, 1988. (Coleção Princípios).
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- ARBOCZ, Istavam Inre. *Ensaio sobre a história econômica do RN*. Natal: EDUFRN, 1998.
- BERNARDES, Denis. *Um império entre república*. 26. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.
- BERNARDES, Denis. A questão nordeste: uma breve abordagem histórica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DISPARIDADE REGIONAL, I., 1981, Recife. *Anais...* Recife: Fórum Nordeste: SUDENE, 1982. p. 59–68.
- BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. O clima e as secas do Ceará. In: ROSADO, Vingt-Un (Org.). *Nono livro das secas*. Mossoró: Ministério da Agricultura, 1983. (Coleção Mossoroense, v. 285).
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *História da cidade do Natal*. 3. ed. Natal. IHG/RN, 1999.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *Notas e documentos para história de Mossoró*. 3. ed. Mossoró:
- ETFERN, 1996a. p. 116. (Coleção Mossoroense, v. 849 & Coleção Centenário de Luis da Câmara Cascudo, v. 1).
- CASCUDO, Luis da Câmara. *Notas e documentos para história de Mossoró*. 3. ed. Mossoró: ETFERN, 1996b. (Coleção Mossoroense, v. 845 & Coleção Centenário de Luís da Câmara Cascudo, v. 1).

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo potiguar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Sertões do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1986.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba*. João Pessoa: UFPB, 1985.
- FRANÇA, Gileno Câmara de. *Banditismo social na província do Rio Grande do Norte: origens e evolução (1850 a 1889)*. 2000. Monografia (Graduação em História) — Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2000.
- FRANÇA, Gileno Câmara de. *O cotidiano dos trabalhadores de Natal: moradia, trabalho, lazer, prostituição, casamento, família e namoro (1900 a 1930)*. Mossoró: EDUERN, 2020. E-book. Disponível em: https://www.uern.br/controladepaginas/edicoes-uern-ebooks-2020/arquivos/5737e_book_o_cotidiano_dos_trabalhadores_de_natal.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.
- GUERRA, Philippe; GUERRA, Theophilo. *Seccas contra a seca*. 3. ed. Mossoró: ESAM, 1980. (Coleção Mossoroense, v. 29).
- LAMARTINE, Juvenal. *As secas do Rio Grande do Norte: medidas contra seus efeitos, meio e população*. Mossoró: Prefeitura Municipal de Mossoró, 1999. (Coleção Mossoroense, n. 176).
- LAMARTINE, Juvenal. *Velhos costumes do meu sertão*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1996.
- LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionário na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-Um Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003. (Coleção Mossoroense, série C, v. 1379).
- MELO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o império (1871–1889)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

REFERÊNCIAS

MONTEIRO, Denise Mattos. Introdução à história do Rio Grande do Norte. Natal: EDUFRN, 2000.

MONTEIRO, Denise Mattos. Terra e trabalho em perspectiva histórica: um exemplo do sertão nordestino (Portalegre-RN). *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo, v. 4, n. 2, p. 1-73, 2001.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Crise agrária e luta de classes: o nordeste brasileiro em 1850 e 1889*. Brasília: Horizonte, 1980.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

REBOUÇAS, André. A seca nas províncias do norte. In: ROSADO, Vingt-Un (Org.). *Nono livro das secas*. Mossoró: ESAM, 1983. (Coleção Mossoroense, v. 285).

SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte: do século XVI ao século XX*. Natal: Clima, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

TAKEYA, Denise Mattos. A cultura do algodão no Rio Grande do Norte. In: SILVA, Marcos A da (Coord.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

TAKEYA, Denise Mattos. *Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)*. Fortaleza: BNB, 1995. (Documento do Nordeste).

TAKEYA, Denise Mattos; LIMA, Hermano M. F. *História político-administrativa da agricultura do Rio Grande do Norte: 1892-1930*. Natal: PROED/UFRN, 1987.

Anexo I

Texto transcrito do Relatório do Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Norte, Manuel Januário Bezerra Montenegro, apresentado em 4 dezembro de 1878. p. 438–441.

“Colônia Sinimbú

Com esta denominação fundou meu antecessor um estabelecimento agrícola em um terreno elevado á algumas braças de distância da margem esquerda do rio — Mudo ou Caratau —, que despeja suas agoas na lagôa de Extremoz entre á villa deste nome e a do Ceará-Mirim á legua e meia de uma e outra.

Formada por umas 1.200 palhoças, habitadas por uma população ultimamente elevada á 6.000 almas, conforme o arrolamento precedido de ordem minha pelo 2º escripturario d’Alfandega Antônio Cypriano de Araújo Silva, não podia receber aquella denominação, sem grande constrangimento da parte de quem a tivesse de pronunciar.

Um dos meus primeiros actos, e com data de 6 de Outubro, foi demittir Vestremundo Arthencio Coelho do lugar de derector do referido estabelecimento, que no dia immediato devolvi, mandando, que o dito escripturario, accompanhado do capitão commandante da companhia de polícia Focio Joaquim do Rego Barros e um destacamento de 17 praças, inventariasse e recebesse, para transferir aos armazens de

deposito nesta capital os generos alimenticios, instrumentos agronomos e mais objectos, que alli encontrasse. Em acto continuado nomeei uma commissão composta do ilustrado Dr. Hermogenes Joaquim Barbosa Tinoco, capitão João Ferreira Nobre, tenente-coronel José Felix da Siveira Varella e major Francisco Bezerra Cavalcante Rocha Maracujá, para ir estudar a referida Colonia desde a sua fundação e apresentar um relatório circunstanciado sobre o movimento espectivo, administração, hygiene, escripturação, roupas, ferramentas, generos e medicamentos remettidos, transporte, applicação dos ditos generos, despeza, disciplina, vantagens inferidas e qualidade do terreno.

Elaborou essa commissão um relatório, que muito se recommenda pela alta intelligencia de seus autores e pela perfeição do trabalho, que dá uma notícia completa do desacerto que presidio á fundação e administração de um tal estabelecimento.

Aos Exms. Conselheiros Ministros d'Agricultura do Império e da Fazenda remetti uma cópia authentica desse valioso documento, em que apenas se nota divergência do modo de pensar geralmente sobre as qualidades do terreno que fui examinar em companhia de agricultores práticos e outros cidadãos competentes, cuja opinião pronunciou-se contra a prestabilidade ao mesmo terreno para o fim a que foi destinado.

Não posso furtar-me ao trabalho de transcrever um período pelo menos do dito relatório, para dar-vos desde já uma ligeira ideia do que foi a malfadada Colonia Sinimbú na parte relativa a administração infeliz que teve. Eil-o:

É digno da mais severa censura o modo porque o director Arsênio Celestino Pimentel governou a Colônia á seu cargo, e mal se poderá fazer uma ideia de sua administração, sem ter-se ouvido aos infelizes colonos.

Não parece, que se tenha bem compenetrado de seus deveres e que seja dotado de sentimentos humanitarios aquelle que o Exm. Sr. Dr. Elyseu de Souza Martins, escolheu para confiar-lhe a suprema direcção de tantos milhares de individuos, desprotegidos da sorte, ausentes de seus lares, sem pão, sem arrimo, sem recursos para sua subsistência, e não dispondo de meio algum para o seu aperfeiçoamento moral. Nas condições em que se achavam esses desvalidos, é sem dúvida que as vistas do creador d'aquella Colonia deveriam ter sido, não só proporcionar-lhes pelo trabalho meio de subsistência, mas ainda dar-lhes em seu director um protector que as amparasse, um educador que os dirigisse. Ao contrário, porém, disso, elles encontraram um verdugo, que a palmatoria e ao chicote juntava a descompostura e o insulto. Não lhe valia a sua magresa e a sua nudez para inspirar-lhe a commiserção e poupar-lhe os máos tratos a que eram submettidos. A vergasta era muita vez o pão que recebiam, quando diziam — temos fome —, e ai d'aquelle que ousava levantar a voz e queixar-se de seus soffrimentos! Aquelle director que não soube dar uma organização aos homens que deveria preparar para a sociedade, sujeitando-os a um regimen regular e infiltrando-lhes no espirito dos princípios de ordem, de trabalho e da moralidade, teve o cruel instincto de rodear-se de algozes, que promptamente executavam nas pessoas de seus miseros companheiros as tyrannicas ordens, que recebiam.

Munido de um poder discricionario, sem a menor limitação, desvairou-se e esqueceu-se d'aquellas sublimes palavras desprendidas dos lábios do Divino Mestre, quando proclamou a igualdade e fraternidade de todos os homens — ros aulem amnes frates estis.

Não supponha V. Exc. que são meras declamações as phrases, que ahi ficam: não os factos que a commissão passa narrar e que lhe foram referidos por diversos colonos provam á exuberancia as proposições emittidas.

Luis Pastorinho da Silva, retirante de Campo-Grande, chegado á Colônia no dia 5 de julho, com 6 pessoas da família, e que alli ainda se acha, diz que vio um negro, por ter pedido socorro ao director, para se alimentar, soffrer o horrível castigo de ser amarrado á uma forquilha desde as 10 horas da manhã até as 4 da tarde, depois de haver recebido algumas pancadas no peito, que lhe applicára com um páo o mesmo director.

Acrescenta, que á esse mesmo tempo, tendo entrado na casa do armazem um rapaz também de côr negra, e procurando apanhar alguns carços de farinha, que se achava derramada, foi immediatamente agarrado por ordem do director, o qual lançando mão de uma taboa de barril, o espancou até deital-o fóra do armazem, proferindo contra elle os mais terríveis impropérios.

Refere ainda, que um colono, de nome Pedro Severino, foi mettido em quadrado por Antonio Bezerra Cavalcante, por alcunha — Quebra-canella — preposto do director e surrado descommunalmente por diversos indivíduos da confiança deste, sómente por dissera, que todos os distribuidores dos gêneros eram ladrões.

Esse facto é confirmado pro Maria Ventura da Annun-
ciação, natural de Alagoa-nova, viúva de Lino José do
Nascimento, residente na Colônia desde seu começo, assim
como Manoel Florêncio da Cunha e outros colonos. — Essa
mulher conta a seu turno, por ter ouvido a um tal Antonio
Luiz, testemunha ocular, que outro negro sem se saiba que
o seu crime, foi amarrado pelos pés de cabeça para baixo, e
falleceu no fim de 4 dias! Era com tamanha crueldade que
se tratava os desgraçados, que tiveram a desventura de ser
arrastado pello flagelo da secca á decantada Colônia Sinimbú,
de que sempre se hão de lembrar com horror todos os rio-
-grandenses.

Era assim, que os tratava como feras bravias, sem nunca se
praticasse para com elles um acto de humanidade ou caridade,
quer emquanto arrastavam a penosa vida, quer depois que
suas almas, desprendendo-se do involucro material, trans-
portavam ao seio de Deus, onde sem dúvida foram encontrar
o abrigo reservado para os martyres.

Na verdade, não se lhes dava sempre o alimento indis-
pensavel, nem se os socorriam nas doenças com a medicação
conveniente, definhado por tanto e fallecendo á mingua, ora
de alimentação ora de remédios.

Os gêneros que tão larga profusão eram remetidos ao
director da Colônia, se distribuiam com o intervallo de 10,
de 12 e até 20 dias, em diminutas quantidades dando isso
lugar a que morresse um grande número de pessoas inanidas
de fome.

Acontecia frequentemente, que muitos desses desgraça-
dos, sentido as convulsões precursoras da morte, traspassados
das mais dolorosas angústias, vinham, quaes mumias ou

esqueletos ambulantes, encontrar-se ás paredes do armazem a pedir com voz debilitada uma migalha de pão para debellar o mal que os ocorria, e alli anoiteciam, sem receberem o mínimo soccorro, e lentamente exalavam o último suspiro. Via-se depois ao alvorecer do dia seguinte, estendidos os cadaveres de trez ou quatro dessas desprotegidas creaturas, mirradas, como os olhos incovados, e tenho ainda estampado no semblante os vestígios das cruciantes dôres que os ralavam nos seus derradeiros momentos.

Durante a estação invernosa dos mezes de Junho a Agosto, desenvolveram-se entre os habitantes da Colônia diversas moléstias originadas sem dúvida, já pelas intempéries á que se achavam expostos em suas miseras choupanas, já pelo miasma que exalava do alagadiço visinho, e já pela continuação da comida de carne de xarque ou de bacalháo, que constituíam a base da alimentação quotidiana.

Erra nessa quadra afflictiva que desvelado se deveria ter mostrado homem que, sendo director daquelle estabelecimento havia ao mesmo tempo sido encarregado do curativo dos que fossem accommettidos de moléstia.

Outro, porém, foi o seu procedimento, por quanto, em vez de aplicar-se com zelo e dedicação ao tratamento dos enfermos e proporcionar-lhes, tanto quanto fosse possível, melhores condições hygienicas na triste situação em que se achavam, creando hospitaes com as necessárias accomodações, conserva-se dentro do armazém, sua morada habitual, incumbia Francisco Nogueira e outros, homens analphabetos, de andarem de porta em porta, distribuindo como doentes remédios, que arrancavam de dentro de um bernal de couro e deixava, que no chão jazessem os enfermos,

sem uma palha por enxerga, sem cobertor, ou quando muito envolvidos em saccos de estopa ensopados nas próprias fezes, que ditavam.

Assim descurados e sem a menor diétá, por isso que a alimentação que recebiam era a mesma que se dava aos homens válidos, não admira que morressem diariamente, já de inanição, já de moléstia, trinta pessoas segundo uns e até mesmo sessenta, segundo informa José Francisco Alves, que era fiscal da Colônia, incorrendo grandemente para isso a sordidez, que envolvia homens e pocilgas. Elevou-se assim o obituário conhecido, se merece crédito uma nota fornecida pelo mesmo José Francisco, no espantoso número de 3.985. Este obituário ainda mais notável, quando se sabe, que assumio tão grandes proporções no curto espaço de quatro mezes, sobre uma população que talvez nunca chegasse a 10 mil almas. Era tal o desleixo do director da Colonia, que nem mesmo os cadáveres eram conduzidos ao último jazigo com a presteza necessária, mas sómente depois da decomposição quasi total da matéria. Confrangia o coração o espetáculo horripilante do enterramento de cada uma dessas victimas, cujo crime único consistia na pobreza e na miséria. Muitas vezes, quando um corpo já estava a largar os pedaços, é que se procurava sepultá-lo.

Para este fim se o actava nú a um páu passado por entre os pés e as mãos, e se o conduzia á sepultura, com se conduz um porco no cêpo do carnicheiro, sem que os seus inconsoláveis parentes tivessem o direito de soltar um brado se quer contra esse barbaro costume de sepultar os mortos.

Outros ainda tinham peor sorte, porque antes de se levar á última morada, eram presa de cães ou das aves carnivoras,

como attestam muitas pessoas, entre as quaes se pode citar á referida Maria Ventura e o preto Marianno, que viram um cão comendo o queixo de um cadáver, o qual só foi enterrado três dias depois.

Alguns eram tão mal sepultados, que os cães e os urubus os iam devorar, e outros, desesperados de fome, sahiam da colônia e iam acabar de morrer nos tabuleiros, onde serviam de pasto àquellas aves, segundo ainda affirma a mesma mulher.

Enfim na mesma cora se lançavam cinco ou seis cadáveres, sem que se tivesse o necessário cuidado, para que não fossem exhumandos pelas feras carniceiras.”

Anexo 2

Evolução da Receita na Província do Rio Grande do Norte, 1835 a 1888

Ano financeiro	Receita	Ano financeiro	Receita
1835-1836	15:009\$162	1856-1857	161:308\$442
1836-1837	NI	1857-1858	199:894\$934
1837-1838	NI	1858-1859	239:517\$868
1838-1839	67:512\$285	1859-1860	353:309\$111
1839-1840	55:940\$823	1860-1861	264:511\$094
1840-1841	65:062\$661	1861-1862	240:129\$621
1841-1842	66:695\$630	1862-1863	NI
1842-1843	NI	1863-1864	182:415\$671
1843-1844	71:043\$658	1864-1865	229:518\$506
1844-1845	55:655\$293	1865-1866	438:318\$404
1845-1846	20:168\$479	1866-1867	277:107\$976
1846-1847	NI	1867-1868	478:837\$873
1847-1848	38:018\$869*	1868-1869	426:353\$864
1848-1849	28:995\$307	1869-1870	473:652\$507
1849-1850	45:324\$236	1870-1871	362:802\$691
1850-1851	58:523\$944	1871-1872	466:282\$965
1851-1852	61:637\$435	1872-1873	443:399\$977
1852-1853	64:209\$279	1873-1874	566:016\$191
1853-1854	76:724\$142	1874-1875	428:625\$315
1854-1855	95:296\$973	1875-1876	441:037\$580
1855-1856	121:341\$588	1876-1877	439:946\$693

ANEXO 2

Ano financeiro	Receita	Ano financeiro	Receita
1877-1878	457:724\$153	1883-1884	594:961\$333
1878-1879	450:246\$497	1884-1885	598:393\$871
1879-1880	450:368\$547	1885-1886	638:873\$786
1880-1881	431:122\$000	1886-1887	687:710\$753
1881-1882	446:330\$207	1887-1888	413:248\$297
1882-1883	NI		

Legenda: * — Receita prevista; NI — Dados não informados ou não localizados.

Fonte: Coleção de Fallas e Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte (1835 a 1888).

Sobre o autor

Gileno Câmara de França é graduado em História (Licenciatura e Bacharelado) e Especialista em História (História Campo e da Cidade), ambas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Está fazendo doutorado em Educação Profissional no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). É Mestre em Ciências Sociais e Humanas, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). É bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. É professor de ensino básico, técnico e tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica do Rio Grande do Norte, vinculado ao campus Natal-Central/RN. Com atividades acadêmicas voltadas principalmente para História da Educação Profissional, em especial, das instituições, voltadas exclusivamente ao público feminino no Rio Grande do Norte. Atualmente está interessado em História da Educação Profissional.

“Eis a questão a ser respondida na obra: como um fenômeno natural é transformado em um problema regional? Gileno nos demonstra que as secas existem desde tempos imemoriais. Há relatos dos primeiros cronistas e viajantes da época colonial, que trazem notícias de migrações dos povos originários por conta das estiagens. Sendo assim, por quais interesses e articulações políticas regionais e locais o fenômeno climático foi visto como inexpugnável?

Para responder a tais questões, Gileno analisa vasto conjunto de dados, oriundos particularmente da Coleção de Falas e Relatórios de Presidentes da Província (1835–1889). O autor perfaz análises contábeis, balanços financeiros e quantitativos de recursos, de modo a elucidar as condições econômicas antes das estiagens e como o quadro se altera durante as secas: as perdas de plantações agrárias, de gado e de ‘gentes’, as situações de inflação e controle dos preços, pelos comércios locais e pelas ações governamentais. Tudo isso imbricado nas práticas clientelísticas e coronelísticas que se estruturam na história regional do então Norte do Brasil, sem perder de vista a articulação entre as partes, o local e o regional, e o todo, o nacional.”

— André Gustavo Barbosa da Paz Mendes



CASA EDITORIAL
ARAÚJO OLIVEIRA